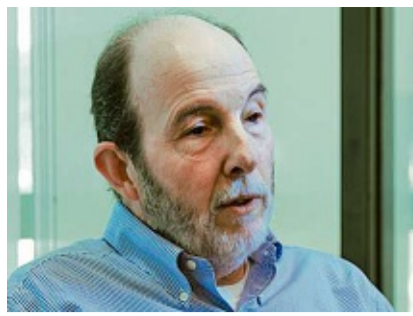


Política monetária

Se para conter a inflação é necessário juro tão alto, “é porque o BC precisa de ajuda [pelo lado fiscal]”, diz Arminio C6



Indústria

Crescimento da produção é o mais disseminado entre os vários setores desde 2021, segundo o Iedi A4



Antonio Cícero

Membro da Academia Brasileira de Letras (ABL), o filósofo e escritor morreu aos 79 anos, na Suíça A2

Quinta-feira, 24 de outubro de 2024
Ano 25 | Número 6116 | R\$ 6,00

www.valor.com.br

ECONÔMICO

Valor

25 ANOS

Grandes bancos devem lucrar R\$ 28,4 bi no tri

Álvaro Campos
De São Paulo

O resultado dos grandes bancos brasileiros no 3º trimestre promete ser positivo. Itaú Unibanco, Bradesco, Banco do Brasil e Santander devem ter lucro consolidado de R\$ 28,428 bilhões entre julho e setembro, conforme a média das projeções de oito casas coletadas pelo Valor. Isso representa alta trimestral de 3,1% e avanço de 13,1% em relação ao mesmo período de 2023.

Embora a situação atual seja considerada tranquila para o setor, com crédito em ritmo forte e inadimplência estável, o cenário futuro se mostra mais incerto, segundo analistas, com o novo ciclo de alta de juros, o risco de aumento no nível de calotes e a desaceleração do PIB prevista para o próximo ano. A temporada de balanços começa no dia 29, com o Santander. **Página C1**

Investimentos na eletrificação de veículos superam R\$ 63 bi no país

Descarbonização Montante é metade do que a indústria automobilística irá aportar; híbridos e elétricos deverão ser maioria no mercado de carros novos em seis anos

Marli Olmos
De São Paulo

Neste ano, as montadoras anunciaram, para a década, o maior ciclo de investimentos de sua história no Brasil. Pelo menos R\$ 63 bilhões, de um total de R\$ 127 bilhões, serão destinados ao desenvolvimento de veículos eletrificados — híbridos em sua maioria. Os dados são da Bright Consulting. Estudo da Anfavea, em parceria com o Boston Consulting Group, considera que, numa transição acelerada, híbridos e elétricos dominarão o mercado de veículos novos em

2030, com 54%. Hoje, representam 7%.

Os novos projetos indicam que a experiência inicial da maioria dos brasileiros não será com carros 100% elétricos, e sim com a fórmula local que se mostra bem-sucedida: o híbrido abastecido com etanol. Outra aposta são os híbridos leves, mais baratos, em que o motorista não vive a experiência plena da condução elétrica, mas conta com um motor elétrico que ajuda o motor a combustão a reduzir emissões. “A necessidade de mudar a tecnologia leva nossas associadas a fazerem esses pesados investimentos”, diz Márcio de Lima Leite, presidente da Anfavea.

O setor tem sido pressionado pela necessidade global de reduzir o CO₂ e pelo endurecimento da legislação brasileira sobre a emissão de outros gases. “O Programa de Controle de Emissões Veiculares, que visa a saúde da população, traz limites cada vez mais apertados”, diz Raquel Mizoe, diretora da Associação de Engenharia Automotiva (AEA).

Com mais R\$ 1,1 bilhão da BMW, anunciados neste mês, só na indústria de automóveis o investimento chega a R\$ 116,65 bilhões para a década. E com mais R\$ 10,6 bilhões do segmento de caminhões e ônibus, a cifra sobe para

R\$ 127,3 bilhões. À exceção das chinesas, recém-chegadas e que precisam investir em fábricas, entre as veteranas a maioria dos recursos irá para novos produtos.

Europa, EUA e China têm intensificado investimentos em eletromobilidade. No Brasil, os anúncios coincidem com o lançamento do Mover (Mobilidade Verde e Inovação). O programa federal oferece, entre outros incentivos, créditos tributários em troca do compromisso de reduzir emissões e investir em pesquisa.

O primeiro híbrido nacional da nova safra de investimentos será lançado no próximo dia 5, pela Fiat. **Página B4**

Trilha para o 'sim'



Com a experiência de ter atuado como mediador na pacificação das Farc, na Colômbia, e no acordo entre Abílio Diniz e Jean-Charles Naouri, pelo controle do Pão de Açúcar, William Ury diz a Stela Campos que “ouvir é a concessão mais barata que você pode fazer, mas significa tudo para o outro lado”. **Página B2**

Nunes lidera com 44% em SP; Boulos tem 35%

Lilian Venturini, Cristiane Agostine, Cibelle Bouças e Marina Falcão
De São Paulo, Belo Horizonte e do Recife

O prefeito de São Paulo e candidato à reeleição, Ricardo Nunes (MDB), segue na liderança da disputa na capital paulista com 44% das intenções de voto, contra 35% registrados pelo deputado federal Guilherme Boulos (Psol), segundo pesquisa Quaest divulgada ontem. A diferença entre os dois diminuiu de 12 pontos, na pesquisa da semana passada, para 9 pontos. Em Belo Horizonte, Fuad Noman (PSD), prefeito e candidato à reeleição, lidera com 46%. O deputado estadual Bruno Engler (PL) aparece com 40%. Na disputa pela Prefeitura de Fortaleza, Evandro Leitão (PT) e André Fernandes (PL) estão tecnicamente empatados, com 44% e 42%, respectivamente. A margem de erro das pesquisas é de três pontos percentuais, para mais ou para menos. **Página A8**

Efeito multiplicador



A frente do Instituto Beja, Cris Sultani busca desenvolver a cultura da filantropia “oxigenada”, com parcerias entre as organizações do terceiro setor para acelerar os resultados. “Quero que o dinheiro tenha um efeito multiplicador.” **Página B7**

FMI piora previsões de dívida e só vê superávit em 2027

Sergio Lamucci
De São Paulo

O Fundo Monetário Internacional (FMI) piorou suas projeções para a dívida bruta brasileira em 2024 e nos próximos cinco anos. Nas estimativas do Fundo, o indicador vai subir de 84,7% do PIB em 2023 para 87,6% neste ano. A instituição prevê que o indicador continuará a aumentar até 2029, o ano mais distante para o qual fez projeções. Nas contas do FMI, o endividamento bruto do Brasil chegará a 97,6% do PIB daqui a cinco anos. Em abril, o Fundo projetava 86,7% do PIB neste ano e 93,9% em 2029.

As previsões fazem parte do apêndice estatístico do Monitor Fiscal, divulgado ontem, indicando que o arcabouço fiscal, que entrou em vigor neste ano, não vai estabilizar a dívida com proporção do PIB nesse horizonte. O documento também traz projeções para o resultado primário, que não inclui gastos com juros.

Para 2024, o FMI espera déficit de 0,5% do PIB, um pouco melhor que o 0,6% do PIB projetado em abril. Mas agora o FMI estima que o resultado primário só voltará ao terreno positivo em 2027, quando atingirá 0,1% do PIB. Em abril, o Fundo previa déficit zero em 2026, com superávit de 0,4% em 2027. **Página A6**

Lula defende no Brics novo meio de pagamento

Estevão Taiar
De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que “é chegada a hora de avançar na criação de meios de pagamento alternativos para transações” entre os países do Brics. A afirmação foi feita em participação virtual na reunião de cúpula do grupo, realizada em Kazan, na Rússia. Segundo ele, os fluxos financeiros internacionais funcionam hoje como “um Plano Marshall às avessas”, ao continuarem “segundo para as nações ricas”. Lula criticou, ainda, as guerras entre Rússia e Ucrânia e de Israel contra o Hamas, que têm “potencial de se tornarem globais”. **Página A4**

Projeto sobre emendas deve ficar pronto hoje

Flávia Maia e Marcelo Ribeiro
De Brasília

Representantes dos Poderes Legislativo e Executivo se comprometeram a concluir nesta quinta-feira o Projeto de Lei Complementar que regulamenta a execução das emendas parlamentares ao Orçamento, suspensas por decisão do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF). A expectativa é que o texto seja aprovado na Câmara e no Senado na próxima semana. Depois disso, Dino irá avaliar se libera, ou não, a execução das emendas e submeterá a questão ao plenário da Corte. **Página A11**

Destaques

Agro aperta o cinto nos EUA

Agricultores do Meio-Oeste americano fecham as contas da temporada 24/25 com margens negativas, pressionados pelos custos em elevação e pelas quedas nos preços das commodities. **B8**

Varição de taxas nas debêntures

O diferencial de taxas entre as debêntures de empresas com menor risco (“high grade”) e de maior risco (“high yield”) é o mais alto desde, pelo menos, 2017, considerados os papéis indexados ao CDI. **C2**

Indicadores

Ibovespa	23/out/24	-0,55%	R\$ 177 bi
Selic (meta)	23/out/24	10,75% ao ano	
Selic (taxa efetiva)	23/out/24	10,65% ao ano	
Dólar comercial (BC)	23/out/24	5,7143/5,7149	
Dólar comercial (mercado)	23/out/24	5,6917/5,6923	
Dólar turismo (mercado)	23/out/24	5,7525/5,9325	
Euro comercial (BC)	23/out/24	6,1589/6,1607	
Euro comercial (mercado)	23/out/24	6,1385/6,1391	
Euro turismo (mercado)	23/out/24	6,2371/6,4171	



7 896937 880054

Brasil

Amazônia Legal e o alto risco na lei antidesmate



Assis Moreira

O Parlamento Europeu deverá votar em sua sessão de 13-14 de novembro o adiamento por um ano da aplicação da polêmica lei antidesmatamento, que atingiria 30% das exportações brasileiras para o mercado europeu.

A lei visa a proibir o acesso ao mercado comunitário de seis commodities — carne bovina, soja, café, óleo de palma, madeira e cacau, além de seus derivados — produzidas em zonas desmatadas após o fim de 2020.

Se a proposta da Comissão Europeia for aprovada, como é a expectativa generalizada, a lei será aplicável em 30 de dezembro de 2025 para as grandes empresas e em 30 de junho de 2026 para as micro e pequenas empresas.

O adiamento vai ser a última vitória de países exportadores e operadores em relação à lei unilateral europeia. A próxima etapa de confronto vai ser em julho do ano que vem, quando a Comissão Europeia publicará

os critérios de classificação dos países por risco de desmatar.

A convicção de alguns especialistas na Europa é que essa lei, desde o início, teve como grandes alvos o Brasil, na época sob a Presidência de Jair Bolsonaro, e alguns outros produtores de commodities asiáticos, como a Indonésia.

Bruxelas sinalizou recentemente a que a maioria dos países será classificada como de baixo risco, para poder se concentrar nos países de alto risco de destruir a floresta.

Até agora não está claro se a UE vai ou não usar o critério de regionalização, ou o reconhecimento de que uma região exportadora (parte de um país ou área que faz fronteira) está livre ou tem baixa prevalência de doenças ou organismos prejudiciais ao comércio.

Em meio às incertezas, uma interpretação é de que a União Europeia (UE) poderá colocar a Amazônia Legal como sendo área de alto risco de desmatamento e frear a entrada dos produtos da região. Ou seja, uma parte do Brasil poderá ser categorizada

de alto ou médio risco de desmatamento.

O argumento é que a UE não tem como explicar para as organizações não governamentais e parlamentares que a Amazônia com enormes queimadas tem baixo risco. Mesmo se a situação na região melhorar nos próximos meses, o Brasil, ou parte do país, tenderia a ser enquadrado então como médio risco. Como nota um analista, não faz sentido a UE classificar os riscos de desmate do Brasil e do Uruguai na mesma categoria, por exemplo.

A classificação de riscos significa quantos contêineres vão ser controlados. A exigência de documentação vale para qualquer mercadoria. Mas o controle será severo sobre 9% dos operadores dos produtos originários de países considerados como risco elevado, comparado a 1% dos produtos vindos de países com risco baixo de desmate. Para os países com alto risco, a possibilidade de ser autuado aumenta bastante, assim como ameaças reputacionais. O Brasil e outros

exportadores agrícolas vão continuar fazendo gestões contra a classificação de riscos (EUADR benchmarking system), para reduzir o que veem como dano potencial às vendas. No cenário geopolítico atual não está excluído que a UE venha também a fazer uma leitura política de inicialmente colocar o Brasil com risco normal de desmatamento e conversar depois sobre medidas a serem adotadas.

Na prática, a UE terá a classificação de risco-país como instrumento de pressão permanente, e peso maior nas barganhas. É preciso ver, em todo caso, como compatibilizar tudo isso com as preferências negociadas pelos europeus na negociação do acordo com o Mercosul.

Outras questões continuam a incomodar exportadores, pela falta de respostas claras da UE sobre informações confidenciais sigilosas, o que é mudança no uso da terra que realmente configura prática sancionada pela lei, ou como cada setor vai fazer em certos casos para elemento de prova de que não desmata.

Relatório da Organização Mundial do Comércio (OMC) publicado nesta quarta-feira insiste no custo adicional para os operadores, precisando comprovar que cumprem não apenas as leis nacionais do país de produção, incluindo direitos de uso da terra, proteção ambiental, uso de florestas, direitos de terceiros, proteções trabalhistas, proteção internacional dos direitos humanos, regras e leis tributárias, mas também que não ocorre nenhuma mudança direta (e, às vezes, indireta) no uso da terra para produzir as colheitas. Esses custos adicionais de conformidade, monitoramento e relatórios são especialmente onerosos para os pequenos produtores, principalmente nos países em desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, avalia que regulamentações como a da UE, darão uma vantagem às empresas e aos países que investem na limitação do desmatamento.

Assis Moreira é correspondente em Genebra e escreve quinzenalmente. E-mail assis.moreira@valor.com.br

Relações externas Tema ainda não está pacificado no grupo e pode ser empecilho pra declaração final na cúpula de chefes de Estado

Brasil tenta consenso sobre guerras e conflitos no G20



Paula Martini Do Rio

Um consenso sobre como tratar as guerras e os conflitos geopolíticos é o maior nó a ser desatado pelo Brasil a poucas semanas da reunião de chefes de Estado do G20, que será realizada nos dias 18 e 19 de novembro, no Rio de Janeiro.

A diplomacia brasileira está no "sprint final" para que os conflitos internacionais não inviabilizem um acordo sobre o tema, o que poderia levar a não ter uma declaração final dos líderes das maiores economias do mundo, além de União Europeia e Africana.

O documento quase não saiu ano passado, na cúpula de Nova Délhi, por discordâncias sobre a guerra na Ucrânia. Apesar do recrudescimento do cenário externo, com a eclosão de conflitos no Oriente Médio, diplomatas e especialistas que acompanham as negociações estão otimistas sobre a inclusão de um ou mais parágrafos sobre as guerras no documento deste ano.

Há poucos meses, o Itamaraty tinha a ambição de conseguir um capítulo inteiro sobre o assunto. Pessoas que acompanham as conversas admitem, porém, que o trecho final pode ficar menor do que

o Brasil desejava inicialmente.

O que está em jogo nas negociações em curso são palavras ou expressões que, apesar de sutis à primeira vista, podem comprometer o entendimento diplomático entre países de perfis distintos e antagonísticos — caso de Estados Unidos, China e Rússia.

Há governos que querem uma linguagem mais forte de condenação à Rússia pela guerra na Ucrânia, como os Estados Unidos e demais integrantes do G7 (que retine sete grandes potências globais). Os aliados da Rússia, principalmente a China, defendem uma linguagem menos agressiva. A mesma coisa acontece em relação aos conflitos no Oriente Médio.

Para destravar o entendimento entre os líderes, negociadores que representam os países no G20 (os "sherpas") se reúnem pela última vez, também no Rio, uma semana antes da cúpula dos chefes de Estado. O encontro, de 12 a 15 de novembro, tem o objetivo de encontrar a linguagem mais adequada sobre as tensões internacionais.

"Esses temas ainda precisam ser

"Negociação final sobre geopolítica será no Rio de Janeiro"
Maurício Lyrio

discutidos, até porque a questão geopolítica se altera a cada momento. Então sabemos que a negociação final sobre a linguagem geopolítica será no Rio de Janeiro", diz o embaixador Maurício Lyrio, principal negociador do Brasil na cúpula. Para Lyrio, o texto divulgado na Índia, em 2023, é uma "boa base" para a redação deste ano. Especialistas consideram que a declaração foi branda sobre a guerra na Ucrânia, uma que vez que não houve condenação à invasão russa. O tom ameno foi a alternativa encontrada na época para contornar a ameaça feita por Rússia e China, de vetar qualquer texto que condenasse o Kremlin. O mesmo pode acabar acontecendo este ano.

Mas o negociador brasileiro lembra que a declaração não se limita ao contexto geopolítico. O principal objetivo, na verdade, é fazer com o que texto contemple as prioridades estabelecidas pela presidência brasileira: o combate à fome e à desigualdade, a reforma da governança global e o desenvolvimento sustentável.

Outro ponto que deve passar por ajustes até o último minuto são os trechos sobre a questão climática. A cúpula do G20 acontece ao mesmo tempo que a COP29. A conferência da ONU para o clima está marcada para 11 a 22 de novembro, no Azerbaijão. "Os processos de decisão em Baku e do G20 se influenciam. Esse tende a ser um outro

tema que deve nos ocupar na preparação da cúpula", diz Lyrio.

O diretor da área internacional da Fundação Getúlio Vargas (FGV DINT), Marlos Lima, observa que há inúmeros desafios para a construção de um comunicado comum em um grupo heterogêneo e com interesses distintos como o G20.

Ao mesmo tempo, destaca que é essa característica que torna o texto final do bloco tão importante, ainda que o grupo de países não tenha caráter vinculante, ou o poder de criar leis e mudar estruturas de organismos internacionais.

Para Lima, um bom indicativo sobre as chances de acordo são os avanços conquistados nos grupos temáticos ao longo do ano. Entre eles, a criação da Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza e a aprovação de um chamado à reforma da governança global na segunda reunião de chanceleres, às margens da Assembleia Geral da ONU. "Pelo que vejo com as delegações estrangeiras e a diplomacia brasileira, estamos em um caminho muito bom para conseguir ter um texto assinado por todos os membros. E esse texto seria forte, de muito impacto internacional", diz o diretor.

O entendimento é que as reuniões ministeriais realizadas nos últimos meses serviram para azeitar o consenso dos integrantes em áreas importantes para ambições brasileiras, como energia, desenvolvimento e finanças, o que vai facilitar a redação do texto final.

Cerca de 50 delegações devem comparecer à cúpula do mês que vem. O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, e o da China, Xi Jinping são esperados no Rio. Vladimir Putin disse, semana passada, que não participará do encontro. Nos bastidores, há quem aposte que a ausência de Putin, somada à habilidade diplomática de Lula e até ao cenário carioca, podem contribuir para que o G20 brasileiro chegue ao fim não só com uma declaração, mas com a esperada "foto de família" dos líderes internacionais lado a lado.

Antonio Cicero morre os 79 na Suíça



O escritor, compositor, crítico literário e filósofo Antonio Cicero morreu na manhã desta quarta-feira (23), na Suíça. Ele sofria de Alzheimer e se submeteu a um procedimento de morte assistida. Cicero deixou carta explicando a decisão. "Espero ter vivido com dignidade e espero morrer com dignidade", diz o texto. Carioca, tinha 79 anos. Ocupava a cadeira 27 da Academia Brasileira de Letras desde 2017. Na semana passada, Cicero viajou com Marcelo Pies, seu

companheiro. Pies revelou a amigos que Cicero vinha planejando em segredo a ida à Suíça, mandando documentos e informações à clínica. O artista era irmão da cantora e compositora Marina Lima, que imortalizou algumas de suas letras em "Fullgás", "Para Começar" e "A Francesa". Era também coautor de "O Último Romântico", com Lulu Santos. Teve ainda parcerias com Waly Salomão, João Bosco, Orlando Moraes e Adriana Calcanhotto.

Curtas

SP às escuras

Com as fortes chuvas que atingiram a cidade de São Paulo no início da noite desta quarta-feira, 23, vários imóveis ficaram sem energia elétrica. Boletim divulgado pela Enel às 18h55 informou que havia 52.743 imóveis sem energia na cidade. O Corpo de Bombeiros divulgou o registro de 22 quedas de árvores no Estado, devido às chuvas. A Defesa Civil estadual também divulgou comunicado que vai reforçar as ações de prevenção e monitoramento após nova previsão de chuvas e ventos de mais de 70 km/h nesta quinta.

PF contra queimadas

A Polícia Federal (PF) deflagrou a Operação Dracarys que mira uma rede criminoso envolvida em desmatamentos e queimadas ilegais na região sul do Amazonas, nas cidades de Boca do Acre e Pauini. De acordo com a PF, as investigações descobriram desmatamentos que devastaram 1.672 hectares de floresta nativa em área pública federal e queimadas que atingiram 2.368 hectares. A perícia da Polícia Federal estima que os danos ambientais causados sejam de aproximadamente R\$ 138 milhões.

G20 no Brasil
UMA INICIATIVA DO GLOBO DO VALOR E CBN

A MELHOR COBERTURA DO G20 ESTÁ NAS PLATAFORMAS DO GLOBO, VALOR E CBN

ACESSE E FIQUE POR DENTRO DE TUDO O QUE ACONTECE NO G20.

ESTADO ANFITRIÃO: GOV. DO RIO DE JANEIRO
ESTADO ANFITRIÃ: GOV. DO RIO DE JANEIRO
PATROCÍNIO: (JBS), ENGIE, BNDES
APOIO: O GLOBO DO VALOR E CBN
REALIZAÇÃO: O GLOBO DO VALOR E CBN

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

Abra B5
Action A10
Agrimat Engenharia B4
AgroGalaxy C1
Amazon B6
Avianca B5
Banco do Brasil C1
Bank of America C1

BCG B4
BHP B5
BMW B4
Bradesco C1
Bright Consulting B4
Castlflake B5
Corteva B2
CS Infra B4

CTC B8
Eleven C1
Enel A2, A8
Engenform B4
Facebook B6
Gávea Investimentos C6
General Motors B4
Genial C1

GKS A4
Gol B5
Goldman Sachs C1
Grupo Transpess B4
Havas B6
Hawksbill B4
Huawei A12
Instagram B6

Inter Asset B2
Interpublic B6
Itaú BBA C1
Itaú Unibanco C1
Jope Infraestrutura Social B4
Brasil B4
KidKraft A12
Kinea B4

ma.d Furniture Design A12
Mag C2
Meta B6
Microsoft B2
MRS B1
MRV C2
NDB A4
Nubank C1


Omnicom B6
Pão de Açúcar B2
Parcitas Investimentos C2
Porto Asset C6
Prisma B6
Publicis B4
PWC Brasil C3
Rabobank C2

Rumo B1
Samarco B5
Santander C1
Simpar B4
SmartFit C2
Stellantis B4
TikTok A12
Toyota B4

Unilever B6
Vale B1, B5
Vivendi B6
VLI B3
Volkswagen B4
WhatsApp B6
Williams B6
WPP B6
X B6
XP C1

BREVE LANÇAMENTO

QG

VILA NOVA
CONCEIÇÃO
by YOU,inc1 DORM.
LAZER NO ROOFTOPO seu QG no eixo Faria Lima
- Hélio PellegrinoA 3 min  do
Parque Ibirapuera.*

A PARTIR DE

R\$ 349 MIL*

Perspectiva ilustrada da fachada. Imagem preliminar sujeita a alterações¹A 400 m do **INSPER**²A 500 m da **Praça Pereira Coutinho**²

VISITE O STAND

Rua Silvânia, 151

QGVILANOVA CONCEICAO.COM.BR
(11) 4210-4690Incorporação, administração, realização
e futura intermediação

you,inc

You Intermediação Imobiliária Ltda.: Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 360 – 2º andar – São Paulo/SP – CEP: 04543-000 – Tel.: (11) 3199-7900 – CRECI: 25.672-J. O empreendimento só será comercializado após o Registro de Incorporação no cartório de imóveis competente, nos termos da Lei nº 4.591-64. Projeto em aprovação sujeito a alterações. * Referente ao empreendimento QG Vila Nova Conceição, unidade 113 (24,41 m²) – Mediante disponibilidade - Parcela de ato de R\$ 11.400,00, 4 parcelas para 30,60,90 e 120 dias de R\$ 11.400,00, 40 parcelas mensais de R\$ 1.490,00 1º em 5-abr-25, 4 parcelas semestrais de R\$ 7.100,00 1º em 5-mai-25, parcela única de R\$ 17.800,00 em 25-mai-27, financiamento em 30-jul-27 de R\$ 186.200,00, totalizando R\$ 349.000,00. Valor referente ao estudo de tabela HIS, respeitando as notas de rodapé, as regras do agente financiador e quantidade de unidades estabelecidas para o período podendo sofrer alterações sem aviso prévio. Demais condições e valores estarão disponíveis no stand de vendas. ¹As imagens contidas neste material são meramente ilustrativas, podendo sofrer alterações. A vegetação e o paisagismo retratados são meramente ilustrativos e apresentam porte adulto de referência, na entrega do empreendimento, essa vegetação poderá apresentar diferenças de tamanho e porte. ²Fonte Google Maps

Brasil

Conjuntura Quase 70% dos segmentos industriais tiveram, de janeiro a agosto deste ano, crescimento em relação ao mesmo período do ano passado

Indústria caminha para alta mais disseminada desde 2019, aponta Iedi

Marcelo Osakabe
De São Paulo

A expansão da indústria de transformação em 2024 é bastante disseminada entre setores e, se mantido o atual nível, pode terminar sendo o melhor ano desde neste quesito pelo menos desde 2019. É o que mostra um levantamento feito pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), a partir de dados da Pesquisa Mensal da Indústria - Produção Física (PIM-PF).

Entre janeiro e agosto deste ano, 68,9% dos segmentos pesquisados pelo IBGE apresentaram crescimento na comparação com o mesmo período do ano passado. Caso essa performance se mantenha até o fim do ano, ela deve superar com alguma folga 2021, que terminou com 62,5% dos segmentos tendo performance melhor que no ano anterior. Naquele ano, em meio à reabertura após a quarentena de covid, a indústria de transformação expandiu 4,9%.

Na margem, essa boa performance se mostra em uma recente: 61% dos segmentos tiveram desempenho superior no bimestre julho-agosto na comparação com janeiro-agosto.

Segundo o economista do Iedi Rafael Cagnin, chama atenção o fato de que o crescimento é mais intenso entre ramos de bens duráveis. “Os dados mais recentes mostram esse processo de ganho de vigor, seja para bens de consumo, seja nos segmentos associados a investimentos”, diz.

Segundo o levantamento, 10 dos 90 setores pesquisados, ou

11%, registram crescimento na casa de dois dígitos de janeiro a agosto, sempre em relação ao mesmo período do ano passado. O avanço é liderado pelo segmento de caminhões e ônibus, que avançou 50,5% no período. A fabricação de aparelhos eletrodomésticos (33,4%) e a de equipamentos de comunicação (24,2%) completam o “top 3”.

O segmento de veículos pesados, se beneficia, vale lembrar, de uma base de comparação baixa causada por um fator atípico: em 2023, houve um tombo de produção e vendas em meio à entrada em vigor de uma nova fase do Programa de Controle de Emissões Veiculares (Proconve 8). A mudança do padrão fez despençar em 37,9% a produção de caminhões e 35,2% a de ônibus em 2023, segundo dados da Anfavea.

O grupo “fabricação de máquinas e equipamentos de uso geral” aparece em quarto lugar, com alta de 21,5% no período e é considerado investimento em bens de capital, assim como caminhões e ônibus.

A indústria de transformação cresceu 1,8% no segundo trimestre, na comparação trimestral, e foi um dos destaques da alta de 1,4% do PIB no período. Como lembrou a coordenadora do IBGE, Rebeca Pallis, durante a divulgação dos re-

Dez dos 90 setores pesquisados tiveram crescimento de dois dígitos no acumulado este ano

sultados trimestrais, o segmento não é o maior protagonista da economia pelo lado da oferta desde o primeiro trimestre de 2022.

Naquele momento, o setor, que tem peso de 15,3% do PIB, cresceu 4,9%, contra 1% dos serviços, que são 67,4% da economia. Cagnin alerta que o bom momento da indústria de transformação é ameaçado pelo início do ciclo de altas de juros pelo Banco Central.

“Os ramos com maior dinamismo em 2024 são justamente os que dependem mais da política monetária. Para os bens duráveis, a alta da Selic demora mais para ser percebida na piora das condições de crédito. Já os bens de capital são afetados mais rapidamente, porque afeta o cálculo de custo de oportunidade”, diz Cagnin.

Ele acrescenta que os investimentos já têm sofrido algum impacto antes mesmo da alta da Selic, por causa do avanço dos juros longos que ocorre no Brasil desde o segundo trimestre. “Houve uma mudança importante no padrão de financiamento corporativo das grandes empresas, com a emissão de debêntures passando a financiar mais de um terço dos investimentos. Nesse cenário, o repasse às taxas de mercado é mais acelerado, na comparação com o crédito bancário, e alta da Selic vem se somar ao movimento, em um repasse que também é mais rápido.”

Na parte de baixo do ranking, estão as atividades de fabricação de fibras artificiais e sintéticas, com tombo de 52,6% entre janeiro e agosto em relação a igual período de 2023, seguido de artefatos para pesca e esporte (-23,8%) e fabricação de tratores e máquinas e



Rafael Cagnin: “Os ramos com maior dinamismo em 2024 são justamente os que dependem mais da política monetária”

Bom momento

Setores de bens de consumo durável e de bens capital lideram alta da indústria no ano - em %

Setor	jan-ago/24*
Fabricação de caminhões e ônibus	50,5
Fabricação de aparelhos eletrodomésticos não especificados anteriormente	33,4
Fabricação de equipamentos de comunicação	24,2
Fabricação de máquinas e equipamentos de uso geral	21,5
Abate de reses, exceto suínos	17,7
Fabricação de fogões, refrigeradores e máquinas de lavar e secar para uso doméstico	17,0
Fabricação de produtos de madeira, cortiça e material trançado, exceto móveis	14,7
Fabricação de componentes eletrônicos	14,6
Indústria de Transformação	3,2
Indústria Geral	3,0
Indústrias extrativas	2,3
Fundição	-8,7
Fabricação de óleos vegetais refinados, exceto óleo de milho	-11,6
Fabricação de máquinas e equipamentos de uso na extração mineral e na construção	-15,4
Fabricação de brinquedos e jogos recreativos	-15,8
Fabricação de artigos de malharia e tricotagem	-21,4
Fabricação de tratores e de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária	-21,5
Fabricação de artefatos para pesca e esporte	-23,8
Fabricação de fibras artificiais e sintéticas	-52,6

Fonte: Iedi, a partir de dados da PIM-PF, do IBGE * na comparação com o mesmo período de 2023

equipamentos (-21,5%) — este último, reflexo ainda da alta base de comparação com o ano passado, quando a safra recorde impulsionou as vendas do setor.

Cagnin chama atenção, ainda, para a perda de tração recente de alguns ramos ligados à agroindústria, que apresentaram piora no bimestre julho-agosto: entre os que apresentam contração no período, como fabricação de óleos vegetais, refinados (-11,6%), desdobramento de madeira (-4,6%), margarina e outras gorduras vegetais (-4,2%), torrefação e moagem de café (-1,4%), con-

servação de frutas (-2,8%).

No “top 10” dos ramos de maior crescimento, por sua vez, apenas dois podem ser considerados parte do setor: “abate de reses, exceto suínos” e “fabricação de produtos de madeira, cortiça e material trançado”, com avanço de 17,7% e 14,7%, respectivamente.

“São segmentos que podem estar sofrendo com a estiagem prolongada e queimadas, que degrada ou destrói lavouras e plantações. São segmentos que tendem a não sofrer tanto com a alta dos juros”, diz, lembrando que muitos desses setores atendem ao merca-

do externo ou então são bens mais sensíveis à variações de renda, que deve se manter em crescimento nos próximos trimestres.

De acordo com levantamento da FGV Agro, que calcula o Índice de Produção Agroindustrial (PIMAgro), o volume de produção agroindustrial contraiu 0,7% frente ao mesmo mês de 2023, após dois meses consecutivos de fortes altas interanuais. A redução da produção foi puxada pelo segmento de produtos alimentícios e bebidas (-2,2%). Apesar da contração em agosto, a agroindústria acumula alta de 2,7% no em 2024.

São Paulo lidera ranking de turismo das capitais

Alex Jorge Braga
De São Paulo

São Paulo é a capital brasileira mais apta a receber investimentos turísticos, de acordo com o o Índice de Favorabilidade para o Turismo (IFT-GKS). O indicador avalia informações sobre condições sociais, econômicas e de infraestrutura turística.

O estudo inédito visa “tirar o turismo de uma situação flutuante de informação, para uma atividade comparável a de outros setores da economia, que têm levantamentos periódicos e confiáveis”, diz Mariana Aldrigui, professora da Universidade de São Paulo e especialista no tema.

São Paulo alcançou 78,59 pontos, dos 100 possíveis no IFT-GKS. Em seguida, está o Rio de Janeiro, com 59,86, e Belo Horizonte, com 54,25. Já no ranking regio-

nal, as campeãs foram Porto Alegre, 50,68; Brasília, 48,98; São Luís, 39,56; e Belém, 34,96.

Segundo Aldrigui, São Paulo é a capital com menor sazonalidade de turismo. Ou seja, tem o maior nível de complexidade para oferecer produtos e serviços de turismo para praticamente todo e qualquer tipo de atividade ao longo do ano. “A cidade consegue ter eventos simultâneos e não há escassez de mão de obra nem transformos à população”, explica.

Segundo ela, o Rio de Janeiro, que é conhecido internacionalmente por suas belezas naturais e grandes eventos, está abaixo por possuir desafios em infraestrutura, empregabilidade e imagem na segurança pública.

“Em maio, Madonna fez uma fala marcante: ‘O show mais bonito, no destino mais bonito do mundo’. Por mais caro que tenha

sido o espetáculo, essa fala não tem preço”, diz a professora. “Porém, o Rio tem desafios que foram maquiados pelas gestões políticas passadas, que se aprofundaram na corrupção.”

O IFT-GKS firmou sua pesquisa em nove variáveis que foram divididas em três áreas: social, econômica e de infraestrutura de turismo. Segundo Aldrigui, não bastava usar informações estritamente relacionadas à atividade turística, porque, para ela, há uma série de outras questões que influenciam o cenário.

Na metodologia, cada variável tem uma pontuação que vai de 1 a 10 pontos. A capital com o melhor índice em um quesito recebe 10 pontos, e as demais são ranqueadas relativamente ao líder do ranking. Para fins de cálculo, a dimensão infraestrutura de turismo teve peso dois no somatório geral. To-

do o trabalho, contou com o apoio da consultoria GKS.

Para a dimensão social foram considerados índices de violência, como homicídios por 100 mil habitantes; nível de alcance dos serviços de saúde pela população; quantidade de residências com acesso à água encanada e à coleta de esgoto; além do nível educacional dos habitantes.

Já a dimensão econômica verificou a quantidade de beneficiários do Bolsa Família em relação ao estoque de empregos, a média de renda da população com mais de 14 anos e a densidade de acesso à banda larga na localidade.

“A dimensão social diz respeito à qualidade de vida dos colaboradores e das pessoas no entorno, já que os turistas estão buscando cada vez mais interação com a comunidade”, diz Cássio Garkalns, CEO da GKS e professor do Institu-

Top 10 das capitais

Baseado em dados sociais, econômicos e de infraestrutura turística

Capital	Pontuação
São Paulo	78,59
Rio de Janeiro	59,86
Belo Horizonte	54,25
Porto Alegre	50,68
Brasília	48,98
Florianópolis	48,95
Curitiba	48,46
Vitória	44,27
Goiânia	42,79
São Luís	39,56

Fonte: IFT-GKS

to de Administração (FA). “Já a dimensão econômica se refere ao atendimento ao turista no local, pois não adianta nada construir um Taj Mahal e no entorno ter hospitais precários, que não conseguem atender a demanda dos turistas, por exemplo.”

Por último, foi avaliada a dimensão turística que trata da dis-

ponibilidade de leitos em meios de hospedagem e da tarifa média para chegar ao destino. “A pesquisa serve principalmente para que os investidores de qualquer nível da iniciativa privada possam estar mais seguros em relação às suas ações futuras; ou, até mesmo, especialistas, que possam fazer análises comparativas”, diz Garkalns.

Mundo vive sob ameaça de guerra global, diz Lula

Estevão Taiar
De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou ontem que as guerras entre Rússia e Ucrânia e entre Israel e Hamas e Hezbollah têm “potencial de se tornarem globais”. A afirmação foi feita em participação virtual na reunião de cúpula do Brics, realizada em Kazan (Rússia). Diante do presidente russo, Vladimir Putin, ele defendeu o início de negociações para um acordo de paz com a Ucrânia, mas não criticou diretamente a invasão russa ao território ucraniano.

“No momento em que enfrentamos duas guerras que têm potencial de se tornarem globais, é

fundamental resgatar nossa capacidade de trabalharmos juntos em prol de objetivos comuns”, disse. A participação do presidente brasileiro foi virtual, a partir do Palácio da Alvorada, por causa do acidente doméstico que ele sofreu no fim de semana.

Segundo Lula, “evitar uma escalada e iniciar negociações de paz também é crucial no conflito entre Ucrânia e Rússia”. Além de Putin, pelo menos 29 chefes de Estado ou representantes de delegação assistiram ao discurso do brasileiro.

Ao lado da China, o governo brasileiro buscou no mês passado a criação de uma proposta de paz para o conflito, iniciado em fevereiro de 2022 após a invasão

russa. A alternativa, porém, foi rejeitada pelo presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky.

A respeito do conflito entre Israel e Hamas e Hezbollah, Lula citou o presidente da Turquia, Recep Tayyip Erdogan, que afirmou na Assembleia Geral da ONU que “Gaza se tornou o maior cemitério de crianças e mulheres do mundo”. “Essa insensatez agora se alastra para a Cisjordânia e para o Líbano”, disse.

O presidente, que tem sido crítico de Israel no conflito no Oriente Médio, não mencionou, no discurso, o ataque terrorista do Hamas contra o território israelense, ocorrido em outubro do ano passado.

Na frente econômica, Lula de-

fendeu que “é chegada a hora de avançar na criação de meios de pagamento alternativos para transações” entre os países dos Brics.

“Não se trata de substituir nossas moedas, mas é preciso trabalhar para que a ordem multipolar que almejamos se reflita no sistema financeiro internacional”, disse o presidente, defendendo que a discussão não pode mais ser adiada.

Ele destacou que os bancos nacionais de desenvolvimento dos integrantes dos Brics “vão estabelecer linhas de crédito em moedas locais, que reduzirão os custos de transação de pequenas e médias empresas”.

Atualmente, na avaliação do

presidente brasileiro, os fluxos financeiros internacionais funcionam como “um Plano Marshall às avessas”, ao continuarem “seguindo para nações ricas”.

“As economias emergentes e em desenvolvimento financiam o mundo desenvolvido”, disse. Para Lula, o Brics é importante em termos econômicos justamente por romper “com essa lógica”. Ele chamou atenção, por exemplo, a atuação do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), conhecido como Banco do Brics e comandado pela ex-presidente do Brasil, Dilma Rousseff.

A respeito das mudanças climáticas, Lula defendeu que “não há dúvida de que a maior respon-

sabilidade” no combate a elas “recai sobre os países ricos”, já que o histórico de emissões desses países “culminou na crise climática que nos aflige hoje”.

“É preciso ir além dos 100 bilhões [de dólares] anuais prometidos e não cumpridos e fortalecer medidas de monitoramento dos compromissos assumidos”, disse, referindo-se a uma promessa feita em 2009 pelos países ricos de direcionar US\$ 100 bilhões anualmente, a partir de 2020, para o combate às mudanças climáticas. Ele reconheceu, no entanto, que “também cabe aos países emergentes fazer sua parte” e que o Brics é “ator incontornável no enfrentamento da mudança do clima”.

Brasil

Atividade econômica

Indicadores agregados

	set/24	ago/24	jul/24	jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	0,23	-0,59	1,36	0,39	0,45	-0,19	0,49	0,68	0,74
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	0,1	-1,4	4,4	-1,5	-0,4	0,8	0,2	-0,8	0,9
Indústria de transformação	-	-0,3	-1,4	4,9	-2,4	0,3	0,7	0,6	0,2	0,4
Indústrias extrativas	-	1,1	-2,2	2,5	3,2	-3,5	0,6	-1,3	-6,6	3,7
Bens de capital	-	-4,0	1,9	0,8	-2,0	3,3	-1,0	2,4	10,2	-1,3
Bens intermediários	-	0,3	-0,4	2,5	-0,6	-1,1	1,1	-0,8	-2,7	1,6
Bens de consumo	-	0,7	-2,6	7,0	-2,2	0,4	0,4	1,6	-0,6	1,2
Faturamento real (CNI - %)	-	0,7	0,5	6,2	-4,2	2,3	-1,3	3,2	-0,6	2,5
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	0,1	0,7	1,8	-2,3	2,4	-1,5	2,5	0,2	1,7
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	0,0	0,9	0,0	1,1	0,3	1,2	1,3	1,1	0,4
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-0,3	0,6	-0,9	0,9	0,8	0,2	0,7	3,6	-2,4
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	0,1	1,1	2,5	-1,1	0,6	1,7	-1,4	2,4	0,0
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-0,4	0,2	1,4	-0,4	0,2	0,3	-0,4	0,5	0,4
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	6,6	6,8	6,9	7,1	7,5	7,9	7,8	7,6	7,4
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	0,4	0,3	0,2	0,1	0,0	0,4	0,4	0,6	0,1
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	-1,4	1,5	2,2	0,5	-1,3	0,7	1,0	0,3	0,9	2,3
Balança comercial (US\$ milhões)										
Exportações	28.789	29.079	30.890	28.770	30.206	30.329	27.651	23.381	26.698	28.786
Importações	23.426	24.251	23.282	22.397	21.889	21.895	20.490	18.217	20.505	19.463
Saldo	5.363	4.828	7.609	6.373	8.317	8.434	7.161	5.164	6.193	9.323

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Produção e investimento

Varição no período

Indicadores	2º Tr/24	1º Tr/24	2024 (1)	2023	2022	2021
PIB (R\$ bilhões) *	2.888	2.714	11.174	10.856	10.080	9.012
PIB (US\$ bilhões) **	553	547	2.233	2.174	1.952	1.670
Taxa de Variação Real (%)	1,4	1,0	2,5	2,9	3,0	4,8
Agropecuária	-2,3	1,1	0,0	15,1	-1,1	0,0
Indústria	1,8	-0,1	2,6	1,6	1,5	5,0
Serviços	1,0	1,4	2,6	2,4	4,3	4,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	2,1	3,8	-0,9	-3,0	1,1	12,9
Investimento (% do PIB)	16,8	16,9	16,6	16,5	17,8	17,9

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data * Valores correntes. ** Banco Central. (1) 2º trim de 2024, nos últimos 12 meses

Contrib. previdenciária*

Empregados e avulsos**

Salário de contribuição em R\$	Alíquotas em % (1)	Base de cálculo* em R\$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R\$
Até 1.412,00	7,50	Até 2.259,20	0,0	0,00
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00	De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00	De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00	De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Empregador doméstico	8,00	Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data * Competência out/24. ** Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte

Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R\$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R\$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data *Valor considera o desconto simplificado de R\$ 564,80 Obs. Desconto por dependente: R\$ 189,59

Principais receitas tributárias

Valores em R\$ bilhões

Discriminação	Janeiro-setembro 2024		Var. %	setembro 2024		Var. %
	2024	2023		2024	2023	
Receita Federal						
Imposto de renda total	6199	5525	12,21	56,3	49,5	13,62
Imposto de renda pessoa física	56,4	45,9	22,70	5,5	4,5	21,25
Imposto de renda pessoa jurídica	241,4	231,8	4,16	18,1	16,4	10,60
Imposto de renda retido na fonte	322,1	274,8	17,24	32,7	28,6	14,15
Imposto sobre produtos industrializados	58,0	44,8	29,50	7,2	5,3	36,86
Fumo	6,1	2,2	182,43	0,7	0,2	338,73
Bebidas	2,2	1,7	30,64	0,3	0,2	1,56
Automóveis	4,2	2,8	50,82	0,4	0,3	26,20
Imposto sobre operações financeiras	494,4	45,1	9,50	6,0	5,4	11,13
Imposto de importação	54,2	40,7	33,36	7,2	4,7	53,91
Cide-combustíveis	2,2	0,6	278,18	0,2	0,3	-4,45
Contribuição para Finsocial (Cofins)	306,8	246,1	24,65	36,0	28,9	24,63
CSLL	129,4	120,3	7,57	9,9	8,8	12,04
PIS/Pasep	83,9	68,2	22,93	9,7	7,9	22,50
Outras receitas	630,5	573,5	9,94	70,7	63,6	11,16
Total	1.934,3	1.691,8	14,34	203,2	174,3	16,55
	jun/24	mai/24		jun/23		
Valor	49,7	1,33	49,1	-2,76	45,9	-3,85

Fontes: Receita Federal e Previdência Social. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior.

Atualize suas contas

Variação dos indicadores no período

Mês	Em %					Em R\$					
	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	2,393	1,302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1,320,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1,320,00
jun/23	0,1999	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1,320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1,320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1,320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1,320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1,320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1,320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00	24,29	1,320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1,412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1,412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1,412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05	24,38	1,412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	1,22	24,38	1,412,00
jun/24	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268	0,79	0,5395	0,4796	0,2832	0,79	24,38	1,412,00
jul/24	0,0739	0,5743	0,5743	0,8402	0,91	0,5770	0,4970	0,3207	0,41	24,44	1,412,00
ago/24	0,0707	0,5711	0,5711	0,8080	0,87	0,5770	0,5088	0,3175	0,35	24,44	1,412,00
set/24	0,0675	0,5678	0,5678	0,7760	0,84	0,5584	0,5088	0,3143	0,33	24,44	1,412,00
out/24	0,0977	0,5982	0,5982	0,8801	0,93	0,6191	0,5112	0,3446	-	24,49	1,412,00
2024	0,67	5,81	5,81	8,23	8,99	5,71	4,86	3,18	3,40	0,82	6,97
Em 12 meses*	0,81	7,03	7,03	10,07	10,97	6,86	5,79	3,84	3,47	0,82	6,97
2023	1,76	8,04	8,04	12,01	13,04	7,15	5,65	4,81	2,31	2,02	8,91

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência (1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para outubro projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Inflação

Varição no período (em %)

	Acumulado em				Número índice			
	out/24	set/24	2024	2023	12 meses	out/24	dez/23	out/23
IBGE								
IPCA	- 0,44	3,31	4,62	4,42	- 6,99715	6,77327	6,716,74	
INPC	- 0,48	3,29	3,71	4,09	- 7,18387	6,954,74	6,909,79	
IPCA-15	- 0,13	3,15	4,72	4,12	- 6,855,40	6,645,93	6,597,68	
IPCA-E	- 0,13	3,15	4,72	4,12	- 6,855,40	6,645,93	6,597,68	
FGV								
IGP-DI	- 1,03	3,12	-3,30	4,83	- 11,399,98	11,055,54	10,929,97	
Núcleo do IPC-DI	- 0,39	2,90	3,48	3,90	-	-	-	
IPA-DI	- 1,20	2,76	-5,92	4,82	- 1,330,07	1,294,35	1,276,14	
IPA-Agro	- 3,55	6,12	-11,34	11,15	- 1,894,58	1,785,32	1,709,99	
IPA-Ind.	- 0,33	1,53	-3,77	2,58	- 1,111,25	1,094,53	1,090,42	
IPC-DI	- 0,63	3,50	3,55	4,55	- 7,593,33	7,336,7	7,295,56	
INCC-DI	- 0,58	4,88	3,49	5,48	- 1,1			

Contas públicas Fundo eleva estimativas para indicador até 2029 e só vê superávit primário em 2027

FMI piora projeções para dívida bruta do Brasil

Sergio Lamucci
De São Paulo

O Fundo Monetário Internacional (FMI) piorou as projeções da dívida bruta pública brasileira para 2024 e para os próximos cinco anos. Nas estimativas do Fundo, o indicador vai subir de 84,7% do PIB em 2023 para 87,6% do PIB neste ano. A instituição prevê que o indicador continuará a aumentar até 2029, o ano mais distante para o qual fez projeções. Nas contas do FMI, o endividamento bruto do Brasil alcançará 92% do PIB no ano que vem e baterá em 97,6% do PIB daqui a cinco anos.

As previsões fazem parte do apêndice estatístico do Monitor Fiscal, divulgado na quarta-feira, indicando que o arcabouço fiscal, que entrou em vigor neste ano, não vai estabilizar a dívida como proporção do PIB nesse horizonte. O resultado primário,

por sua vez, só deve voltar ao azul em 2027, segundo o FMI.

A previsão do FMI para a dívida bruta do país para 2024 subiu em relação à estimativa do documento anterior, publicado em abril, de 86,7% para 87,6% do PIB. No relatório publicado há seis meses, a instituição projetava que o endividamento bruto atingiria 89,3% do PIB no ano que vem, número que foi elevado para 92% do PIB. Para 2029, o Fundo estimava em abril uma dívida bruta para o Brasil de 93,9% do PIB; agora, espera que ela alcance 97,6% do PIB daqui a cinco anos.

O número brasileiro projetado para 2024 é o sexto maior de um grupo de 38 países emergentes, ficando atrás de Bahrein (126,7% do PIB), Ucrânia (95,6% do PIB), Argentina (91,5% do PIB), Egito (90,9% do PIB) e China (90,1% do PIB). O endividamento bruto é um dos principais indicadores

de solvência de um país, sendo acompanhado com atenção pelos analistas. A média da dívida dos emergentes deve ficar em 70,8% do PIB neste ano, segundo projeções do FMI.

O FMI usa um critério diferente do utilizado pelo Banco Central (BC) brasileiro para o cálculo da dívida bruta do país. Na contabilidade do Fundo, entram na conta os títulos do Tesouro na carteira do BC, enquanto a metodologia da autoridade monetária brasileira os exclui. Pelo critério brasileiro, o endi-

Previsão para 2029 é de um endividamento bruto de 97,6% do PIB

vidamento bruto ficou em 78,5% do PIB em agosto deste ano, tendo encerrado 2023 em 74,4% do PIB.

O Monitor Fiscal também traz projeções para o resultado primário, aquele que não inclui gastos com juros. Para 2024, o FMI espera um déficit primário de 0,5% do PIB, um pouco melhor que o 0,6% do PIB projetado em abril. Mas agora o FMI estima que o resultado primário só voltará ao terreno positivo em 2027, quando atingirá 0,1% do PIB; para 2025 e 2026, as projeções são de rombos de 0,7% e 0,6% do PIB. Em abril, o Fundo previa déficit de 0,3% do PIB no ano que vem e déficit zero em 2026, com superávit de 0,4% do PIB em 2027. Para 2029, o ano mais distante para o qual o FMI faz estimativas, os números são parecidos. Em abril, era de superávit de 0,9% do PIB; agora, é de 1% do PIB. A meta da equipe econômica é de déficit zero

neste ano para o governo central, com margem de tolerância de 0,25% do PIB.

A série de dados para o resultado primário do Brasil que aparece no Monitor Fiscal de 2015 a 2023 não coincide com os números do setor público consolidado, que inclui o governo federal, Estados, municípios e estatais não financeiras, excluindo Petrobras e Eletrobras. As estatísticas tampouco são as da série do governo central, que engloba o Tesouro, o BC e o INSS. As metas do arcabouço são para o governo central.

No Monitor Fiscal, o FMI alerta que em países em que a dívida deve aumentar ainda mais, casos de Brasil, França, Itália, África do Sul, Reino Unido e Estados Unidos, adiar ações de ajuste fiscal é custoso. Esperar é arriscado, diz o Fundo — a experiência dos países mostra que endividamento elevado pode

levar a reações adversas do mercado, além de reduzir o espaço para o manejo do orçamento em face de choques negativos.

O documento diz ainda que o ajuste fiscal mais desejável deve ser desenhado de modo diferente para países avançados e emergentes. Nesse último grupo de economias, as medidas devem preservar investimentos públicos, para limitar o impacto sobre o PIB, e também transferências de renda, para proteger famílias vulneráveis, afirma o FMI. De acordo com o Fundo, em países como Brasil, Índia e África do Sul, o ajuste exige reformas para enfrentar a rigidez orçamentária, para permitir que as despesas sejam realocadas para as áreas em que são mais necessárias.

O FMI e o Banco Mundial realizam nesta semana o seu encontro anual, em Washington.

Adiar ajuste pode trazer consequências custosas e arriscadas, defende Fundo

Luiza Palermo
De São Paulo

Adiar ajustes fiscais poderá trazer consequências custosas e arriscadas, sendo agora o momento para os países agirem para diminuir a dívida, afirmou Vítor Gaspar, diretor do Departamento de Finanças Públicas do FMI, em entrevista coletiva realizada nesta quarta-feira (23). Ele expressou crescente preocupação com a dívida pública global, que pode ser pior do que o previsto.

Durante a apresentação do novo Monitor Fiscal do FMI, Gaspar disse que o ajuste fiscal desempenha um papel crucial na contenção dos riscos da dívida. Em um cenário de inflação moderada e com os bancos centrais reduzindo as taxas de juros, as economias estão agora em uma posição melhor para absorver os efeitos econômicos do aperto fiscal.

“Os planos fiscais implementados pela maioria dos países atualmente são insuficientes e esforços adicionais são necessários”, afirmou. “A dívida pública está cada vez maior e perigosa e o momento é agora para nos voltarmos para políticas fiscais graduais, sustentáveis e focadas nas pessoas.”

Na nova edição do relatório, o FMI alertou para o crescimento da dívida pública global, que deve ultrapassar neste ano a marca de US\$ 100 trilhões (cerca de 93% do PIB) e se aproximar de 100% do PIB até 2030.

“Nossa análise mostra que as projeções de riscos de dívida pública estão inclinadas para cima”, disse Gaspar. “Em um cenário adverso severo, a dívida pública seria de 20 pontos percentuais do PIB acima do que está projetado atualmente.”

O contexto de alta dívida reduz o espaço fiscal e a capacidade

dos governos de responder a recessões econômicas, exclui investimentos necessários para o crescimento e aumenta o risco de estresse soberano, segundo o FMI.

Para o diretor do Fundo, é importante o modo como o ajuste fiscal será feito pelos países. Os governos deveriam evitar cortes nos investimentos públicos, por exemplo, já que isso poderia ter efeitos severos no crescimento.

“Cortes nos investimentos públicos prejudicam as perspectivas de crescimento a longo prazo, enquanto a redução das transferências sociais afeta as famílias vulneráveis e aumenta a desigualdade”, alerta Gaspar.

No relatório, o FMI também recomenda um endurecimento cumulativo de cerca de 3,8% do PIB até 2029. Só assim seria garantido uma alta probabilidade de estabilização da dívida em uma economia média.



Vitor Gaspar, diretor do FMI: na maioria dos países, planos de ajuste fiscal adotados são “insuficientes”

Fortalecer arcabouço fiscal é melhor remédio no momento, diz Haddad

Alexandra Bicca

Para o Valor, de Washington

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, defendeu o fortalecimento do arcabouço fiscal como forma de dar solidez à economia do país. Após participar do lançamento da Plataforma de Investimentos em Transformação Climática e Ecológica do Brasil (BIP), Haddad foi questionado por jornalistas sobre as projeções fiscais do Fundo Monetário Internacional (FMI) que indicam piora de cenário para o Brasil.

“Eu não posso responder por uma instituição”, afirmou. Segundo ele, a própria equipe econômica “tem que estar convencida” da importância da questão fiscal “para convencer alguém, como aconteceu com o arcabouço fiscal”. “Tivemos problemas internos também, que se associaram ao cenário externo mais desafiador, e estamos agora tendo que repensar essa estratégia para fortalecer o arcabouço fiscal”, disse o ministro.

Questionado sobre as respostas do governo para que essas projeções mais pessimistas não se confirmem, Haddad disse que fortalecer o arcabouço é o melhor remédio para esse momento.

“Se há dúvidas sobre o seu mecanismo de funcionamento, dissipar essa dúvida, fortalecer o instrumento, que a ancoragem das expectativas vai acabar acontecendo. Esse é um ponto de vista, uma convicção muito forte que eu tenho”, comentou.

Sobre eventuais cortes de gastos para esse ajuste, Haddad respondeu que a ação deve vir com a adequação “aos parâmetros do arcabouço” e reforçou o compro-



Fernando Haddad: repensar a estratégia para fortalecer o arcabouço

misso da Fazenda em manter as despesas abaixo das receitas.

“Nós temos que ter um compromisso para que a receita seja recomposta e a despesa siga abaixo da receita. Entre 50% e 70% da receita, para que essa aproximação retome o posicionamento de equilíbrio e nós, ali para frente, consigamos gerar um resultado primário, como já vivemos no momento de maior crescimento da economia brasileira.”

Sobre despesas que estariam ficando “fora do arcabouço”, Haddad disse que um dos únicos pontos que teriam gerado debate nes-

te ano foi o Vale Gás, mas que isso ainda segue sendo debatido. De acordo com o ministro, o governo tirou a urgência para redesenhar e que deve submeter ao presidente Lula algo que seja mais coerente. Sobre gastos extraordinários como com as enchentes no Rio Grande do Sul e o combate e controle de queimadas, o ministro afirmou que foram gastos necessários.

Na avaliação de Haddad, apesar dos gastos extraordinários, o mercado reconhece que a meta deste ano, que todo mundo dizia que ia ser alterada, não foi alterada e teria sido “cumprida com

folga se a questão da desoneração fosse enfrentada da maneira como a Fazenda propôs”.

Haddad, destacou a aprovação do segundo comunicado do G20 sob a presidência brasileira. Isso, segundo Haddad, demonstra a vantagem que o país tem dentro dos fóruns internacionais e da força de sua diplomacia e que por isso o país se beneficia na proposição de coisas novas.

“Qual foi o último G20 em que se conseguiu dois comunicados consensuados com todos os membros do G20? Sem lembrança da última vez que isso aconteceu. Detalhe, o mundo está muito mais tenso hoje do que já esteve no passado e, mesmo com as tensões todas colocadas, o Brasil, pela sua liderança, conseguiu”, destacou Haddad.

Em relação ao conteúdo do comunicado que está sendo comemorado pelos representantes brasileiros, Haddad explicou que se trata do alinhamento dos bancos e agências multilaterais sobre os problemas de crédito para países endividados e a questão dos créditos concessórios.

O ministro afirmou que são necessárias soluções urgentes para a crise climática e que a transição ecológica exige um grande esforço, especialmente de comunicação. Na avaliação do ministro, a crise climática é uma realidade e não deveria envolver divisão partidária, deveria ser um tema de convergência.

“Se tivermos consciência do que fazer, os projetos adequados. A ciência está correndo para apresentar soluções ecológicas viáveis e mais baratas”, disse. Haddad está em Washington para a reunião do FMI e do Banco Mundial.

Banco Mundial sugere imposto seletivo elevado

Jéssica Sant'Ana
De Brasília

Estudo do Banco Mundial defende que o governo federal implemente alíquotas altas para o Imposto Seletivo que vai incidir sobre tabaco, álcool e bebidas açucaradas, de forma a incentivar a redução do consumo desses produtos, especialmente por famílias de baixa renda. O banco também afirma que é necessário indexar a alíquota à inflação mais três pontos percentuais para proteger os valores reais do tributo ao longo do tempo.

As recomendações constam na nota de conhecimento “Oportunidades oferecidas pela reforma dos impostos indiretos para melhorar a tributação sobre tabaco, álcool e bebidas açucaradas no Brasil”. O Imposto Seletivo sobre esses três tipos de produtos está previsto na reforma tributária, atualmente em fase de regulamentação. As alíquotas serão definidas posteriormente, via lei ordinária do Executivo. O Seletivo entrará em vigor em 2027.

De acordo com o estudo, 341 mil mortes por ano no Brasil são atribuíveis ao consumo de tabaco, álcool e bebidas açucaradas. A implementação do “Imposto do Pecado” busca justamente desencorajar o consumo desse e de outros produtos nocivos à saúde ou ao meio ambiente.

O estudo aponta que hoje os preços desses produtos são baixos se comparados ao de países semelhantes na América Latina e Caribe e aos países do G20. Um aumento significativo de preços impulsionado pela incidência do Seletivo, diz o banco, reduziria substancialmente o consumo desses produtos, especialmente por famílias mais pobres, mais

sensíveis às mudanças de preços.

Além de alíquotas altas, o Banco Mundial defende a indexação do Seletivo. “Devem ser feitos ajustes regulares para proteger os valores reais dos tributos, evitando, assim, que a inflação reduza os impactos na saúde e a receita do Imposto Seletivo”, diz o estudo. A sugestão é indexar o tributo a um índice de preços mais um acréscimo de três pontos percentuais para compensar eventuais aumento de renda da população.

Já em relação ao valor das alíquotas em si, o estudo cita que a cobrança de um Imposto Seletivo de R\$ 13,90 por maço de cigarro alinharia o Brasil ao preço mediano dos países da América Latina e Caribe, enquanto para igualar à mediana dos países do G20 exigiria uma tributação de R\$ 15,60. Além disso, é recomendado que o imposto seja aplicado uniformemente a todos os cigarros, independentemente das características do produto.

No caso do álcool, a sugestão é de uma alíquota de R\$ 7,20 por litro de cerveja para alinhar o país ao preço mediano aplicado na América Latina. No caso dos destilados, o Brasil precisaria de um Seletivo de R\$ 40 por litro. Além disso, o imposto deve variar de acordo com o teor alcoólico.

Para bebidas açucaradas, o Brasil precisaria de um Imposto Seletivo médio de R\$ 3,90 por litro. Além disso, as alíquotas devem variar conforme o teor de açúcar. O Banco Mundial também defende que o Seletivo seja aplicado de forma ampla a todas as bebidas açucaradas, inclusive sucos de frutas, leite adoçado com açúcar e todas as categorias de bebidas que usam açúcar como adoçante.

kz

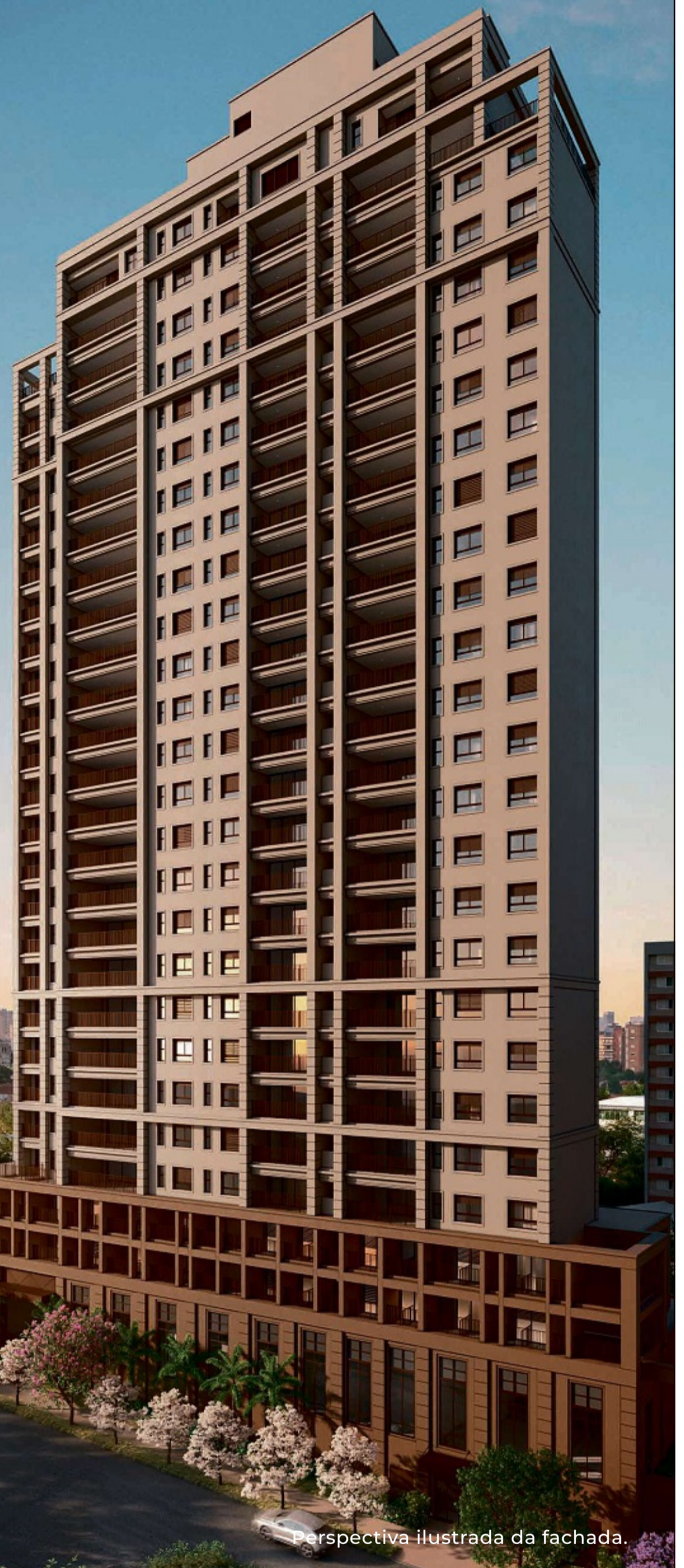
BREVE LANÇAMENTO



LINDENBERG
RESERVA PARAÍSO

NO MELHOR
DO PARAÍSO.

NO MELHOR ESTILO
LINDENBERG.



Perspectiva ilustrada da fachada.

Próximo ao Parque Ibirapuera, em uma rua tranquila e arborizada, a Lindenberg apresenta um empreendimento único, com lazer exclusivo e apartamentos amplos e sofisticados.

98, 133 e 180 m²
2 E 3 SUÍTES

VISITE O STAND
RUA MÁRIO AMARAL, 310 - PARAÍSO



11 2391-3260

Futura Realização e intermediação:



Futura Realização, construção e intermediação:



Informações e imagens preliminares sujeitas a alterações. O empreendimento, EZCAL MARIO AMARAL INCORPORAÇÃO SPE LTDA, CNPJ: 47.491.431/0001-610, localizado na Rua Mario Amaral, 310 - Paraíso, só poderá ser comercializado após emissão do Registro de Incorporação. Futura Intermediação - Lindenberg Vendas Ltda.: Rua Joaquim Floriano, 466 - Ed. Corporate - 2º andar - CEP 04534-002 - CRECI: 20267-J. Central de Atendimento TECVENDAS: R. Domingos de Moraes, 2.187 - Torre Dubai - Sala 114 - Vila Mariana - São Paulo - SP - Fone: 5056-8308. Diário/24 horas - www.eztec.com.br. CRECI: 5677-J.

Política

Em rota de confronto com a agenda Trump



Maria Cristina Fernandes

A concomitância das reuniões anuais do Brics, do FMI/Banco Mundial e dos ministros das finanças do G20, a dez dias das eleições americanas, evidenciou os impactos inevitáveis para todos esses fóruns se o vento soprar a favor de Donald Trump. Como presidente do G20 e, em breve, do Brics, é claro que também vai sobrar para o Brasil.

O rascunho acordado entre os ministros do G20, por exemplo, manteve o compromisso com a taxa dos super-ricos proposta por Fernando Haddad. Joe Biden já chegou a propor taxa de grande fortunas nos EUA que nunca foi adiante. Ele ainda será o presidente quando o encontro acontecer, a partir de 18 de novembro, no Rio, mas uma eventual vitória de Trump, cujo governo reduziu os impostos dos mais ricos, pode reforçar a resistência de integrantes do bloco hostis à proposta, como Javier Milei, da Argentina.

O mesmo se pode dizer para esta plataforma de investimentos climáticos e de transformação ecológica lançada por Haddad que tem como objetivo atrair investidores internacionais para apoiar projetos verdes no país. A

proposta, que terá o BNDES na conexão entre projetos e investidores, cultiva a ambição de atrair US\$ 8 bilhões em um ano e dobrar no ano seguinte.

Um grupo de 20 investidores americanos que gerenciam uma carteira de US\$ 1 trilhão e está no Brasil prospectando investimentos, deixou, num de seus interlocutores, a impressão de que apostam numa transição energética muito longa e encaram o momento com pragmatismo. Demonstraram mais interesse em petróleo do que no crédito de carbono. Nenhum deles escondeu a preferência por Trump.

Em Kazan, as atenções brasileiras estiveram voltadas para a investida da Venezuela para entrar no Brics, mas os desdobramentos do encontro estão longe de se limitar às tensões entre o Brasil e seu vizinho, que cresceram com os desdobramentos indesejáveis do envolvimento brasileiro na tentativa de mediar uma transição para a democracia naquele país. As preocupações com a pressão da Venezuela, escancarada com a surpreendente chegada de Maduro a Kazan na terça-feira, acabaram por se dissipar ao final do jantar do dia seguinte.

Quando o repasto se iniciou, a diplomacia brasileira ainda não dava o tema por vencido. O temor era que se repetisse a manobra da Etiópia no encontro do ano passado em Joanesburgo. Durante aquele jantar, os chefes de Estado foram convencidos a reabrir a lista dos novos integrantes plenos do bloco (Egito, Irã e Emirados Árabes) para incluir a Etiópia.

O episódio do ano passado é visto, em setores do Itamaraty, como parte do desarme diplomático promovido pelo bolsonarismo que não foi capaz de evitar a expansão do bloco, indesejada pelo Brasil. Desde então, a pauta de negociações foi mais vigilante em evitar novas expansões.

O repasto findou, enfim, sem incluir a Venezuela nem mesmo na lista dos 13 "países parceiros" que a Rússia, por decisão consensual dos nove integrantes plenos, vai convidar. O aceite de países como a Turquia, por exemplo, ainda é duvidoso. Por que se submeteria a integrar, sem voz, um fórum ao qual o vizinho Irã está integrado a plenos pulmões?

A participação dos iranianos, abrigados pelo bloco desde o ano passado, é uma promessa de dor de cabeça para as relações do

Brics com um eventual governo Trump, dadas as relações ainda mais estreitas que o republicano mantém com o regime de Benjamin Netanyahu.

Mas não apenas. A própria realização do encontro foi um desafio de Vladimir Putin ao isolamento imposto pelas sanções americanas e pelo Tribunal Penal Internacional. Como é alvo de um mandato de prisão desta Corte pelos crimes de guerra na Ucrânia, Putin não foi ao encontro do Brics em Joanesburgo em 2023 nem virá ao do Brasil em 2025. A restrição, porém, não o impediu de receber em seu país 22 chefes de Estado, além do secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, no encontro mais amplo que teve desde a invasão da Ucrânia.

A cúpula dos Brics também marcou o primeiro encontro, em cinco anos, entre Xi Jinping, chefe de Estado do país que mais desafia a economia americana, e Narendra Modi, primeiro-ministro do país mais populoso do mundo. As relações comerciais nunca foram rompidas, mas os dirigentes se mantinham afastados desde o conflito, na fronteira, que resultou na morte de 20 indianos e quatro chineses, em 2020. As

expectativas de que a reaproximação incrementalmente os investimentos chineses na Índia é uma má notícia para os Estados Unidos em quaisquer cenários, mas particularmente ofensiva à militância anti-China de Trump.

A convergência do bloco em relação ao uso de moedas locais nas suas transações comerciais, também soa como uma provocação ao candidato republicano. Há inúmeras barreiras internas ao seu avanço no Brics, mas o tema esteve presente desde a declaração remota do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, impedido de viajar por recomendação médica, até a declaração final do encontro. Trump passou a campanha prometendo penalizar países que desdolarizarem suas transações comerciais.

E, finalmente, o Brasil arrancou, ao longo dos 134 parágrafos da declaração final do bloco, reiteradas manifestações de apoio à presidência do G20, do Brics e da COP30. Todas essas agendas foram hostilizadas pelo governo Trump e voltarão a sê-lo se ele retomar o poder.

Maria Cristina Fernandes é jornalista do Valor. Escreve às terças e quintas-feiras. E-mail: mcristina.fernandes@valor.com.br

Eleições Candidato do Psol ampliou vantagem entre as mulheres; mas prefeito mantém liderança entre os eleitores mais pobres

Quaest traz Nunes 9 pontos à frente de Boulos em SP



Cristiane Agostine e Lilian Venturini
De São Paulo

O prefeito de São Paulo e candidato à reeleição, Ricardo Nunes (MDB), mantém a liderança na disputa pela capital paulista com 44% das intenções de voto ante 35% registrados pelo adversário, o deputado federal Guilherme Boulos (Psol), segundo pesquisa Quaest, encomendada pela TV Globo e divulgada na quarta-feira (23).

A diferença entre os dois candidatos passou de 12 pontos, regis-

trados na pesquisa Quaest da semana passada, para 9 pontos. Nunes oscilou de 45% para 44% e Boulos, de 33% para 35%, dentro da margem de erro da pesquisa, de 3 pontos percentuais, para mais ou para menos. Votos em branco, nulo e eleitores que disseram que não vão votar somam 19%, mesmo percentual da pesquisa anterior. Eleitores indecisos somam 2%.

Na pesquisa espontânea,

Dos eleitores de Pablo Marçal, 7% pretendem votar em Boulos e 79% em Nunes

quando os nomes dos candidatos não são apresentados, Nunes tem 36% e Boulos, 28%.

O levantamento anterior foi o primeiro feito pelo instituto no segundo turno e foi realizado quando parte da população ainda sentia o efeito do apagão registrado na Grande São Paulo. Boulos tentou explorar o episódio, associando a falta de luz a falhas da gestão Nunes. Nesta semana a Quaest voltou ao tema e houve pouco reflexo para a imagem de Nunes. Para 61%, o principal responsável pelo apagão foi a Enel e para 10% foi o "governo municipal".

Entre os 30% dos eleitores que relataram ter sofrido com a falta de luz, Nunes e Boulos ficam em situação de empate técnico. Mas a vantagem do prefeito sobre Bou-

los aumenta para 12 pontos quando o recorte considera os demais 70% que não tiveram problemas.

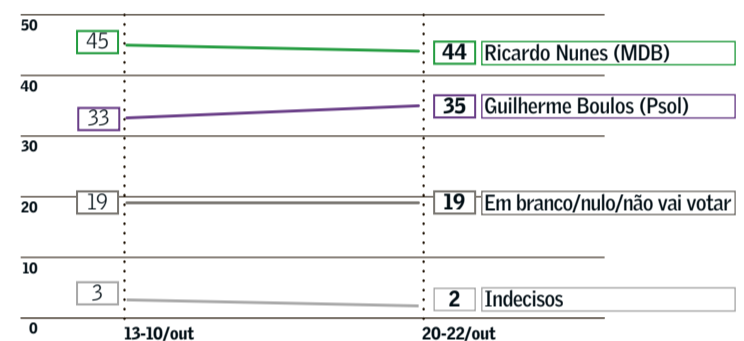
A pesquisa mostra que o esforço feito por Boulos para atrair quem votou no influenciador Pablo Marçal (PRIB) no primeiro turno não surtiu efeito. Dos eleitores de Marçal, 79% disseram pretender votar em Nunes (há uma semana eram 74%) e apenas 7% afirmaram que poderão escolher Boulos.

Entre os eleitores da deputada federal Tabata Amaral (PSB), 62% pretendem votar em Boulos (na pesquisa anterior eram 54%) e 19% disseram que votarão em Nunes.

Na análise dos números por perfil de eleitor, as mudanças mais relevantes ocorreram entre as mulheres, que representam a maioria do eleitorado, e entre os mais jo-

São Paulo

Pesquisa Quaest/TV Globo de 2º turno - em %



Fonte: Quaest e TV Globo. Margem de erro 3 pp para mais ou para menos. Nível de confiança: 95%. Entrevistas: 1.200. Registro no TSE: SP-05735/2024 (13-15/10) e SP-06257/2024 (20-22/10)

vens. Boulos ampliou de 32% para 37% entre as mulheres. Nunes oscilou de 44% para 42%. Nesse segmento a margem de erro é de 4 pontos percentuais. Entre os homens, Nunes manteve a liderança e tem 46% ante 33% de Boulos, que tinha 34% na pesquisa anterior.

O candidato do Psol passou à frente de Nunes entre os eleitores com idade entre 16 e 34 anos. Boulos passou de 35% para 39%, ante 37% do prefeito, que até então tinha 39%. Nas demais faixas etárias, Nunes mantém a liderança.

Tanto Boulos quanto Nunes focaram na busca do voto da periferia. Para o candidato do Psol, no

entanto, a diferença nessa etapa da campanha ocorreu entre os mais ricos (que declaram renda superior a 7 salários mínimos). Segundo a Quaest, o percentual nesse segmento avançou de 32% para 40%, reduzindo de 20 para 7 pontos a diferença para Nunes, que tinha 52% e passou para 47% — a margem de erro nesse segmento é de 5 pontos. Entre os mais pobres e na faixa intermediária o cenário se manteve, com o prefeito à frente.

A pesquisa foi feita entre 20 e 22 de outubro com 1.200 pessoas, tem nível de confiança de 95% e foi registrada na Justiça Eleitoral com o protocolo SP-06257/2024.

Noman lidera em BH, mas Engler avança 3 pontos

Cibelle Bouças
De Belo Horizonte

A pesquisa Quaest com as intenções de voto para prefeito de Belo Horizonte no segundo turno mostra o prefeito e candidato à reeleição Fuad Noman (PSD) na liderança, com 46% das intenções de voto. No limite da margem de erro, de 3 pontos percentuais para mais ou para menos, ele está empatado tecnicamente com o deputado estadual Bruno Engler (PL), que aparece com 40% das intenções.

De acordo com a pesquisa, enquanto o candidato possedista manteve estabilidade nas intenções de voto em relação ao levantamento da semana passada, em 46%, o candidato apoiado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL)

avançou 3 pontos percentuais, passando de 37% para 40%.

Eleitores indecisos mantiveram-se em 5%. Entre os entrevistados, 9% disseram que pretendem votar em branco, anular ou não votar; na semana passada esse grupo somava 12% do total.

A pesquisa Quaest, contratada pela TV Globo, foi realizada entre os dias 20 e 22 com 1.002 eleitores. O nível de confiança é de 95%. O levantamento está registrado na Justiça Eleitoral com o protocolo MG-07435/2024.

Esses números referem-se à pesquisa estimulada, quando são apresentados aos eleitores os nomes dos candidatos. Na pesquisa espontânea, em que os entrevistados não têm acesso aos nomes dos candidatos, Fuad Noman e Bruno Engler também

aparecem tecnicamente empatados. O atual prefeito aparece com 35% das intenções de voto, ante 33% na pesquisa anterior. Engler tem 31% das menções, 3 pontos percentuais acima da medição anterior.

O índice de indecisos ainda é alto, de 32% — no levantamento da semana passada eram 33%. Votos em branco, nulos e aqueles que não pretendem votar somam 2%, ante 6% na pesquisa anterior.

A Quaest também perguntou aos eleitores se estão decididos sobre seus candidatos ou se há chances de mudar de voto até domingo. Ao todo, 78% disseram que a escolha é definitiva. Outros 21% disseram que ainda podem mudar de ideia e 1% não soube ou não quis responder. No levantamento da semana passada,

76% diziam que a escolha era definitiva e 24% diziam que poderiam mudar o voto.

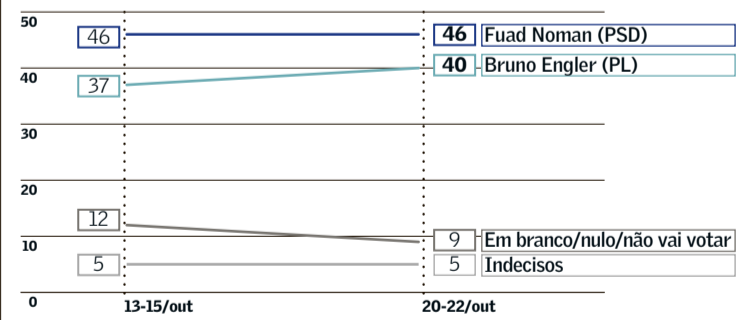
Entre os eleitores de Noman, 82% afirmaram que a decisão é definitiva, ante 77% na medição anterior. Outros 17% disseram que podem ainda mudar de ideia (eram 23% na pesquisa passada). Não sabem ou não responderam somam 1%.

Entre os eleitores de Engler, 79% afirmaram que a decisão é definitiva (ante 78% na semana passada). Outros 21% afirmaram que podem mudar o voto (redução de um ponto percentual).

A pesquisa perguntou aos eleitores dos ex-candidatos Mauro Tramonete (Republicanos), Gabriel Azevedo (MDB) e Duda Salabert (PDT) em quem votariam no segundo turno.

Belo Horizonte

Pesquisa Quaest/TV Globo de 2º turno - em %



Fonte: Quaest e TV Globo. Margem de erro 3 pp para mais ou para menos. Nível de confiança: 95%. Entrevistas: 1.002. Registro no TSE: MG-03563/2024 (13-15/10) e MG-07435/2024 (20-22/10)

Entre os eleitores de Tramonete, 46% disseram que votarão em Noman; 31% votarão em Engler. Entre os eleitores de Gabriel, 66% votarão em Noman. Outros

30% preferem Engler.

Dos eleitores de Duda Salabert, 88% votarão em Noman. Outros 7% votarão no candidato bolsonarista.

Em Fortaleza, petista e pefelista seguem empatados

Marina Falcão
Do Recife

O deputado federal André Fernandes (PL) e o deputado estadual Evandro Leitão (PT) estão tecnicamente empatados na disputa em segundo turno pela Prefeitura de Fortaleza. De acordo com pesquisa Quaest, Fernandes oscilou um ponto para baixo e tem 42% das intenções de voto, enquanto Leitão oscilou um ponto para cima e está agora

com 44%. A margem de erro é de 3 pontos percentuais para mais ou para menos.

Os votos em branco e nulos somam 12% e os indecisos, 2%. Na sondagem anterior, divulgada na sexta-feira passada (18), indecisos eram 4% e 10% disseram que iriam votar em branco, anular ou não iria votar.

Na pesquisa espontânea, em que eleitores respondem sem ver os nomes, os dois candidatos estão numericamente empatados,

com 37%. Em relação ao levantamento anterior, o candidato do PT oscilou 3 pontos para cima e o do PL, 2 para baixo.

A Quaest mediu também o grau de decisão do voto. Para 84% dos entrevistados a escolha é definitiva e, para 16%, ainda pode mudar. A margem de erro é de 5 pontos percentuais, para mais ou para menos.

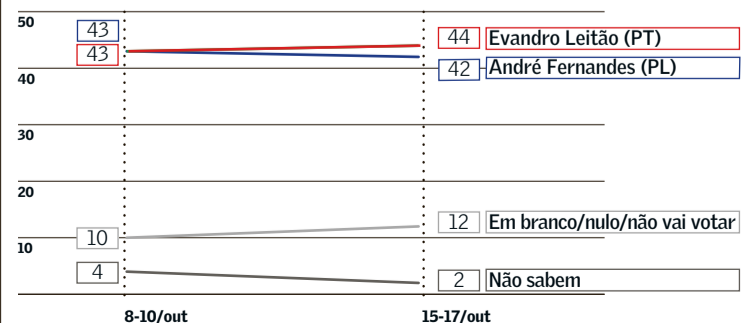
Quando perguntados se a escolha do candidato era definitiva ou ainda podia mudar, 84% dos elei-

tores que afirmaram votar em Evandro Leitão disseram que a escolha é definitiva e 15%, que ainda podem mudar de ideia; entre os eleitores de André Fernandes, 92% responderam que a escolha é definitiva e 8% que o voto pode mudar.

A pesquisa foi encomendada pela TV Verdes Mares e o nível de confiança é de 95%. O questionário foi aplicado a 900 eleitores entre os dias 20 e 22 de outubro. O protocolo de registro da Justiça Eleitoral é CE-04417/2024.

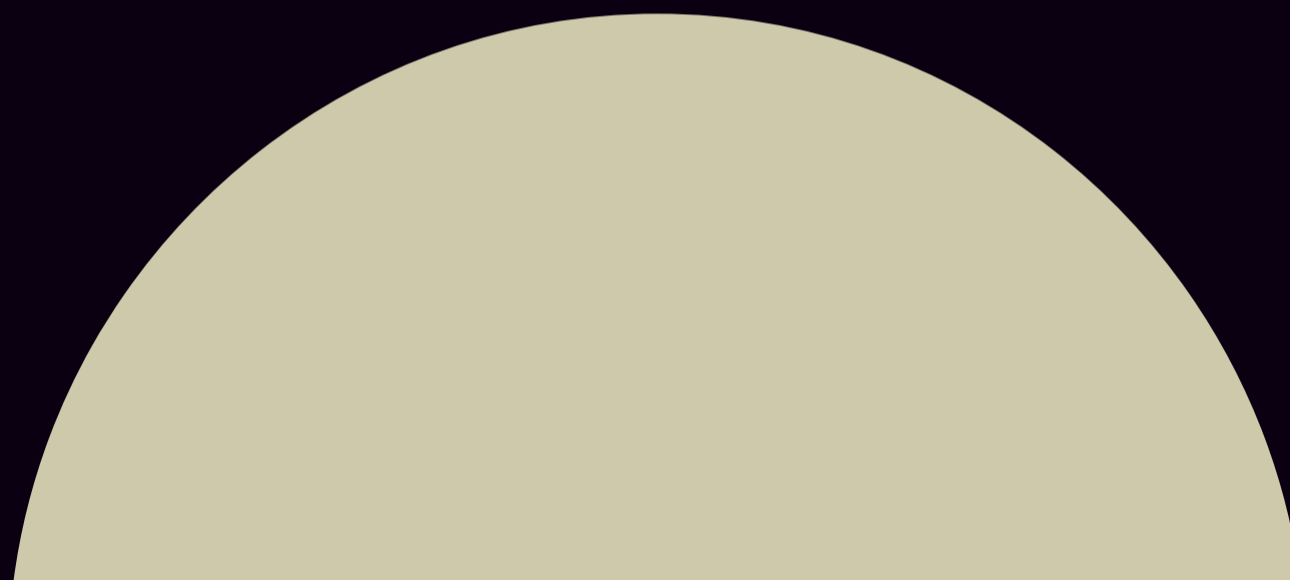
Fortaleza

Pesquisa Quaest de 2º turno - em %



Fonte: Quaest/TV Verdes Mares. Margem de erro 3 pp para mais ou para menos. Nível de confiança: 95%. Entrevistas: 900. Registro no TSE: CE-01540/2024 (15-17/10), CE-04417/2024 (20-22/10)

NA BETC HAVAS, VALORIZAMOS OS CLIENTES QUE VALORIZAM OS CLIENTES.



Parabéns, Assaí: Top of Mind pelo terceiro ano consecutivo.

Na BETC HAVAS, temos o orgulho de homenagear o Assaí Atacadista, que se consolidou pelo terceiro ano consecutivo como Top of Mind nas categorias Atacadista e Supermercado, segundo a Folha de S.Paulo. São 50 anos de dedicação ao consumidor brasileiro e a confiança de milhões de clientes, que agora celebram mais uma grande conquista. E nós, como parceiros, aplaudimos de pé. Que venham mais 50 anos de sucesso.

**BETC
HAVAS**
Sexy & Bold

+


ASSAÍ
ATACADISTA

Política



César Felício

Eleições para vereador sinalizam para 2026

Pergunte aos dados

Sempre deixadas em segundo plano, são as eleições para vereador encerradas no dia 6 que sinalizam com mais força para o que pode ser a futura Câmara dos Deputados a ser eleita em 2026. Na disputa pelos vereadores, não há coligação entre os partidos, diferentemente do que acontece na eleição para prefeito. A soma do que cada um eleger sugere quem tem chance de cumprir a cláusula de barreira estabelecida para 2026 e quem não tem.

A regra que exclui partidos nômicos dos fundos públicos e do horário eleitoral vai apertar daqui dois anos. O sarrafo sobe para 2,5% dos votos válidos, ou uma eleição de no mínimo 15 deputados. Catorze partidos conseguiram mais do que isso no dia 6, mas esse resultado precisa ser visto em uma perspectiva dinâmica.

O Novo, que foi o 15º da lista, está em processo de crescimento. Ganhou volume na eleição de vereadores, ainda que possivelmente nem tanto quanto esperava, já que só conseguiu eleger 3,8% dos seus candidatos. Já o PSDB, PDT e PRD (ex-PTB), que tiveram mais votos que o Novo, encolheram de forma drástica a sua base municipal.

O sobe e desce entre os partidos, aliás, demonstra como o sistema partidário brasileiro se desideologizou, no pior sentido da expressão. Partidos que encarnavam ou encarnaram, ou pelo menos tentaram encarnar em algum momento uma visão própria de Brasil ou do mundo estão se esvaziando. Estão nessa marcha do abismo o PSDB do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o PDT de Leonel Brizola e mais recentemente Ciro Gomes, o PV que um dia foi de Fernando Gabeira e Alfredo Sirkis, o PRD que já foi o PTB, o Cidadania que um dia foi o PCB e o PCdoB, que existe desde 1962.

O sobe e desce partidário

Partidos tradicionais perdem base de vereadores

Partidos que mais cresceram		
Partido	Crescimento em número absoluto	Relativo (em %)
Republicanos	2.068	80,25
PL	1.493	43,1
PSD	926	16,25
Podemos	797	52,02
MDB	764	10,4
PSB	580	19,16
PP	572	8,97
Avante	477	45,52
PT	461	17,29
Novo	234	806,9

Partidos que mais encolheram		
Partido	Queda em número absoluto	Relativo (em %)
PV	322	-39,75
PC do B	353	-49,93
PDT	928	-27,05
Cidadania	1.143	-72,34
PSDB	1.401	-31,82
PRD (ex-PTB)	1.773	-55,63

Fonte: TSE/Action Consultoria

Também não é nada brilhante o desempenho do Psol e do Rede, federados, sobretudo do primeiro. A sigla de Guilherme Boulos eleger somente 80 vereadores em todo o país. Nada menos que 97,7% dos que se candidataram pelo Psol a uma vaga proporcional perderam esse ano. A taxa de sucesso do Psol na eleição legislativa foi a pior entre os 25 partidos que conseguiram eleger pelo menos um candidato.

O desempenho ruim do Psol foi uma surpresa para o consultor político João Henrique Hummel, da consultoria política Action, que usou o resultado municipal deste ano para fazer uma projeção das futuras bancadas parlamentares.

A projeção pode ser tomada como um patamar do que os partidos devem conseguir em 2026. A conta para a eleição de deputado é complexa, porque pondera o voto dado a partidos com o desempenho individual de cada candidato. Não dá para prever com base na eleição

municipal fenômenos como o do deputado Nikolas Ferreira na eleição de 2022, ou o de Eduardo Bolsonaro em 2018, ou o de Tiririca em 2010.

Também é difícil prever o peso do voto na legenda, que no Brasil tende a beneficiar apenas um partido, o PT, único enraizado no imaginário popular.

Exercícios de futurologia tratam apenas de probabilidades, porque não há controle das variáveis, e essas são apenas duas. Ainda assim, é razoável projetar que MDB e PP tendem a eleger mais deputados em 2026 do que elegeram em 2022. O PSD deve ter um crescimento leve e o União Brasil e Republicanos devem ficar relativamente estáveis.

Somados, esses cinco partidos que são convencionalmente chamados de "Centrao" (rótulo que detestam) podem em tese ficar com 273 deputados, de acordo com a projeção da consultoria. Em 2022 elegeram 230.

O PL dependerá do desempenho individual de seus

A base dos partidos nos municípios

MDB é o que lançou mais candidatos e mais eleger

Partido	Candidatos a vereador	Vereadores eleitos	Taxa de sucesso (em%)
MDB	40.180	8.109	20,1
PP	36.678	6.950	19,1
PSD	35.339	6.624	18,7
União Brasil	33.623	5.485	16,3
PL	32.936	4.957	15,1
Republicanos	31.384	4.645	14,7
PT	26.745	3.128	10,4
PSB	24.442	3.583	13,3
Podemos	22.165	2.329	10,5
PDT	21.154	2.503	11,7
PSDB	20.162	3.002	14,9
PRD	15.971	1.414	8,8
Avante	15.450	1.525	9,9
Solidariedade	14.090	1.251	8,8
Agir	6.993	296	4,2
Novo	6.963	263	3,8
DC	6.732	253	3,7
Mobiliza	6.111	360	5,9
Cidadania	4.649	437	9,4
PV	4.389	488	11,1
Rede	4.080	172	4,2
PRTB	4.008	97	2,4
PMB	3.913	109	2,8
Psol	3.421	80	2,3
PC do B	2.953	354	12

Fonte: TSE/Action Consultoria

puxadores de votos. A base de vereadores eleita pela sigla do ex-presidente Jair Bolsonaro não é do mesmo porte do inegável sucesso do partido nas eleições para prefeito de grandes cidades. O PL está entre os que mais cresceram em número absoluto, mas em 2020 Bolsonaro não estava filiado à sigla. Foram 1.493 vereadores a mais, mas ainda assim ficou em quinto lugar entre os eleitos, com a quinta maior taxa de sucesso e a quarta maior votação.

Se em 2026 não existir na eleição presidencial um candidato que mova o eleitor para cravar 22 não há chance de o PL repetir a façanha de emplacar uma bancada de 99 deputados, como fez em 2022, e daí a permanente articulação do presidente da sigla, Valdemar Costa Neto, em conseguir a anistia de Bolsonaro, ou de filiar

o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, ou de fazer balões de ensaio com os nomes de Michelle Bolsonaro, Eduardo Bolsonaro e Flávio Bolsonaro.

Da parte do PT é muito mais garantido de que haverá o 13 na urna eletrônica para presidente em 2026, seja com Luiz Inácio Lula da Silva ou com alguém apoiado por ele. O PT é o único partido que disputou todas as nove eleições presidenciais desde 1989 com candidato próprio e essa é a razão pela qual o voto de legenda só existe na prática para ele. A base municipal só autoriza a projetar 39 deputados na federação encabeçada pelo PT, mas é altamente provável que essa bancada em 2026 seja bem maior.

César Felício é repórter especial de Política em Brasília

E-mail cesar.felicio@valor.com.br

INSPIRAÇÃO PARA INOVAR
EPOCA **NEGÓCIOS**

GPTW 2024 As melhores empresas para trabalhar no Brasil

Conheça os vencedores do ranking *Great Place to Work*, que destaca as melhores empresas para trabalhar no Brasil. Em sua 28ª edição no país, o GPTW recebeu mais de 5 mil inscrições. Ao final, 175 empresas foram escolhidas — um recorde para o prêmio no Brasil.

Garanta agora a sua!



NAS BANCAS



NO SITE



NO APP **lobo+**

Poderes Executivo e Legislativo comprometeram-se a concluir projeto que regulará instrumento

Proposta para emendas deve ficar pronta hoje

Flávia Maia e Marcelo Ribeiro
De Brasília

Em reunião com ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), representantes dos Poderes Executivo e Legislativo comprometeram-se a concluir nesta quinta-feira (24) o texto do projeto de lei complementar (PLP) com a regulação da execução das emendas parlamentares ao Orçamento — um dos pontos centrais é dar mais transparência e rastreabilidade para a distribuição das verbas.

O avanço do tema deve destravar o pagamento dos recursos, em uma nova determinação da Corte. A distribuição dessas verbas está suspensa há cerca de dois meses após decisão do ministro Flávio Dino, do STF.

A expectativa de participantes da reunião é que tanto Câmara quanto Senado aprove a medida já na próxima semana, quando as atividades legislativas retomarão o ritmo normal após o segundo turno das eleições municipais.

CCJ aprova plano de trabalho da tributária

Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro e Andrea Jubé
De Brasília

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal aprovou nessa quarta-feira (23) o plano de trabalho do senador Eduardo Braga (MDB-AM) sobre o projeto de regulamentação da reforma tributária, com as regras para funcionamento do novo sistema, que entrará em vigor gradualmente a partir de 2026.

Pelo cronograma, serão realizadas audiências públicas de 29 de outubro a 14 de novembro, além de duas sessões de debates no plenário do Senado com representantes dos Estados e dos municípios. Mas ele evitou precisar uma data para entrega do parecer e votação. “Não tenho como cravar. Não vou estabelecer uma data”, afirmou o relator.

Ao **Valor**, o líder interino do governo no Senado, Otto Alencar (PSD-BA), disse que a reforma não deveria ser prioridade na Casa. Ele defende que, antes, os senadores votem a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o projeto de lei instituindo as novas regras sobre emendas parlamentares e a lei do Orçamento de 2025.

“O paciente está sangrando? Tem que botar na sala e operar, ou tem que pedir exame?”, questionou Alencar, que é cirurgião ortopedista de formação. “Só porque querem a grife da reforma tributária?”, criticou.

Apesar de não haver uma data, a expectativa no Senado é conseguir concluir a aprovação no Congresso ainda este ano. Para o líder do União Brasil, senador Efraim Filho (PB), a votação na CCJ deve ocorrer na primeira semana de dezembro e o texto ir rapidamente ao plenário.

Segundo Braga, não é possível falar com exatidão uma data porque, além de negociar alterações com os senadores, será necessário discutir as mudanças com a Câmara dos Deputados — que dará a palavra final sobre o projeto de lei — e com o governo —, já que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem poder de veto sobre o texto aprovado.

O plano de trabalho estabeleceu a realização de 11 audiências públicas na CCJ. Serão ouvidos representantes do governo federal, dos Estados, dos municípios, do setor privado e especialistas da área. Os debates começarão com a participação do secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, e do secretário extraordinário da reforma tributária, Bernard Appy, que falarão sobre aspectos gerais do texto. As demais audiências terão temas específicos, como impactos social e no setor produtivo.

Esse foi o resultado da reunião que ocorreu durante uma hora e meia na sede do STF. Participaram do encontro os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG); o presidente do STF, Luís Roberto Barroso; o relator das ações sobre as emendas na Corte, ministro Flávio Dino; e o advogado-geral da União, Jorge Messias.

De acordo com uma nota conjunta divulgada pelos Poderes, ficou acordado que, após a votação

no Congresso Nacional, o relator da matéria no STF vai avaliar a continuidade da execução das emendas parlamentares e submeter o tema ao plenário da Corte.

Em relação aos anos anteriores, as equipes técnicas da Câmara, do Senado e do Executivo vão prestar informações nos autos do orçamento secreto.

Após o encontro, Pacheco afirmou a jornalistas que o texto do PLP está sendo construído por Executivo e Legislativo e considerará pontos que constam da pro-

posta de autoria do senador Angelo Coronel (PSD-BA), relator da proposta de lei orçamentária de 2025. Diferentemente do informado na nota, ele disse que o conteúdo deve ser finalizado até o fim da semana. Nos bastidores, outros participantes disseram que o único que insistiu nesse prazo mais curto foi Lira.

A minuta do projeto de Coronel prevê que todos os dados sobre a alocação e execução das emendas parlamentares estarão disponíveis no Portal da Transparência. Além

disso, estabelece que as “emendas Pix” priorizem obras inacabadas, atendimento a calamidades e coloca a responsabilidade da transparência para os municípios.

A execução das emendas será fiscalizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e outros órgãos competentes.

A aliados, Lira e Pacheco vinham demonstrando preocupação que os parlamentares voltassem das bases eleitorais sem uma solução construída sobre as emendas. Por isso, resolveram,

em um gesto que buscou reforçar a imagem de unidade do Legislativo, chegar juntos ao prédio principal do STF para a reunião dessa quarta-feira.

Ao chegarem juntos, ambos, que já tiveram suas divergências, buscaram passar o recado de que estão alinhados para solucionar o impasse das emendas.

Lira, Pacheco e Messias precisaram esperar por mais de 30 minutos, porque Barroso e Dino estavam participando da sessão do plenário da Corte.



Foto: Rafael Galante

Eletromidia e Porto Alegre Airport. Juntos e prontos para decolar.

 **Fraport**
Brasil

 **eletromidia**

Internacional

Comércio Avaliação de especialistas é a de que Kamala aplicaria regras de forma mais dirigida, enquanto Trump seria mais bruto

Guerra hi-tech com a China deve se acirrar após eleição nos EUA



Karen Freifeld
Reuters

É dado quase como certo que a guerra tecnológica entre EUA e China deverá esquentar ainda mais, não importa quem vença a eleição presidencial americana em 5 de novembro, o republicano Donald Trump ou a vice-presidente, Kamala Harris. A democrata provavelmente aplicaria novas regras contra a China de forma mais direcionada, enquanto Trump seguiria uma abordagem mais bruta.

Acredita-se que haverá novos esforços para reduzir o fluxo para os EUA de chips chineses menos avançados, de carros inteligentes e de outras importações, além de mais restrições às exportações para a China de ferramentas de fabricação de chips e dos valiosos chips de inteligência artificial (IA), segundo ex-membros dos governos Biden e Trump, especialistas setoriais e fontes das campanhas.

Em sua campanha, Kamala disse que garantirá que “os EUA, e não a China, vençam a competição pelo século 21”, enquanto o republicano Trump propôs tarifas cada vez maiores como solução para com-

bater o avanço tecnológico chinês. Em resumo, seja Kamala ou Trump, a batalha para impedir que o dinheiro e a tecnologia dos EUA reforcem as capacidades militares e de IA da China deve se intensificar. “Estamos vendo a abertura de uma nova frente na guerra fria tecnológica entre EUA e China, com foco nos dados, software e dispositivos conectados”, disse Peter Harrell ex-funcionário de segurança nacional do governo Joe Biden.

Em setembro, os EUA propuseram regras para impedir que carros conectados feitos com componentes chineses cheguem às ruas dos EUA. E no segundo trimestre foi aprovada uma lei que determina que o aplicativo TikTok deve ser vendido pela controladora chinesa até 2025 ou será banido.

“Há preocupação de que alguma empresa chinesa possa acessar e fornecer atualizações para dispositivos”, disse Harrell. “A questão dos carros conectados e o TikTok são apenas a ponta do iceberg.”

Caso Kamala vença a eleição, sua abordagem provavelmente seria mais direcionada e coordenada que a de Trump, segundo fontes próximas aos dois governos.

Por exemplo, ela provavelmente continuaria a trabalhar com aliados, como o governo Biden tem feito, para evitar que a tecnologia dos EUA ajude os militares chineses, de acordo com Harrell. Já

Trump poderia agir mais rápido e não reluta em punir aliados.

“Acho que aprendemos com o primeiro mandato do presidente Trump que ele tem uma inclinação para a ação”, disse Jamieson Greer, ex-chefe de gabinete de Robert Lighthizer, representante de Comércio Exterior dos EUA no governo Trump e próximo à campanha.

Nazak Nikakhtar, que foi do Departamento de Comércio na época de Trump, prevê que um novo governo do republicano será “muito mais agressivo em relação às políticas de controle das exportações para a China”. Ela prevê “expansão significativa da ‘lista de entidades’”, que passaria a incluir afiliadas e parceiras comerciais das empresas punidas. A lista de entidades restringe as exportações para as empresas que fazem parte dela. Trump incluiu a chinesa Huawei, por ter violado sanções.

Para Nikakhtar, as licenças para exportar tecnologia dos EUA para a China passariam a ter mais chances de serem negadas. E que não ficaria surpresa se Trump impuser restrições não só à compra de chips chineses, mas também à de “produtos contendo esses chips.”

Ela acredita que Trump será mais duro do que Kamala com aliados que não sigam o caminho dos EUA. “A filosofia de Trump é mais voltada para a imposição de sanções”, acrescentou.

Bill Reinsch, que foi do Departamento de Comércio do governo de Bill Clinton, vê Trump como mais propenso a usar uma “marreta” no comércio exterior, enquanto Kamala usaria um “bisturi”. “A abordagem de Trump tem sido mais generalizada, o que se pode ver mais claramente em suas atuais propostas de tarifas.”

Trump ameaça impor tarifas de 10% ou 20% sobre todas as importações (não só da China) e de 60% ou mais sobre as chinesas. Kamala descreveu o plano de Trump como um imposto sobre os consumidores, embora o governo Biden reconheça a necessidade de elevar tarifas de forma direcionada, como sobre os semicondutores, de 25% para 50%, em 2025.

A China tem repetido que vai proteger seus direitos e interesses. Em 2024, o país mirou a fabricante de chips de memória americana Micron Technology, depois de Washington ter imposto uma série de controles às exportações de chips e de equipamentos de fabricação de chips americanos, e de os EUA terem acusado Pequim de penalizar outras empresas americanas em meio às crescentes tensões.

Wilbur Ross, ex-secretário de Comércio no governo Trump, disse que os EUA precisam ser duros com a China, mas também estratégicos. “Seria muito perigoso simplesmente tentar isolá-los.”

Brasil estrutura fundo de US\$ 125 bi para florestas em pé



Daniela Chiaretti
De Cáli, Colômbia

O Brasil está promovendo em todos os fóruns internacionais relacionados a clima e biodiversidade um mecanismo financeiro inovador para ajudar a conservar florestas tropicais. O Tropical Forest Finance Facility (TFFF), desenhado pelos ministérios da Fazenda e do Meio Ambiente, teria potencial de captar US\$ 125 bilhões — o equivalente a R\$ 700 bilhões —, e ser adequado às necessidades de proteger florestas em 71 países em desenvolvimento, além de gerar retorno aos investidores.

O fundo tem potencial, acredita o governo, para financiar a conservação de cerca de 1 bilhão de hectares de florestas tropicais no mundo. A intenção é torná-lo operacional na COP 30, em 2025, no Brasil. A ideia foi lançada durante a COP 28, a conferência sobre Mudança do Clima da ONU, em Dubai. A proposta amadureceu e foi lançada no G20, em outubro.

Em Cáli, na terça-feira, a apresentação da proposta lotou uma sala da Conferência sobre Biodiversidade, a COP 16. Foi divulgada novamente em encontros ontem, em Washington, em paralelo às reuniões de ministros das Finanças, presidentes de Bancos Centrais e ministros de Meio Ambiente do G20. E será novamente divulgada na COP 16, no dia 28, em evento com a presença de Susana Muhammad (ministra de Meio Ambiente da Colômbia), Marina Silva (Brasil) e Nik Nazmi Nik Ahmad (Malásia).

“É um instrumento global. Não queremos servir um prato feito. Queremos que outros se juntem a nós para ajudar a decidir o desenho e atender todos os países em desenvolvimento com florestas tropicais”, diz Garo Batmanian, diretor do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e um dos autores do desenho do TFFF. Há 71 países em desenvolvimento elegíveis ao mecanismo.

Um diferencial básico do instrumento é que ele não remunera por carbono evitado, mas por hectare de floresta conservado. “Os fundos que existem hoje tratam de carbono e fluxo, tendem a remunerar pela redução das emissões por desmatamento”, diz Batmanian. Costumam ser fundos desenhados para carbono e países que desmatam. É a lógica, por exemplo, do Fundo Amazônia, que premia esforço para conter o desmatamento.

“Mas o trabalho não termina quando o desmatamento está controlado ou eliminado. Se não se continuar a investir nas florestas, o desmatamento pode voltar”, afirma. O TFFF paga pela floresta em pé — um dos critérios propostos é remunerar países que tenham seu desmatamento controlado, com, no máximo, 0,5% desmatado da floresta que tinha no ano anterior.

O foco são todas as florestas tro-

picas e subtropicais úmidas (como Amazônia e Mata Atlântica, no Brasil) de países em desenvolvimento, com desmatamento abaixo de certa taxa, para que se demonstre que o país já está controlando o desmatamento e mantendo a floresta em pé. “Estamos pagando pelo estoque de floresta em pé e não pelo fluxo, que é a diminuição do desmatamento”, continua. “Se se restaurar floresta, vai contar. É mais floresta. Paga-se em favor da floresta”, diz Batmanian.

A proposta é ter um preço fixo por hectare de floresta em pé. “Isso facilita muito o monitoramento, feito por fotos de satélite. A floresta é mais que carbono, é biodiversidade, são valores socio-culturais”, continua ele.

“O ministro Fernando Haddad tem se referido ao TFFF como o ‘banco da floresta’”, diz Luiza Sidonio, economista no Ministério da Fazenda, trabalhando no Plano de Transformação Ecológica e no TFFF. “Um dos diferenciais do TFFF é que os pagamentos aos países não são feitos por projetos específicos, mas por hectare de floresta preservada, simplificando a verificação sem comprometer o rigor.”

“Não queremos servir prato feito, mas que outros se juntem a nós”
Garo Batmanian

Outro diferencial é a fonte dos recursos, que procura ter alguma estabilidade e previsibilidade. “Estamos propondo uma forma de financiamento que prescinde de doações anuais”, diz Batmanian. “Trata-se de criar um fundo de investimento com grau de investimento que possa captar a juros mais baixos de mercado e reinvestir. O delta entre o que pagarmos ao investidor e nosso investimento é o que vai gerar recurso para pagar os países florestais”, explica. Um exemplo: hoje se poderia captar a 3% ao ano, investir a 7% e a diferença seria 4%.

“O TFFF oferece uma fonte de financiamento mais previsível e estável”, diz Luiza. O fundo é composto por 80% de recursos de investidores institucionais e 20% de investimentos soberanos de países patrocinadores, estruturado em modelo de blended finance. “Esses recursos são investidos em um portfólio diversificado, com foco em países em desenvolvimento e investimentos sustentáveis”, afirma ela.

A iniciativa não está vinculada às convenções de clima e biodiversidade. Isso faz com que possa atrair recursos de países ricos, mas também de fundos soberanos do Catar, Cingapura, Arábia Saudita ou Emirados Árabes, por exemplo.

A jornalista viajou a Cáli, para a COP 16, a convite do Instituto ClimaInfo e The Nature Conservancy (TNC)

Empresas na China preveem cenário pior com Trump

David Kirton, Casey Hall e Ellen Zhang
Reuters, de Guangzhou (China)

Se Donald Trump vencer a eleição dos EUA no próximo dia 5 de novembro, a empresa de brinquedos de Mike Sagan reduzirá pela metade sua cadeia de suprimentos na China em um ano.

A KidKraft, que também fabrica equipamentos de recreação ao ar livre, já havia transferido 20% de sua produção da China para Vietnã, Índia e outros lugares depois que Trump impôs tarifas de 7,5% a 25% em julho de 2018, durante seu primeiro mandato.

Agora, Trump ameaça impor tarifas de 60% sobre produtos da China, o que Sagan vê como uma ferramenta “bruta” que mudaria o jogo. Ele espera que Kamala Harris, se vencer, seja menos agressiva.

“Está claro que as coisas vão ficar difíceis”, disse Sagan, vice-presidente de cadeias de suprimentos e operações da KidKraft. A empresa já reduziu fornecedores chineses de 53 para 41 desde o início do ano. “A questão é: será extremamente difícil ou apenas difícil?”

A ameaça de tarifas está abalando o complexo industrial chinês, que vende mais de US\$ 400 bilhões anualmente para os EUA e outras centenas de bilhões em componentes usados em produtos vendidos para os EUA por outros países.

Entre os 27 exportadores chineses com ao menos 15% de vendas para os EUA entrevistados pela “Reuters”, 12 planejavam acelerar a realocação caso Trump retorne à Casa Branca. Outros quatro, ainda totalmente instalados na China,

disseram que abririam fábricas no exterior se Trump aumentar as tarifas. Os outros 11 não tinham planos vinculados ao resultado da eleição, mas a maioria expressou preocupação com o risco de perder acesso ao mercado dos EUA.

Tarifas mais altas sobre o maior exportador do mundo serão um golpe às cadeias de suprimentos e vão reduzir ainda mais os lucros chineses, afetando empregos, investimentos e o já frágil crescimento econômico. Uma guerra comercial aumentaria os custos de produção e os preços aos consumidores americanos, mesmo que as fábricas fossem realocadas.

“Talvez eu esteja em um voo para a Malásia ou Vietnã muito em breve”
Matt Cole

Matt Cole, cofundador da m.a.d Furniture Design em 2010, é um dos que ainda não mudaram sua produção. Ele investigou alternativas no Sudeste Asiático em 2018, mas constatou que ainda precisaria importar 60% dos componentes de móveis da China. Os custos logísticos e outros eram quase equivalentes às tarifas de 25%.

“Algumas pessoas tomaram uma boa decisão ao irem para terceiros países. Tenho certeza de que elas estão menos preocupadas do que eu”, disse Cole. “Talvez eu esteja em um voo para a Malásia ou

Vietnã muito em breve.”

Se Kamala vencer, a realocação da produção será mais lenta, com o objetivo de mitigar esse risco. “A qualidade é uma das maiores concessões no início, pois leva tempo para garantir a subcadeia de suprimentos e encontrar as pessoas certas”, disse Cole. “Você realmente arrisca sua integridade.”

As tarifas de 2018 beneficiaram o Sudeste Asiático, que se consolidou como um ponto preferido de montagem para produtos destinados aos EUA que dependem de cadeias de suprimentos chinesas.

Mas as tarifas tiveram pouco impacto no crescimento chinês e não alteraram a dependência econômica global do consumo dos americanos e da produção dos chineses. Na verdade, a China elevou a participação na manufatura global desde então, com crédito para fábricas em vez do setor imobiliário, como parte do esforço do presidente Xi Jinping para fomentar novas forças produtivas.

As tarifas tiveram menos impacto no déficit comercial dos EUA com a China do que os “lock-downs” da pandemia, evidenciando ainda mais a interdependência econômica entre os dois países.

Mas uma nova guerra comercial com Trump seria algo decisivo aos exportadores chineses cujos lucros estão minguando sob a pressão deflacionária, causada por investimentos estatais em fábricas.

“Com tarifas de 60%, ninguém vai aguentar”, disse Zeng Zhao-liang, chefe da Guangzhou Liangsheng, que vende de 30% a 40% de seus fogões de baixo lucro para os americanos.

As tarifas também aumentam custos em outros lugares, diz Lance Ericson, presidente da GL Wholesale, que compra da China há 30 anos e agora quer fornecedores na Índia, Vietnã e Camboja para substituir 40% dos negócios perdidos desde o governo Trump. “Os indianos já aumentaram os preços em 10%”, disse ele. “Será ruim para a China. Será ruim para mim.”

Embora a reação contra as exportações se concentre em painéis solares, carros elétricos e baterias, mercados como Indonésia e Índia estão aumentando tarifas sobre roupas, cerâmicas e aço da China. Economistas afirmam que a tarifa de 60% poderia entrar em vigor no meio de 2025, reduzindo o crescimento chinês em 0,4 a 0,7 ponto percentual no próximo ano pela perda de investimentos, empregos e cortes na produção.

Pequim pode mitigar esses impactos com mais estímulos, controles de exportação e desvalorização da moeda, embora essas medidas envolvam riscos, como fuga de capitais, aumento da dívida e novos conflitos comerciais.

Mark Williams, economista-chefe para a Ásia na Capital Economics, acredita que outro governo Trump prejudicaria o crescimento chinês a curto prazo, ao desafiar a ordem econômica global que ajudou a China a prosperar. Mas também poderia dividir a coalizão de aliados dos EUA, da Europa à Ásia Oriental, contra Pequim. Se Kamala mantiver os aliados unidos, “a China provavelmente enfrentaria mais restrições econômicas no médio prazo”, acrescentou ele.

Atentado deixa 5 mortos na Turquia



VALEZ/REUTERS/PHOTO/VAAP

Dois atiradores mataram ontem 5 pessoas e feriram outras 22, após invadirem a sede da Turkish Aerospace Industries, em Ancara, capital da Turquia. “Dois terroristas foram neutralizados no ataque”, disse o ministro do Interior Ali Yerlikaya. Ele disse que os autores eram “muito provavelmente” membros do ilegal Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK). O PKK é um movimento separatista formado pela minoria curda, que recorre à luta armada em sua campanha. A força aérea turca anunciou ter lançado ataques a bases do PKK no Iraque e na Síria. Na foto, agentes na frente do local onde ocorreu o atentado.

Investimento climático atual não é suficiente

Luiza Palermo
De São Paulo

O financiamento climático atual não é suficiente para limitar as mudanças climáticas e atingir as metas globais de redução de emissões, alerta um novo relatório divulgado ontem pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

O documento, feito em conjunto com outras organizações internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), afirma que o investimento em mitigação, tanto público quanto privado, precisaria aumentar seis vezes globalmente e cinco vezes em países em desenvolvimento para emissão líquida zero até 2050.

Para isso, o total necessário em investimento em clima e desenvolvimento são de até US\$ 1,7 trilhões

por ano para economias emergentes e em desenvolvimento.

“Aumentar o financiamento climático, garantir acesso a tecnologias existentes e desenvolver novas tecnologias são fundamentais para alcançar as metas do Acordo de Paris”, diz o relatório.

Dois desafios principais são identificados nesse processo. Primeiro, é a dificuldade na implementação de políticas eficazes de mudança climática, especialmente de crédito de carbono. Em segundo lugar, os efeitos colaterais transfronteiriços dessas políticas que gram tensões comerciais.

Sem novas políticas ou o endurecimento das existentes, as emissões globais de gases de efeito estufa (GEE) devem aumentar 5%, atingindo 52 bilhões de toneladas de CO2 equivalente até 2030.

Internacional

Ciências Esvaziamento do sistema científico, que já rendeu três prêmios Nobel ao país, se aprofundou com o 'déficit zero' de Milei

Corte amplia crise de tradicional setor de pesquisa da Argentina

Roberto Lameirinhas
De São Paulo

Apesar de ter dado à Argentina três prêmios Nobel em ciências — dois de medicina e um de química — e de seu reconhecimento mundial de excelência, a comunidade científica do país se ressentiu da falta de financiamento. A situação das universidades já era difícil há anos e o problema se aprofundou com os cortes de orçamento da política de "déficit fiscal zero" do presidente argentino, Javier Milei.

Na visão do presidente, os gastos com pesquisa devem ser custeados pela iniciativa privada. Ele acusa acadêmicos e cientistas de integrar a "casta" da elite que se dedica a "parasitar" o Estado.

"Os supostos cientistas e intelectuais creem que seus títulos acadêmicos os tornam seres superiores e, por isso, temos de subsidiar sua vocação. Eu os convidei a sair do mercado com suas pesquisas e ver se pessoas se interessam por elas, em vez de esconder-se canalhamente atrás da força coercitiva do Estado", disse Milei em fórum direitista em setembro.

Milei reduziu o repasse em valores reais de gastos com pesquisa e tecnologia na Argentina em quase um terço em termos anuais e estudantes e professores têm protestado nas ruas nas últimas semanas contra os cortes, que atingem todo o ensino superior do país.

Em valores nominais, o investimento por estudante universitário de instituições de gestão pública sofreu um corte orçamentário de 30,09%, passando de 2.725.965 pesos (cerca de US\$ 2.400 pela cotação mais comum usada pelo mercado) por ano em 2023 para os atuais 1.905.654 (aproximadamente US\$ 1.680), segundo relatório da Associação Civil pela Igualdade e Justiça (Acij).

Para os especialistas, porém, o desprestígio da academia por parte do Estado deve ter dois efeitos imediatos: o êxodo dos cientistas mais talentosos do país e a perda de espaço em um mercado global cada vez mais tecnológico e competitivo. "Se fizermos um recorte do que ocorreu de 2000 até aqui, veremos que, em termos de produção científica — medida em número de publicações na Scopus, a mais consultada base de dados de conteúdo acadêmico — a Argentina passa do terceiro lugar na América Latina, depois do Brasil e Méxi-



Chan pesquisa grãos resistentes à seca

co, para o quinto, atrás do Chile e da Colômbia", disse Marcelo Rabossi, especialista em Políticas de Educação Superior e professor da Escola de Governo da Universidade Torcuato Di Tella. "Sem levar em conta a qualidade das publicações, o volume mostra como a produção de pesquisa no país se desacelerou, em termos relativos", afirmou.

Ele afirma que esse declínio nas publicações ocorre em todas as áreas de conhecimento. Na engenharia, na medicina, na matemática e nas ciências econômicas e empresariais. "Da mesma forma, o número de patentes concedidas pelos escritórios de propriedade intelectual do país está em queda — o que ocorre também em outros países da região", disse Rabossi. "A resistência de Milei em manter o financiamento das universidades públicas e sua política fiscal draconiana deixam na penúria a pesquisa de ponta argentina, que já trouxe ao país três prêmios Nobel na área de ciências", afirmou.

Bernardo Houssay ganhou o Nobel de Medicina, em 1947; Luis Federico Leloir recebeu o prêmio de Química, em 1970; e César Milstein também levou o Nobel de Medicina, em 1984. Todos iniciaram ou desenvolveram suas pesquisas com verbas da Universidade de Buenos Aires (UBA). Dois argentinos também ganharam o Nobel da Paz: Carlos Saavedra Lamas (1936) e Adolfo Pérez Esquivel (1980). Para efeito de comparação, apenas outros dois cientistas latino-americanos foram laureados com o prêmio em áreas de pesquisa: o venezuelano Baruj Benacerraf (Medicina, 1980) e o mexicano Mario Molina (Química, 1995). O Brasil,

maior economia da região, não tem nenhum Nobel.

Apontada por seus colegas como uma das mais talentosas cientistas da atualidade na Argentina, a bioquímica Raquel Chan diz que o desfinanciamento das universidades vai impactar negativamente não só na ciência do país como um todo. "Isso vai afetar a formação das pessoas e as pessoas são os profissionais do futuro em todas as áreas e campos", afirma Chan — ganhadora de vários prêmios por suas pesquisas de desenvolvimento de grãos como trigo e soja mais resistentes a secas. "Parece óbvio dizer, mas a qualidade dos profissionais de amanhã está hoje nas mãos dos professores — que precisam ser qualificados e, em grande parte, devem ser cientistas", diz.

A professora estima que o esvaziamento quase total do sistema científico argentino deveria alarmar o governo. "Há um êxodo desses professores pesquisadores, que resultará na diminuição da qualidade do ensino. Os efeitos disso não serão visíveis em um dia ou um mês. Eles serão de curto e médio prazo, e serão irreversíveis. A reciclagem de professores de qualidade não é algo que possa ser alcançado em poucos anos", afirma Chan, que é professora do Instituto de Agrobiotecnologia do Litoral (IAL), em Santa Fé.

"A fuga de cérebros ocorre a passos largos, e é difícil para nós entusiasmarmos os jovens para seguirem carreiras científicas. Para além das declarações dos governantes, não somos modelo porque trabalhamos muitas horas e ganhamos relativamente pouco. E isso é apenas parte do problema", diz Chan. "O maior problema é que gastamos uma grande parte do nosso tempo tentando conseguir dinhei-

"Número de registro de patentes em escritórios de propriedade intelectual está em queda"
Marcelo Rabossi

ro para continuar trabalhando e financiar nossos suprimentos, reagentes, manutenção e reparos de equipamentos, etc."

As pesquisas de ponta na Argentina estão sob a supervisão do Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Técnica (Conicet), uma autarquia subordinada ao Ministério da Ciência e fundada nos anos 50 por Houssay, o ganhador do Nobel de Medicina de 1947. O organismo exerceu papel-chave no desenvolvimento do programa de energia nuclear argentina e, hoje, coordena pesquisas avançadas importantes em áreas que vão do combate ao câncer à nanotecnologia e às ciências climáticas. Mas o financiamento estatal para estas pesquisas — que já vinha minguando durante os últimos anos de crise econômica crônica da Argentina — está hoje próximo de zero.

Desde sua vitoriosa campanha para a Presidência argentina, no ano passado, Milei havia prometido à chefia do Conicet ao médico veterinário Daniel Salomone — um especialista em clonagem animal que teria influenciado a decisão do hoje presidente de clonar seus cães nos EUA.

Salomone, um libertário como Milei, defende que a iniciativa privada assumira os custos das pesquisas que julgar importante — algo que a maior parte dos cientistas consideram inviável. "Pesquisas de excelência nem sempre têm aplicação comercial imediata", disse um bolsista do Conicet que, temendo represálias, pediu para não ter seu nome divulgado. "Em praticamente todos os lugares do mundo a pesquisa científica pura atrai o interesse e é financiada por laboratórios do Estado", disse a fonte.

"A dinâmica de aplicação científica passa pelo financiamento da pesquisa teórica, que atrai a atenção de investidores anjos privados para a criação de startups viáveis", disse o bolsista. "Hoje, na Argentina, mal temos a perspectiva de concluir a pesquisa teórica."

O salário bruto mensal de um assistente de pesquisa hoje no conselho de pesquisa Conicet da Argentina é o equivalente a em torno de US\$ 1.180 — cerca de 30% menos do que há um ano, segundo institutos científicos da rede Autoridades de Institutos de Ciência e Tecnologia da Argentina, organismo fundado neste ano por cientistas ligados ao Conicet, universidades e entidades técni-

Os argentinos laureados com o Nobel

País tem 3 prêmios científicos além de 2 da Paz

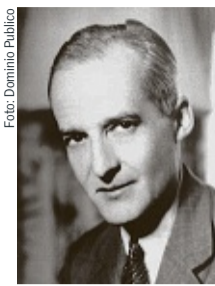
Bernardo Houssay
(1887-1971)



Medicina (1947)

Pesquisador da Universidade de Buenos Aires. Descobriu o papel de hormônios da hipófise na regulação do açúcar no sangue. Foi um dos principais incentivadores da pesquisa argentina, ajudando a fundar o Conicet.

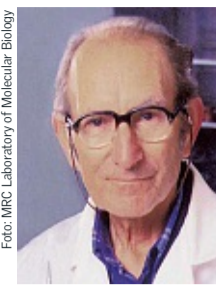
Luis Felipe Leloir
(1906-1987)



Química (1970)

Formou-se em Paris, onde nasceu, e realizou pesquisas pela Universidade de Buenos Aires. Estudou o processo interno pelo qual o fígado recebe a glicose e produz o glicogênio, o material de reserva energética do organismo.

César Milstein
(1927-2002)



Medicina (1984)

Realizou estudos na Universidade de Buenos Aires e na Universidade de Cambridge. Dividiu o prêmio com o alemão Georges Koeler, com quem pesquisou o papel de anticorpos monoclonais. Ambos são considerados pioneiros da imunologia moderna.

Fonte: Valor. Nota: Os prêmios da Paz foram concedidos pelo Nobel a Carlos Saavedra Lamas (1936) e Adolfo Pérez Esquivel (1980)

cas de todo o país para defender o interesse da pesquisa científica.

Em março, 68 laureados com o Nobel de diversos países expressaram preocupação em uma carta sobre o sistema de pesquisa pública da Argentina se aproximando de "um precipício perigoso".

Segundo um estudo de 2022 do Ministério da Ciência argentino, mesmo antes dos cortes deste ano, o país investe cerca de 0,31% de seu Produto Interno Bruto (PIB) em ciência, enquanto o Brasil investe 1,21%. Os EUA aplicam 3,45% e a Coreia do Sul, 4,9%.

"Sim, é verdade que deveríamos envolver mais o setor privado em termos de investimento em ciência, e especificamente na fase aplicada, uma vez que a fase teórica [ou pura], independentemente do país, permanece majoritariamente nas mãos do Estado", afirmou o professor Rabossi. "Na verdade, na Argentina, apenas 20% do investimento total em ciência e tecnologia vêm de empresas, sejam elas públicas ou privadas — enquanto a média da América Latina é de 37%", disse. "Mas o financiamento público para o aparelho científico não só não deveria ser reduzido, como também deveria ser aumentado — para detectar oportunidades de investimentos nos setores mais estratégicos e gerar incentivos para envolver o setor privado e investir em pesquisa e desenvolvimento", disse Rabossi.

"O sistema de educação pública foi formado no começo do século passado como um símbolo do que a Argentina queria ser", disse o professor na Universidade Nacional de La Plata Guillermo Justo Chaves — que foi chefe de Gabinete da Chancelaria argentina entre 2019 e 2021. "Esse sistema trazia junto a possibilidade da mobilidade social ascendente e a aspiração de termos um país de classe média,

no qual todos teriam a oportunidade e a possibilidade de se desenvolver. Isso era um pouco o sonho e o espírito da Argentina", afirmou.

"A qualidade derivada desse esforço resultou não só em prêmios Nobel, mas também em destacados trabalhos científicos — que têm transcendência em nível mundial", prosseguiu Chaves.

Chaves diz que, do ponto de vista mais concreto, o corte no financiamento à pesquisa terá um impacto importante na economia do país como um todo. "Diante de tudo que tem a ver com investimento no campo tecnológico — numa época em que conhecimento se torna mais valioso do que nunca —, cortar verbas de pesquisas significa simplesmente ir contra o futuro e a autonomia do país."

"A ideia de a Argentina se tornar um país desenvolvido e com padrões de bem-estar, PIB e produção de riqueza dos países líderes do mundo não coaduna com o desinvestimento em pesquisas e com cortes de verbas para as universidades", prosseguiu Chaves. "O que temos hoje é um país onde não queremos estar — um país de economia baseada em commodities e meramente extrativista — longe de incluir-se no contexto das economias mais desenvolvidas", disse.

A bioquímica Chan tem uma visão parecida à de Chaves. "Está claro que apenas os países que investem na ciência aumentam o seu PIB e o rendimento per capita de forma significativa", disse. "Noruega, Alemanha, Coreia do Sul, Israel, etc, são os modelos de países cuja população se beneficia do investimento em ciência. Vivemos uma situação na Argentina que impactará negativamente a produção e a geração de conhecimento e tecnologia porque o valor da ciência e da educação está sendo desconsiderado", analisou Chan.

A mudança de outsider radical para pragmático

Análise

Michael Stott
Financial Times

"Você negociaria com um assassino?", perguntou Javier Milei em sua campanha em agosto, quando acusava a China de matar dissidentes. A resposta, ao que parece, é "sim". Desde que assumiu a presidência, ele mudou sua opinião sobre o segundo maior parceiro comercial da Argentina. Agora, ele pretende visitar a China em janeiro para uma reunião de cúpula regional. Pequim, disse ele ao "Financial Times", é "na verdade um parceiro superamigável. Eles realmente me surpreenderam".

Notório no ano passado por lançar insultos frequentemente vulgares contra líderes mundiais — o papa Francisco era um "imbecil", enquanto o presidente esquerdista do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, era um "comunista corrupto" —, a nova veia pragmática de Milei se estende muito além da China.

Quando o governo autoritário da Venezuela expulsou os diplomatas da Argentina em julho, Milei falou confidencialmente com Lula e o Brasil acabou concordando em estender a cobertura diplomática para proteger a embaixada da Argentina em Caracas, segundo uma fonte a par das discussões.

Agora, Milei planeja se encontrar com Lula pela primeira vez, no Rio de Janeiro, durante a cúpula do G20 em novembro. Na agenda, estará como avançar um acordo comercial há muito emperrado entre a União Europeia (UE) e o Mercosul do qual Milei havia prometido sair, mas depois abraçou.

Milei também vem se mostrando pragmático em relação aos EUA. Apesar de sua admiração declarada pelo ex-presidente Donald Trump — parte de uma rede global de aliados de extrema direita que inclui o líder Vox, Santiago Abascal na Espanha e Jair Bolsonaro no Brasil —, o líder argentino afirma ter "uma excelente relação com o Partido Democrata".

Ele insiste que as relações com os EUA não serão afetadas pelo resultado da eleição presidencial do mês que vem, dizendo que será um aliado dos EUA independentemente de os democratas ou os republicanos estarem governando.

Ainda mais surpreendente foi o fato de Milei ter dito ao "FT" que os argentinos "não me colocaram aqui para resolver batalhas ideológicas; me colocaram aqui para resolver os problemas das pessoas".

Isso parte de um autodeclarado guerreiro contra o "marxismo cultural" que prometeu reduzir o Estado ao mínimo e permitir que o livre mercado assumira o controle.

Ele chegou até mesmo ao ponto de refletir publicamente sobre a permissão da venda de órgãos humanos (posteriormente, se retratou).

Ao se aproximar de um ano no poder, Milei "ainda mantém o lado ideológico nos discursos, mas na prática ele se tornou mais pragmático, com uma forte dose de realismo", diz Sergio Berensztein, consultor político. "A curva de aprendizado é bastante surpreendente."

"Milei se tornou mais pragmático, com uma forte dose de realismo"
Sergio Berensztein

Milei continua sendo um líder incomum, propenso a explosões nas redes sociais, mantendo as cortinas permanentemente fechadas em seu gabinete presidencial e citando obscuros livros didáticos econômicos libertários. Mas diplomatas em Buenos Aires confessam estar surpresos com a forma como o ex-membro de uma banda cover dos Rolling Stones e "anarcocapitalista" se tornou um pouco mais presidencial no cargo.

Seu círculo mais próximo é do-

minado por sua irmã Karina (agora chefe de Gabinete da presidência) e pelo guru das redes sociais Santiago Caputo. Mas Milei "tem algumas pessoas sérias, confiáveis e bastante convencionais em sua equipe", diz um diplomata experiente de Buenos Aires. "Ele escolheu muito bem seus ministros."

Milei fez campanha com uma imagem de outsider radical, ostentando um casaco de couro preto, longas costeletas, cabelo desgrenhado e uma motosserra. Ele denunciou os políticos tradicionais argentinos como uma "casta" venal. Mas, no cargo, ele passou a usar terno e a negociar com políticos moderados do peronismo, de oposição, e também com o conservador PRO que responde ao ex-presidente Mauricio Macri.

O apoio deles permitiu que ele aprovasse uma legislação abrangente desregulamentando a economia pesadamente controlada da Argentina e lhe rendeu poderes emergenciais para decidir sobre uma série de medidas econômicas por um ano sem o congresso.

Mas Milei sabe que precisa de uma base legislativa mais forte se quiser deixar um legado duradouro. Seu partido La Libertad Avanza não tem governadores e apenas uma pequena minoria de cadeiras nas duas casas do Congresso.

Isso poderá levar o outsider pra-

dical a se comprometer com a "casta": uma aliança com o partido de Macri para as legislativas do próximo ano. "Talvez sigamos juntos", disse Milei com um sorriso quando o "FT" perguntou sobre um possível pacto eleitoral. "De repente, teremos 60%."

Porém, essas conversas levaram a acusações de que Milei está vendendo. Axel Kicillof, governador peronista da província de Buenos Aires, afirma que o presidente cometeu "uma enorme fraude eleitoral" ao abandonar suas promessas radicais de campanha.

"Ele disse que governaria de uma forma diferente e que não se pode fazer coisas diferentes com as mesmas pessoas de sempre", diz Kicillof. "Mas, hoje, olhamos para o governo e vemos que os três ministros mais importantes são do partido que ficou em terceiro lugar na eleição." O ministro da Economia Luis Caputo, a ministra da Segurança Patricia Bullrich e o ministro da Desregulamentação Federico Sturzenegger serviram no governo de Macri entre 2015 e 2019.

Milei conseguiu manter distância do partido de Macri em público, enquanto fechava acordos em particular. Mas, à medida que esse político tão pouco ortodoxo se torna mais convencional, conseguirá manter a popularidade conquistada como um outsider radical?

Atividade econômica contrai 3,8% em agosto

Pedro Borg
De São Paulo

A atividade econômica na Argentina caiu 3,8% ao ano em agosto, marcando o terceiro mês consecutivo de queda num cenário de paralisa da economia argentina.

"Projetamos um ano muito ruim, porque essa é a política econômica do governo, reduzir a inflação com recessão", disse Florencia Fiorentin, economista-chefe da consultoria EPyCA.

Segundo dados oficiais do governo argentino, a atividade econômica argentina em agosto teve uma alta marginal de 0,2% em relação a julho.

Dos 15 setores analisados pelo relatório, apenas 5 registraram altas. Há a expectativa que alguns setores possam ajudar a economia argentina no curto-prazo, como petróleo, mineração e agro, que devem apenas reduzir a queda ou estabilizar a situação.

"Estes setores não têm peso suficiente para reverter os indicadores porque não compensam os baixos níveis de construção, comércio e manufatura", disse Fiorentin.

A saída para a forte alta dos juros da dívida é o ajuste fiscal

As taxas de juros futuras brasileiras estão embutindo riscos de todos os tipos e prêmios substanciais. Em maio, os juros futuros estavam já há um bom tempo acima do nível de quando o Banco Central começou seu ciclo de afrouxamento monetário (agosto de 2023). O Brasil teve melhoria de sua nota de crédito soberano em julho, mas os mercados a ignoraram solenemente, e o rendimento dos títulos prefixados do Tesouro com vencimento em 2029 atingiram 13% ao ano, em um movimento de alta que vem afetando toda a curva dos juros. Consumidores e empresas pagam pela desconfiança dos investidores, que se resume à fragilidade da situação fiscal.

Os investidores temem a repetição do descalabro com as contas públicas ocorrida no governo petista anterior, de Dilma Rousseff, reforçado por declarações de descaso para com resultados fiscais positivos do presidente Lula. No entanto, o déficit primário está sendo reduzido. Mas para que os juros declinassem, seria preciso atingir logo um superávit (prometido para 2025 e adiado), cortes de gastos inteligentes e relevantes, e menos tentativas de utilizar a criatividade para retirar despesas da meta.

A inflação implícita, medida pela diferença entre o título prefixado de 2029 (13% na segunda-feira) e o Tesouro IPCA de maio do mesmo ano (7%), chegou a 6%, um percentual muito inferior à variação esperada dos preços sinalizada pelo boletim Focus, aponta o especialista Marcelo D'Agosto (Valor, ontem). Para ele, a inflação teria de subir muito mais para justificar os altos juros precificados. A economista Zeina Latif fez um exercício com as taxas futuras de um ano e chegou à conclusão de que poderiam estar entre 10,4% e 11,1%, e não em 12,5% (O Globo, ontem).

Os preços exorbitantes para rolar a dívida do Tesouro se baseiam em expectativas negativas formadas pelo aumento muito significativo do endividamento bruto e pela frustração da ideia de que o novo regime fiscal faria o contrário e atenuaria bem a trajetória da dívida. De qualquer forma, o déficit não entrou em trajetória explosiva, mas o Brasil caminhará para uma crise fiscal no futuro se medidas adicionais para a contenção de despesas não forem adotadas tempestivamente. O aumento da dívida bruta, que ultrapassou R\$ 1 trilhão em 12 meses, graças aos juros em ascensão, mobilizou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que prometeu cortar gastos o quanto for necessário para atingir a meta. No entanto, em outras situações de aperto semelhantes, no primeiro semestre,

também foram feitas promessas de contenção, mas as de fato executadas foram as de aumento das receitas.

Não precisaria ser assim, pois as receitas da União bateram recorde praticamente mês a mês durante o ano e foi assim também em setembro. O resultado dos nove meses de 2024 foi o maior da série histórica, R\$ 1,9 trilhão, com uma alta de 9,7% acima da inflação. Mas as despesas vinham crescendo até agosto a um ritmo muito superior aos excelentes resultados da arrecadação. É difícil para o governo cumprir até mesmo as regras do regime fiscal que propôs, e que foram alteradas para dar-lhe mais margem de manobra. Em menos de dois anos de governo Lula, a relação dívida bruta/PIB subiu de 71,7% para 78,5%, um salto de mais de sete pontos percentuais do PIB.

Ontem, ao lançar a edição de outubro de seu Monitor Fiscal, o Fundo Monetário Internacional apontou o Brasil, ao lado de França, Itália, África do Sul, Reino Unido e EUA, como um dos países em que a dívida continuará aumentando. Pelas projeções do FMI, ela será de 92% do PIB em 2025 e de 97,6% do PIB em 2029. Os números são mais altos porque a instituição conta como dívida os títulos do Tesouro em poder do BC, e o Brasil, não. As tabelas do relatório mostram que o endividamento do Brasil, de 87,6% em 2024, é o sexto maior entre 38 países emergentes — atrás de Bahrein, Ucrânia, Argentina, Egito e China. As despesas públicas são bem superiores às da média dos emergentes do G20 (46,2% do PIB ante 33,4%), assim como as receitas (39,3% do PIB ante 27%). A dívida média de seus pares do G20 é de 75,8% do PIB, quase 14 pontos percentuais acima dos 87,6% do PIB do Brasil.

Além disso, as projeções do FMI indicam que o Brasil não conseguirá cumprir as metas do regime fiscal. O déficit primário (exclui juros) estimado é de 0,5% do PIB (a margem do sistema é -0,25% do PIB) este ano, piora no ano seguinte para 0,7%, cai para 0,6% em 2026 e atinge um tímido superávit de 0,1% apenas em 2027.

Países com alto endividamento precisam consertar suas contas a tempo, segundo o FMI, porque “esperar é arriscado”, tanto pela reação adversa dos investidores, como as que se observam agora nos mercados financeiros domésticos, quanto pela perda da margem de manobra necessária para enfrentar eventuais choques negativos. Há vários deles rondando o ambiente global, já revolto pelas tensões geopolíticas e pelo aumento do protecionismo. Outro bom motivo para pôr as contas públicas em dia: quanto mais tempo o governo demorar para fazer isso, mais alto será o custo do ajuste.

É um milagre que o Brasil consiga crescer com a atual intermediação financeira. Por Roberto Luis Troster

Por que não incluir metas de spread bancário no debate?

O spread bancário, ou simplesmente spread, é a diferença entre a taxa de captação e a taxa de juros do tomador final de crédito. Um spread baixo reflete a capacidade dos bancos de intermediar recursos a um custo baixo para a sociedade, de forma a remunerar bem poupadores e oferecer crédito a taxas razoáveis para tomadores. É viável apenas com condições legais, institucionais, macroeconômicas, bancárias e tributárias adequadas. A evidência empírica mostra que, quanto menores os spreads, maior será a relação crédito/PIB do país, maior sua renda per capita e mais acelerado será seu crescimento. As nações mais ricas têm spreads menores, mais crédito e crescem mais rapidamente. A eficiência bancária é uma condição sem a qual não se pode crescer. Não há sequer um contraexemplo de algum país de renda alta que não tenha spreads baixos.

No Brasil, interessa aos bancos exercer sua vocação e financiar um novo ciclo de crescimento, ao invés de administrar crises. Objetivam um sistema bancário com volume maior de operações e menos inadimplência, operando em prazos mais longos e com menos volatilidade. O Banco Central também tem trabalhado nessa direção, pois baixar spreads interessa aos bancos e à nação.

O título e os três primeiros parágrafos deste artigo foram publicados sem mudar uma letra, neste jornal, o Valor, em 5 de setembro de 2002, há 22 anos. Na época, em plena campanha presidencial, se debatiam propostas de metas de desemprego, de superávit fiscal e outras, para ter

um papel semelhante às metas de inflação, adotadas três anos antes. Meu objetivo foi propor mudanças para aumentar a contribuição do crédito ao desenvolvimento do Brasil.

O resto do artigo afirma que a evolução é resultado de melhorias em aspectos legais, na estabilização macroeconômica, em aperfeiçoamento de instrumentos bancários e em ganhos de eficiência em razão de investimentos em capital humano e em tecnologia. Poder-se-ia conseguir uma redução maior trabalhando nas pré-condições em quatro frentes: a) a legal-institucional; b) a macroeconômica; c) a política bancária; e d) a tributária.

É triste notar que as recomendações ainda valem. Mais ainda, houve alguns retrocessos. O IOF aumentou, o que aumentou o custo do crédito, os depósitos compulsórios aumentaram, o que também aumenta o custo do crédito. De lá para cá, o quadro do crédito piorou.

Atualmente, há 6,9 milhões de empresas e 72,5 milhões de cidadãos negativados no Serasa. São recordes históricos no primeiro semestre. Como nem todo inadimplente está negativado, o problema é maior. As recuperações judiciais também bateram recordes históricos.

É uma dinâmica insustentável. No primeiro semestre deste ano, foram pagos R\$ 532 bilhões em juros de operações de crédito a instituições do Sistema Financeiro Nacional. Como o PIB do primeiro semestre foi de R\$ 5,6016 trilhões, os juros pagos correspondem a 9,5% do PIB.

É uma intermediação que também prejudica o sistema bancário. No primeiro semestre as provisões para créditos de difi-



cil recuperação foram de R\$ 116,7 bilhões, que correspondem a 21,9% das receitas de crédito e superior ao lucro líquido do sistema, que no mesmo período foi de R\$ 113,9 bilhões. Emprestariam mais e lucrariam mais se prestassem melhor. A oferta de crédito no Brasil é disfuncional. Ilustrando, este ano, o saldo de crédito de capital de giro cresceu 1,8% e o do cheque especial para pessoa jurídica, que custa 16 vezes mais que o capital de giro, aumentou 8,8%. A taxa salta de 21,6% para 346,1%. Tem mais. No primeiro dia de

atraso é cobrado um IOF de 0,3282%, um valor que anualizado corresponde a 225,3%. Portanto o custo de um dia de atraso é 571,4% ao ano. Problemas temporários de caixa viram problemas permanentes de solvência.

Esses números mostram que é um milagre que o Brasil consiga crescer com essa intermediação. É uma autofagia financeira. Literalmente, significa “comer a si mesmo”. O setor financeiro poderia ser um importante propulsor do bem-estar do país, mas por uma concepção equivocada de seu papel, pratica a

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor
É uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghail Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://globo.br/pri_edit

<p>Editor-executivo de Opinião José Roberto Campos (jose.campos@valor.com.br)</p> <p>Editores-executivos Catherine Vieira (catherine.vieira@valor.com.br)</p> <p>Fernando Torres (fernando.torres@valor.com.br)</p> <p>Robinson Borges (robinsonborges@valor.com.br)</p> <p>Sergio Lamucci (sergio.lamucci@valor.com.br)</p> <p>Zinia Baeta (zinia.baeta@valor.com.br)</p> <p>Sucursal de Brasília Fernando Exman (fernando.exman@valor.com.br)</p> <p>Sucursal do Rio Francisco Góes (francisco.goes@valor.com.br)</p> <p>Editor do Núcleo de Política e Internacional Fernanda Godoy (fernanda.godoy@valor.com.br)</p> <p>Editora do Núcleo de Finanças Talita Moreira (talita.moreira@valor.com.br)</p> <p>Editora do Núcleo de Empresas Mônica Scaramuzzo (monica.scaramuzzo@valor.com.br)</p> <p>Editora de Tendências & Tecnologia Cynthia Malta (cynthia.malta@valor.com.br)</p> <p>Editor de Brasil Eduardo Belo (eduardo.belo@valor.com.br)</p> <p>Editor de Agronegócios Patrick Cruz (patrick.cruz@valor.com.br)</p>	<p>Editor de S.A. Nelson Niero (nelson.niero@valor.com.br)</p> <p>Editora de Carreira Stela Campos (stela.campos@valor.com.br)</p> <p>Editor de Cultura Hilton Hida (hilton.hida@valor.com.br)</p> <p>Editor de Legislação & Tributos Arthur Carlos Rosa (arthur.rosa@valor.com.br)</p> <p>Editora Visual Luciana Alencar (luciana.alencar@valor.com.br)</p> <p>Editora Valor Online Paula Cleto (paula.cleto@valor.com.br)</p> <p>Editora Valor PRO Roberta Costa (roberta.costa@valor.com.br)</p> <p>Coordenador Valor Data William Volpato (william.volpato@valor.com.br)</p> <p>Editora de Projetos Especiais Célia Roseblum (celia.roseblum@valor.com.br)</p> <p>Repórteres Especiais Adriana Mattos (adriana.mattos@valor.com.br)</p> <p>Alex Ribeiro (Brasília) (alex.ribeiro@valor.com.br)</p> <p>César Felício (cesar.felicio@valor.com.br)</p> <p>Daniela Chiaretti (daniela.chiaretti@valor.com.br)</p> <p>Fernanda Guimaraes (fernanda.guimaraes@valor.com.br)</p>	<p>João Luiz Rosa (joao.rosa@valor.com.br)</p> <p>Lu Aiko Otta (luaiako@valor.com.br)</p> <p>Marcos de Moura e Souza (marcos.souza@valor.com.br)</p> <p>Maria Cristina Fernandes (mrcristina.fernandes@valor.com.br)</p> <p>Marli Olmos (marli.olmos@valor.com.br)</p> <p>Correspondente Internacional Assis Moreira (Genebra) (assis.moreira@valor.com.br)</p> <p>Correspondentes nacionais Cibelle Bouças (Belo Horizonte) (cibelle.boucas@valor.com.br)</p> <p>Marina Falcao (Recife) (marina.falcao@valor.com.br)</p> <p>VALOR INVESTE Editora: Daniele Camba (daniele.camba@valor.com.br)</p> <p>PIPELINE Editora: Maria Luiza Filgueiras (maria.filgueiras@valor.com.br)</p> <p>VALOR INTERNATIONAL Editor: Samuel Rodrigues (samuelrodrigues@valor.com.br)</p> <p>NOVA GLOBO RURAL Editor-executivo: Cassiano Ribeiro (cassianor@edglobo.com.br)</p>
---	--	---

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Becevel Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 - Jd. Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP. Telefone 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, RJ 0 xx 21 3521 1414, DF 0 xx 61 3717 3333
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. Endereço eletrônico www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 - Brasília Shopping - Torre Sul - sala 301 - 3º andar - Asa Norte - Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 - Nível 2 - Bairro: Cidade Nova - Rio de Janeiro/RJ - CEP 20230-240

<p>Publicidade - Outros Estados BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep. Tel./Fax: (71) 3043-2205 MG/ES - Sat Propaganda Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441</p>	<p>PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização Tel./Fax: (41) 3019-3717 RS - HRM Representações Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613</p>	<p>SC - Marcucci & Gondran Associados Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497</p>
---	--	---

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais:
Call center: 0800 7018888, whatsapp e telegram: (21) 4002 5300. Portal do assinante: portaldoassinante.com.br. Para assinaturas corporativas e-mail: corporate@valor.com.br
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste:
R\$ 1.738,80 ou R\$ 144,90 mensais. Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. Tel: 0800 7018888. Carga tributária aproximada: 3,65%

CARBON FREE

meses. Leia-se menos investimentos, menos empregos e menos crescimento. O efeito de uma alta na taxa básica é justamente frear a atividade econômica.

Há grupos de trabalho debatendo o tema do custo do crédito. A solução é complexa, mas tenho uma proposta que pode fazer muita diferença: mais transparência. Informações fidedignas são importantes para qualquer diagnóstico e para boas decisões de crédito. E as informações sobre o crédito no Brasil são confusas.

Usa-se taxa mês e taxa ano, dias corridos e dias úteis, incluindo impostos e não, taxa efetiva e custo total. Tornam desnecessariamente complexo algo que poderia ser resolvido usando uma só medida para o custo do crédito. Só depende de um normativo.

A nota à imprensa do Banco Central também é falha em transparência, usa critérios que distorcem a realidade do crédito. No cálculo, não incluem o IOF, que é um custo a mais para o tomador, e incluem os pagamentos à vista no cartão de crédito, que diminuem as médias das taxas, do spread e da inadimplência informadas na nota. Outra distorção é que calculam o spread usando o estoque de crédito em vez de usar o fluxo.

Urge mudar. O problema não é falta de recursos para emprestar dos bancos privados, é a ausência de uma política de crédito adequada. Sugiro começar com mais transparência. Ganhariam os cidadãos, as empresas, os bancos, o governo e o Brasil. Por que não tentar?

Roberto Luis Troster é economista. robertotroster@uol.com.br

Instituições de Estado versus populismo

Pedro Cavalcanti e Renato Fragelli



O prêmio Nobel de Economia de 2024 agradeceu Daron Acemoglu, James Robinson e Simon Johnson, cujo trabalho acadêmico mostrou que as boas instituições da democracia são fundamentais para viabilizar o desenvolvimento econômico capitalista. Regras fiscais, agências reguladoras e banco central independentes são exemplos de instituições que aprimoram a democracia. No Brasil, essas instituições têm sido solapadas por quem se elegeu para salvar a democracia.

Um problema inerente às democracias é o conflito entre objetivos nacionais de longo prazo e os interesses eleitorais de curto prazo. Um estadista prioriza os primeiros, implantando reformas estruturais e fazendo uma gestão fiscal prudente que sacrifica gastos com impacto popular imediato. Mas ao fazê-lo, abre o flanco aos ataques de demagogos que condenam a responsabi-

lidade fiscal. Frases de efeito como "gasto é vida", "educação e saúde não são gastos, mas investimentos", "salário não é renda" geram vitórias nas urnas. O governante responsável comete um duplo suicídio: não apenas constrói sua derrota eleitoral, como também deixa uma casa arrumada que permitirá ao sucessor que o venceu nas urnas colher os frutos de sua responsabilidade, aparecendo ao eleitorado como competente administrador.

No Brasil deste século, duas regras fiscais potentes foram criadas e posteriormente revertidas. A Lei de Responsabilidade Fiscal, implantada por FHC em 2000, gerou superávits primários por mais de uma década, trazendo o inédito investment grade em 2008, mas foi enfraquecida por Dilma, culminando no desastre de 2015/16. O Teto de Gastos, implantado por Temer em 2016, provocou a abrupta queda da taxa real de juros de financiamento da dívida pública, mas acabou solapado por Bolsonaro e definitivamente abandonado por Lula em 2023. A taxa de juros hoje voltou a patamares altíssimos.

Até meados da década de 1990, o Estado empresário brasileiro atuou diretamente em importantes setores da economia. Mas a gradual implantação dos programas sociais instituídos pela Constituição de 1988 criou imensos gastos que rivalizavam com os in-

vestimentos necessários à expansão das empresas estatais. Diante da limitação orçamentária, a democracia brasileira optou pela privatização a fim de priorizar os programas sociais.

As estatais privatizadas atuavam em setores com duas características marcantes: eram monopólios naturais e também envolviam pesados investimentos com longo prazo de maturação. Por um lado, era necessário impedir que monopólios privados praticassem tarifas elevadíssimas; por outro, era preciso impedir que futuros governos populistas impusessem tarifas baixíssimas, inviabilizando investimentos com extenso prazo de retorno do capital. A solução foi a criação de agências reguladoras, regidas por Lei Complementar específica, que atuariam como instituições de Estado, portanto insuladas das pressões de governos de turno.

Mas a esquerda tupiniquim não aceitou o conceito de instituições de Estado. Em 2003, logo após tomar posse, Lula empenhou-se em destituir o presidente da Anatel, para sinalizar que as privatizações tinham sido coisa do passado. Vinte anos depois, a mesma visão persiste. Reportagem do Valor (15/10/24) revelou que, dos 59 cargos de diretoria das agências federais, 9 estão vagos e outros 8 terão seus mandatos expirados até o fim do ano, sem indicados até o momento — quase 1/3 dos cargos. As

vagas estão abertas desde 2023, e nenhuma sabatina foi realizada desde então.

Ao longo do tempo, as agências foram gradualmente enfraquecidas por indicações políticas, o que compromete a natureza técnica de muitas de suas decisões. Sob o governo anterior, de direita, o Cade decidiu pela privatização de metade da capacidade de refino da Petrobras, mas sob um novo governo de esquerda, revogou aquela decisão. Não há justificativa econômica para a mudança.

Populistas à esquerda e à direita enxergam nas instituições uma usurpação do poder conquistado na eleição

O ciclo econômico eleitoral é outra realidade com a qual a democracia precisa lidar. Governos que disputam eleições em momentos recessivos tendem a ser derrotados. Isso cria incentivo a que governantes poupem recursos no início dos mandatos, a fim de gastá-los no ano eleitoral, aquecendo a economia, o que aumenta a probabilidade de vitória nas urnas.

O problema se agrava quando o governo de turno também controla a política monetária. Em artigo publicado neste espaço (17/08/2023), comparamos o comportamento do Banco Central

durante o ano eleitoral de 2014, sob controle de Dilma, com a atuação do BC independente na campanha de 2022. Se o Banco Central tivesse agido em favor de Bolsonaro, como ocorreu na reeleição de Dilma, em vez de atuar tecnicamente seguindo sua missão legal de cumprir a meta de inflação, provavelmente o capitão estaria hoje no Planalto. Lula nunca reconheceu isso e ainda ataca pessoalmente o presidente do BC.

Populistas à esquerda (e à direita) enxergam nas instituições de Estado uma usurpação antidemocrática do poder que conquistaram na eleição presidencial. É um equívoco. No Chile, por exemplo, a esquerda preservou essas instituições, fortalecendo crescimento econômico. Em 1990, o PIB per capita chileno era 7% inferior ao brasileiro; hoje, é 70% superior.

No passado, políticos autoritários apresentavam o dilema entre curto e longo prazo como justificativa para a supressão da democracia. Mas a evolução institucional em muitos países mostrou que instituições de Estado protegem a democracia no longo prazo, mediante limitação do campo de ação de governos no curto prazo.

Pedro Cavalcanti Ferreira é professor da EPGE-FGV e diretor da FGV Crescimento e Desenvolvimento.

Renato Fragelli Cardoso é professor da Escola Brasileira de Economia e Finanças (EPGE-FGV).

Frase do dia

"É um Plano Marshall às avessas, em que as economias emergentes financiam o mundo desenvolvido".

Do presidente Lula sobre novos meios de pagamento entre o Brics

Cartas de Leitores

Apagão em SP

De acordo com o diretor geral da Aneel, Sandoval Feitosa, há falta de servidores para fazer a fiscalização, além do orçamento ser insuficiente. Como pode a agência recolher cerca de R\$ 1,4 bilhão todos os anos, e apenas R\$ 400 milhões serem destinados ao órgão? Sem contar os cortes repentinos no orçamento para cumprir a meta fiscal, advindo de um governo gastador. Importante destacar que, segundo Feitosa, o caos não foi pior porque teve a ajuda da Arsesp (agência conveniada à Aneel), responsável por fiscalizar os serviços públicos prestados em SP, que conta com 15 fiscais e ainda teve o repasse federal reduzido pela metade.

Romper o contrato não é tão fácil, como diz Boulos no conjunto de promessas eleitorais. Existe o direito de defesa que deve ser respeitado. Ficou claro agora quem é realmente responsável pelo contrato da Enel?

Izabel Avallone
izabelavallone@gmail.com

Transporte aéreo

Efeito do governo do presidente Lula: dados divulgados pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) apontam que no mês de setembro a aviação comercial no Brasil alcançou um recorde histórico, com quase 10 milhões de passageiros transportados. Se a tendência de crescimento continuar nos próximos meses, o país poderá encerrar 2024 como o ano com a maior movimentação de passageiros na história da aviação brasileira.

Jorge de Jesus Longato
cestadecompras@hotmail.com

Tragédia de Mariana

Finalmente, passados 9 anos, está prestes a ser assinado o acordo de indenização entre a advocacia-Geral da União (AGU) e as mineradoras Vale, BHP e Samarco, pela tragédia ambiental com o rompimento da barragem do Fundão, em Mariana (MG), ocorrido em 2015, que causou também 19 mortes, flagelo de milhares de famílias e grande prejuízo ambiental.

O total do ressarcimento será de R\$ 167 bilhões, sendo R\$ 100 bi, que serão pagos em 20 anos, divididos entre a União e Estados, principalmente dos mais afetados como Minas Gerais e Espírito Santo.

O dinheiro será utilizado em 19 projetos já definidos, com a expectativa de que 300 mil pessoas sejam beneficiadas.

Espero que esses projetos não fiquem mofoando nas gavetas do Planalto ou dos governadores.

Paulo Panossian
paulopanossian@hotmail.com

Correção

Diferentemente do publicado na edição do dia 22 de outubro, na página B2, a Sequoia Logística teve seu plano de recuperação extrajudicial aprovado pela 2ª Vara Empresarial Regional de São Paulo, e não plano de recuperação judicial como foi informado.

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Capital privado é essencial para transição em emergentes. Por **Luciana Ribeiro e Vaishali Sinha**

Desafios do G20 no financiamento climático

A medida que o mundo se prepara para a COP29 em Baku, em novembro deste ano, as atenções se voltam para o papel que o G20 pode desempenhar no combate às mudanças climáticas e no desenvolvimento global. Sob a liderança do Brasil, o G20 ocupa uma posição única, unindo regiões do mundo e preparando o terreno para um novo e importante acordo para financiamento e desenvolvimento climático. Com ondas de calor recordes, inundações e secas afetando comunidades em todo o mundo, especialmente no Sul Global, a ação climática deixou de ser uma escolha: tornou-se uma necessidade. No entanto, o sistema financeiro internacional atual ainda está lutando para mobilizar os recursos necessários para enfrentar esse desafio.

O G20 precisa demonstrar liderança para impulsionar uma ação climática coordenada globalmente, com foco especial em financiamento climático, infraestrutura resiliente e tecnologia para acelerar a transição energética.

Desde 2000, as mudanças climáticas custaram ao mundo US\$ 16 milhões por hora. Sem o peso dessa crise, a economia global poderia ter crescido mais US\$ 2,8 trilhões. O prejuízo contínuo da inação é ainda maior. De 2025 a 2100, as perdas cumulativas por não agir em relação ao clima podem atingir impressionantes US\$ 1,266 quatrilhão — onze vezes o PIB global atual. A escala do desafio exige ação urgente, e o papel do G20 é essencial.

Com três em cada cinco pessoas no mundo, 80% do PIB global e três quartos do comércio internacional, a ação coletiva dos países do G20 terá um papel decisivo na configuração do futuro da economia do planeta.

Os mercados emergentes enfrentam desafios significativos no acesso ao capital necessário para financiar suas transições verdes. Estimativas indicam que atualmente existem até US\$ 2,5 trilhões em fundos relacionados a investimentos verdes, mas apenas uma pequena parte desse valor é direcionada para mercados emergentes e economias em desenvolvimento (EMDEs). A percepção de alto risco no segmento muitas vezes desencoraja os investidores a comprometerem recursos significativos. Projetos re-



Economias emergentes e em desenvolvimento precisam de um adicional de US\$ 2 tri anuais para esforços de mitigação. Nessas regiões, os governos ainda são responsáveis por mais de 50% dos investimentos em energia, contra apenas 15% nas economias avançadas

lacionados ao clima frequentemente apresentam retornos incertos e são vistos com cautela, mas essas percepções são geralmente ampliadas em mercados emergentes. Outros obstáculos, como a fragmentação regulatória entre diferentes jurisdições acrescentam uma camada de complexidade, desacelerando os fluxos de investimento e dificultando a ampliação de soluções climáticas essenciais.

Houve avanços positivos, uma vez que a OCDE recentemente reportou que os países desenvolvidos mobilizaram um total de US\$ 115,9 bilhões em financiamento climático destinado aos países em desenvolvimento. No entanto, a lacuna permanece ampla. Mercados emergentes e economias em desenvolvimento precisam de um adicional de US\$ 2 trilhões anuais para esforços de mitigação — um aumento de quatro vezes — até 2030 (FMI, 2023). Nessas regiões, os governos ainda são responsáveis por mais da metade dos investimentos em energia, em comparação com apenas 15% nas economias avançadas (Banco Mundial, 2023).

Investimento climático não pode mais ser encarado como uma obrigação, um fardo ou mesmo um risco ao desenvolvimento. Pelo contrário, é preciso enxergar que essa agenda traz oportunidades sem precedentes para o crescimento econômico. Nesse contexto, é fundamental a união de todas as partes interessadas e, aqui, destacamos a mobilização da iniciativa privada.

Nos países em desenvolvimento, as oportunidades são transformacionais, tanto do ponto de vista ambiental quanto para suas economias locais. As economias emergentes podem ter papel de destaque na transição, e o capital privado é fundamental para suportar esse esforço.

Entretanto, não dá para negar que existem elementos macroeconômicos que travam a jornada e embaçam a visão de oportunidade de impulsionamento para o setor privado. É aqui que entra o papel do G20 e B20 (Business 20) em entender as dificuldades e endereçá-las.

No ambiente da Força-tarefa de Finanças e Infraestrutura do B20, destacamos três recomendações prioritárias. A primeira é a revisão do papel do setor pú-

blico e a abordagem de questões como financiamento de projetos para reduzir os riscos-país, político e econômico. Enfatizamos a necessidade de organizações multilaterais trazerem instrumentos que reduzam o risco-país e incentivem o capital privado a fazer negócios no sul global, principalmente.

O segundo ponto é a criação de um framework que acelere a aprovação de projetos de infraestrutura, reduzindo inseguranças sobre prazos e requerimentos necessários para aprovações. Uma grande dor atual é a completa incerteza do investidor privado sobre a timeline dos investimentos.

E, por fim, o apoio ao pequeno e médio empreendedor que, em países em desenvolvimento, geram até 80% dos empregos e movimentam a economia. É fundamental dar suporte em relação às adequações de regras e acesso ao crédito, permitindo que eles se incluam nas grandes cadeias globais de suprimento verde.

Os países desenvolvidos têm reconhecido que a ação climática apresenta enormes oportunidades. No entanto, há uma grande competição sobre quem irá liderar essa revolução verde, que está mudando fundamentalmente o modo como as economias operam e remodelando as dinâmicas geopolíticas.

O papel do G20 em promover uma abordagem global unificada para a ação climática nunca foi tão importante. Os desafios para mobilizar capital em EMDEs são significativos, mas não são insuperáveis. Ao enxergar os investimentos climáticos como oportunidades estratégicas e implementar reformas inovadoras para apoiar medidas como o financiamento misto, o capital necessário para impulsionar a transição verde pode ser desbloqueado.

O momento para uma ação ousada e coordenada é agora. O G20 deve se erguer à altura da situação, liderando pelo exemplo e garantindo que nenhuma nação fique para trás na luta contra as mudanças climáticas.

Luciana Antonini Ribeiro é fundadora da eB Capital e líder da força-tarefa B20 sobre Finanças e Infraestrutura.

Vaishali Nigam Sinha é fundadora da ReNew e copresidente da força-tarefa B20 sobre Finanças e Infraestrutura.

Eleições Michael McDonald, cientista político da Universidade da Flórida, fala sobre a reta final das disputa dos EUA e dos cenários com a eleição de Kamala e de Trump

Reação violenta a resultado de eleição ainda preocupa, diz analista dos EUA



Marcos de Moura e Souza
De São Paulo

A candidata à Presidência dos EUA pelo Partido Democrata, Kamala Harris, terá mais dificuldade para aprovar suas medidas no Congresso do que o candidato do Partido Republicano, Donald Trump. Ele terá também menos barreiras do que teve em seu primeiro mandato (2017-2020) porque muitos auxiliares que desempenhavam um papel direto de moderar suas ações abandonaram o barco e agora apoiam Kamala. Esses são alguns dos alertas feitos pelo cientista político americano, Michael McDonald, professor da Universidade da Flórida.

Suas previsões se baseiam nas pesquisas que apontam que republicanos devem obter a maioria do Senado, enquanto a Câmara continuará dividida. Hoje, democratas têm a maioria de 51 cadeiras no Senado e os republicanos, 49.

Em entrevista ao **Valor**, McDonald também fala da preocupação sobre o que pode acontecer depois de 5 de novembro. No caso de uma vitória apertada de Kamala, grupos radicalizados pró-Trump poderão questionar e rejeitar, até com violência, os resultados, diz McDonald. Mas ele descarta o risco de reprise da invasão ao Congresso por eleitores de Trump como a de 6 de janeiro de 2022.

Professor de Ciência Política na Universidade da Flórida, McDonald tem entre seus campos de pesquisa o engajamento e o comparecimento dos eleitores americanos às urnas. Ele é um dos editores do livro "The Marketplace of Democracy: Electoral Competition and American Politics" (o mercado da democracia: disputa eleitoral e política americana), de 2006. É também co-autor da obra "Numerical Issues in Statistical Computing for the Social Scientist" (Questões numéricas em computação estatística para cientistas sociais). Diversos de seus artigos aparecem em periódicos acadêmicos de ciência política e em editoriais na imprensa americana. A seguir, os principais trechos da entrevista:

Valor: Com os dois candidatos empatados, o que pode mudar a preferência do eleitor até a eleição?

Michael McDonald: A essa altura, o rumo da eleição está praticamente definido. Teria de haver alguma notícia excepcionalmente surpreendente que pudesse mudar o rumo da disputa até novembro. É verdade que coisas desse tipo já aconteceram e essa tem sido uma temporada eleitoral muito incomum. Um presidente em exercício desistiu de concorrer no meio da campanha e um candidato sofreu tentativas de assassinato. E é provável que Israel faça algum tipo de ataque retaliatório contra o Irã — mas, na maioria das vezes, as pessoas não prestam atenção na política externa. A menos que os EUA se envolvam diretamente, é improvável que uma situação dessas faça muita diferença aos eleitores. Neste momento, a menos que haja alguma informação muito surpreendente entre agora e novembro, devemos manter a trajetória que nos encontramos.

Valor: O que poderia ser uma notícia muito surpreendente?

McDonald: Acho que não é provável que tenhamos uma mudança. Mas o que poderiam ser eventos extremamente improváveis? Por exemplo, algo como um grande problema de saúde de Trump. Eventos impossíveis de se prever.

Valor: Indecisos podem definir o jogo para um dos lados?

McDonald: A essa altura, se há pessoas que estão dizendo que ainda estão indecisas, elas provavelmente não votarão. São pessoas que não acompanham a política muito de perto e, portanto, a probabilidade delas saírem de casa para votar é muito baixa. Portanto, se alguém disser que não consegue escolher entre Harris e Trump nes-



No primeiro dia de tabulação, ontem, funcionários eleitorais do condado de Maricopa, no Arizona, contam cédulas enviadas por correspondência

te momento, provavelmente não votará. Mas haverá um número muito pequeno, que pode ser determinante em uma votação nos Estados com disputa mais acirrada. Se você olhar os modelos que levam em conta os prováveis eleitores, verá que a média de Kamala está em torno de dois a três pontos percentuais nacionalmente [à frente de Trump], e ela tem uma ligeira vantagem nos Estados decisivos. Se eu fosse apostar, eu apostaria em Kamala. Embora não ache que o jogo já esteja definido.

Valor: Qual o principal obstáculo de Kamala nessa reta final?

McDonald: O fato de que a maioria desses eleitores [indecisos] simplesmente não presta atenção em política e não está convencida sobre Kamala. Por isso que ela passou a falar com a mídia não tradicional para alcançar diferentes segmentos da população. Os indecisos não leem o "New York Times". A estratégia dela, independentemente de ser eficaz ou não, é usar essas novas mídias não tradicionais, plataformas digitais, podcasts que, há dez anos, nenhum candidato presidencial daria atenção.

Valor: Qual é o principal obstáculo de Trump nessa reta final?

McDonald: O obstáculo de Donald Trump é Donald Trump. As pessoas sabem quem ele é. Mesmo quando ele tenta dizer algo diferente, ele ainda tem uma marca e uma aura tão grandes que é difícil para ele mudar sua mensagem. Ele certamente vem mostrando mais sinais de idade do que antes. Mas não acho que isso importe para seus apoiadores. Eles se divertem com ele e esse é o principal apelo para seus apoiadores. Ele fala constantemente sobre imigração de uma forma racista. E isso, infelizmente, atrai um bom número de pessoas. Nos EUA e, de fato, em todo o mundo, há muitas pessoas que pensam nesses termos. No momento, parece que teremos outra vez um comparecimento excepcionalmente alto nas urnas. A se confirmar. Neste momento, estamos vendo um eleitorado muito engajado que pode ajudar Trump.

Valor: Por quê?

McDonald: Porque aqueles eleitores que não costumam votar sempre sabem quem ele é e gostam dele. E não sabem bem quem é Kamala Harris. Portanto, um comparecimento elevado pode significar que mais pessoas com esse perfil tenham decidido votar. Ou seja, se tivermos uma eleição com um comparecimento muito alto isso poderá ser positivo para Trump.

Valor: Há uma mudança este ano no perfil dos eleitores dos partidos Democrata e Republicano?

McDonald: Provavelmente estamos diante da maior diferença de gênero que já tivemos na história dos EUA. As mulheres estão apoiando mais Kamala e os homens estão apoiando mais Trump — em proporções inéditas, se as pesquisas estiverem corretas. Há muito interesse e entusiasmo en-



"A essa altura, se há pessoas ainda indecisas, é provável que não votarão"
Michael McDonald

tre as mulheres em comparecer às urnas. Parte disso provavelmente se deve a Kamala. Parte se deve ao debate sobre o aborto. Trump talvez tenha acrescentado homens mais jovens entre os eleitores, alguns deles não brancos.

Valor: Sobre o voto dos eleitores negros, Kamala parece estar com dificuldade com esse grupo crucial.

McDonald: Faça uma advertência aqui porque as pesquisas tendem a subestimar o apoio dos afro-americanos ao candidato democrata. Eles subestimaram o apoio a Biden e o apoio a Bill Clinton. Por que isso acontece? Porque os homens afro-americanos são eleitores que não votam sempre e, portanto, podem ser ambivalentes. Eles podem estar indecisos, talvez tenham mais simpatia por Trump. No entanto, muitos não vão votar. No final das contas, minha avaliação é que teremos uma eleição típica, com mais apoio dos afro-americanos ao Partido Democrata. Eu acompanho as informações sobre votação antecipada e analiso essas características raciais e não estou vendo um número excepcionalmente grande de afro-americanos ou hispânicos comparecendo para votar. Esses eleitores mais jovens tendem a comparecer na última semana de votação antecipada. No momento, não vejo evidências que me fariam acreditar que estamos vendo um grande aumento no apoio a Trump, muito entusiasmo entre esse grupo.

Valor: O que pode acontecer caso os resultados demorem para ser anunciados? A sombra do 6 de janeiro ainda paira sobre o país?

McDonald: A maior preocupação que temos é que, se estivermos nesse cenário em que a apuração esteja tão apertada que tenhamos de esperar dias para saber quem venceu, pode haver algum motivo para republicanos no Congresso não aceitarem os resultados se Kamala vencer por uma margem muito estreita. Não está claro se haverá tantos republicanos, como em 2020, rejeitando os resultados e tentando anular a eleição. Nossa maior preocupação é esse tipo de cenário. Em relação à violência, sim, pode haver reações violentas. Já vimos isso algumas vezes neste ciclo eleitoral. Agora temos um grupo de milícia itinerante no sul da região dos Apalaches que está fazendo ameaças contra funcionários da Fema [Agência Federal de Gestão de Emergências], e uma pessoa foi presa por fazer isso. [Ele se refere a grupos supremacistas vistos como ameaças a funcionários da Fema que estavam trabalhando para ajudar população afetada pelo furacão Helene]. Se Trump perder, sabemos que haverá pessoas que estarão prontas para crer que ele ganhou e sabemos que há membros do Congresso que parecem estar dispostos a concordar com isso. Estamos preocupados com a possibilidade de que tenhamos algo assim de novo.

Valor: Mas há risco de outra rea-

ção como a invasão do Capitólio?

McDonald: Trump não é mais o presidente. Portanto, não acho que aconteceria outro comício no Capitólio. Não acho que outra tentativa de insurreição como a de 6 de janeiro possa acontecer. Não permitiríamos que isso acontecesse de novo. Haveria mais segurança mais e não levaria horas para o presidente, que ainda seria Biden, chamar a Guarda Nacional.

Valor: Com relação ao Congresso, o que parece mais provável?

McDonald: Se acreditarmos nas pesquisas, o resultado mais provável seria uma vitória de Kamala, com os republicanos obtendo maioria no Senado. Quanto à Câmara dos Deputados, qualquer lado pode ganhar. Claro, nada disso é garantido. Portanto, parece que um governo dividido é o cenário mais provável neste momento e isso significaria que qualquer que seja a ambiciosa agenda política de Kamala, morreria imediatamente no Senado. Se houver alguma substituição na Suprema Corte, provavelmente não seria preenchida até o final de um mandato dela, porque os republicanos não vão querer colocar um juiz na corte nomeado pelos democratas e encontrarão pretextos para adiar nomeações. Vejo esse cenário de impasse como o mais provável em um governo Kamala Harris.

Valor: Esse cenário de difícil governabilidade também se daria no caso de uma vitória de Trump?

McDonald: É mais provável, nesse cenário, que ele tenha o controle unificado do governo, que ele tenha o Senado. Mas ainda assim, a Câmara está em disputa. É provável que vejamos todas votações [no Congresso] apertadas.

Valor: Por fim, qual é a principal questão em jogo nestas eleições?

McDonald: Para mim, é a democracia. Porque em um novo mandato, Trump não teria nenhum guard rail. Em seu primeiro mandato, ele tinha mais republicanos com um papel institucional ao seu redor. Pessoas que tentavam impedir de tomar decisões seguindo seus piores instintos. Essas pessoas agora estão apoiando Kamala. Num segundo governo, ele teria só pessoas sintonizadas e que não o advertiriam contra fazer qualquer coisa. Não haveria nenhum guard rail. Além disso, a Suprema Corte disse que não se pode processar um presidente por cometer crimes em sua função oficial. A minha preocupação é que tenhamos uma presidência de Trump sem barreiras. Uma presidência de Kamala teria mais a cara de um governo normal. Haveria mudanças nas políticas, mas não seria realmente muito diferente do que vemos hoje com ela e com Biden, a não ser pelo fato de que seria mais difícil para ela para aprovar sua agenda. Algumas coisas, como a redução de impostos para famílias com filhos, os republicanos devam apoiar. Mas vejo que sua agenda mais ampla será mais difícil de ser aprovada.

Concessões
Ferrovias devem ter mais ao menos mais três repactuações no TCU
B1

Aviação

Abra Group, controladora da Gol, fecha pacote de financiamento de US\$ 1,25 bilhão **B5**



INÊS 249

Aeroportos

TCU aprova acordo entre governo federal e concessionária GRU Airport **B3**

Entretenimento

Comércio de São Paulo espera demanda em alta com a chegada da F1 **B6**

Agronegócio

Marfrig faz oferta de R\$ 2 bi em CRA lastreado em debêntures **B7**

Valor B
Quinta-feira, 24 de outubro de 2024

Empresas

Concessões Governo estuda renegociação de contratos da MRS, da Vale e da Malha Oeste, da Rumo Ferrovias devem ter mais 3 repactuações no TCU

Tais Hirata
De São Paulo

O governo federal estuda a repactuação de mais três concessões ferroviárias: a da MRS, que está em vias de iniciar as negociações no Tribunal de Contas da União (TCU); a das duas ferrovias da Vale; e a da Malha Oeste, da Rumo, segundo fontes.

Os acordos são vistos como estratégicos pelo governo, que pretende financiar novos projetos ferroviários com os recursos adicionais arrecadados nas negociações. Os valores também são acompanhados de perto pelo Ministério da Fazenda, que conta com os recursos para cumprir a meta fiscal.

Do lado das empresas, fontes dizem que os últimos meses foram de incerteza sobre o avanço das negociações, após a Secex Consenso do TCU (Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos) negar, no fim de agosto, a admissibilidade da repactuação do contrato da MRS.

Nos últimos dias, a negativa

foi revertida, após o envio de informações adicionais ao órgão, segundo fontes. Com isso, a secretaria já encaminhou recomendação para a admissão da repactuação, que assim poderá iniciar já nas próximas semanas.

O Ministério dos Transportes e a MRS chegaram a anunciar o acordo em fevereiro, com uma previsão de incluir mais R\$ 2,6 bilhões na concessão. Porém, até hoje o aditivo não foi formalizado. Uma fonte do setor avalia que, para o governo, levar o acordo para o TCU é uma forma de dar segurança para a assinatura.

Apesar de o processo ter sido destravado, algumas fontes do mercado viram na recusa inicial da Secex uma sinalização de que as negociações serão mais duras. Para elas, a situação traz um alerta especialmente para a Vale, com quem o governo tenta destravar um acordo maior e mais complexo, para repactuar duas concessões ferroviárias: a Estrada de Ferro Vitória-Minas e a Estrada de Ferro Carajás.

Governo e Vale já têm um acordo em torno do valor adicional a

ser pago, mas ainda há uma série de ajustes a serem negociados, diz uma fonte. Há alguns meses, a perspectiva da empresa era desembolsar em torno de R\$ 15 bilhões, enquanto o valor previsto pelo ministério no orçamento era de R\$ 25 bilhões.

Uma fonte diz que a ideia é enviar o processo da Vale ao TCU até o fim deste ano. Porém, após a recusa inicial ao pedido da MRS — na qual o tribunal cobrou detalhamento maior dos cálculos e mais fundamentação técnica para a alteração na lista de obras —, governo e empresa têm buscado refinar os estudos antes do envio.

Apesar das preocupações, fontes próximas ao governo afirmam que não veem solavancos nas conversas com o TCU, que a recusa inicial à repactuação da MRS se resolveu após os esclarecimentos e que não há temor em torno do acordo da Vale, embora reconheçam que as negociações no âmbito do Secex Consenso são duras.

Procurado, o TCU afirmou que “não há decisão ou documentos públicos” sobre os processos. O Mi-

nistério dos Transportes disse que “não pode se pronunciar sobre processos de negociação que tramitam no TCU, respeitando norma de sigilo do órgão, assim como os termos de confidencialidade”.

A MRS disse que prefere não comentar. A Vale afirmou, em nota, que “está em discussões avançadas com o Ministério dos Transportes sobre as condições gerais para a otimização dos planos de investimentos dos Contratos de Concessão, que hoje são regularmente executados pela empresa”.

Os novos contratos da MRS e da Vale foram firmados no governo passado. Tratam-se das renovações antecipadas das concessões, que

foram prorrogados em troca de novos investimentos e pagamentos de outorgas. Desde o ano passado, com o novo governo, os aditivos voltaram à mesa de negociação, sob acusação de que os valores foram subdimensionados.

Além disso, fontes a par do tema afirmam que as próprias empresas precisam da negociação, porque a lista de obras incluída nos contratos tem muitas falhas e desafios, que tornaram seu cumprimento inviável — o que abre margem também para a acusação de descumprimento das obrigações.

A Rumo foi a primeira a aderir à repactuação, da Malha Paulista, feita no âmbito da Secex Consenso do TCU. No acordo, a empresa ajustou o caderno de obrigações e adicionou R\$ 500 milhões em investimentos, além de R\$ 670 milhões em pagamentos ao governo.

Agora, um outro contrato da Rumo passa por estudos para repactuação no TCU, o da Malha Oeste. Trata-se de um caso diferente dos demais. A negociação busca solucionar um contrato deficitário e pouco atrativo, que a

Rumo tenta devolver ao governo desde 2020, para que seja relicitado. O problema, na visão de fontes do mercado, é que dificilmente o ativo atrairia interesse de outros grupos em um leilão. A repactuação, portanto, surgiu como uma solução para tornar o contrato viável economicamente e viabilizar novos investimentos.

Segundo fontes, um grupo de trabalho já chegou a um projeto que pode ser viável, mas estudos financeiros ainda estão em curso. A ideia seria focar a operação na movimentação de celulose — setor que tem ganhado diversas novas fábricas no Mato Grosso do Sul — e de minério, vindo de Corumbá (MS). Para isso seria necessário reduzir o tamanho da malha, fazer sua rebitolagem (mudança na distância entre os trilhos), além de construir novos trechos desde o zero. Porém, fontes afirmam que no governo não há entendimento formado sobre a repactuação e que o projeto é complexo. Procurada, a Rumo não comentou.

Ver mais na página B3

Após recusa inicial, acordo da MRS deve avançar em breve no TCU; Malha Oeste pode ter novo projeto

CONTEÚDO PATROCINADO POR



Be8 vai iniciar produção de novo biocombustível para acelerar descarbonização

Por substituir em 100% o uso de diesel fóssil e reduzir em até 50% as emissões de monóxido de carbono, Be8 BeVant torna-se solução para empresas que buscam cumprir metas de sustentabilidade a curto prazo

Com a capacidade instalada de 28 milhões de litros/ano, a Be8, líder em biodiesel no país, vai iniciar a produção de um biocombustível inovador de metil éster bidesstilado, o Be8 BeVant. No momento, espera apenas a licença da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para iniciar a operação. Com maior teor de éster, ele substitui em 100% o uso de diesel fóssil, reduz em até 50% as emissões de monóxido de carbono, 85% da emissão

de materiais particulados e 90% de fumaça preta.

“A grande vantagem é que o Be8 BeVant está pronto para ser utilizado imediatamente nos motores atuais e nas novas versões de caminhões a um custo competitivo”, explica Erasmo Carlos Battistella, presidente da Be8. O produto pode ser usado tanto em sua forma pura quanto misturado ao óleo diesel convencional. Ele antecipa os benefícios do diesel verde (hydrotreated vegetable oil — HVO) com condições comerciais vantajosas.

O Be8 BeVant não requer investimentos significativos em infraestrutura ou troca de motores, ao contrário de alternativas como hidrogênio e os veículos elétricos. O produto tem potencial para abastecer geradores de energia e atender às demandas dos modais rodoviário, ferroviário, hidroviário e marítimo.

COMPETITIVIDADE

A produção piloto do Be8 BeVant já tem compradores



Com capacidade preliminar de 28 milhões de litros/ano, a Be8, líder em biodiesel no país, vai iniciar a produção de um biocombustível inovador de metil éster bidesstilado, o Be8 BeVant

potenciais nos setores agrícola, de transporte urbano e minerador, que devem demandar toda a capacidade até o final de 2024. A inovação é fruto da experiência adquirida na Europa e nos Estados Unidos, incluindo a operação de uma fábrica de biodiesel na Suíça. De acordo com a demanda, a Be8 já planeja expandir sua produção nas unidades de Passo Fundo

(RS) e Marialva (PR), explorando um mercado promissor e em crescimento.

O produto será ofertado a um custo estimado até 50% inferior ao praticado hoje no mercado internacional para o diesel verde. Ainda tem o diferencial de apresentar a coloração verde para se distinguir dos demais biocombustíveis.

O Be8 BeVant tem qualidade atestada, com maior

lubricidade. A fase de testes em motores em banco de provas certificou as vantagens e características do produto. Foram realizadas Provas de Conceito (PoC) em parceria com fabricantes de motores e frotistas.

COMBUSTÍVEL DO FUTURO

A sanção da Lei do Combustível do Futuro no Brasil marca um impor-

tante avanço na estratégia nacional para cumprir as metas de descarbonização previstas no Acordo de Paris e no Compromisso Global para as Energias Renováveis e a Eficiência Energética, que tem como objetivo triplicar a capacidade mundial instalada de produção de energias renováveis e duplicar a taxa média anual global de melhorias na eficiência energética até 2030.

O potencial é significativo considerando-se a urgência de se encontrar soluções de descarbonização de curto prazo para o setor de transportes e levando-se em consideração que as empresas estabeleceram compromissos próprios de neutralização das emissões (net zero) para os próximos anos. “No caso de companhias de logística, o ganho na redução de emissões ajuda as empresas-clientes a cumprir suas metas de sustentabilidade no escopo 3, que envolve toda a cadeia”, afirma Battistella.



“A grande vantagem é que o Be8 BeVant está pronto para ser utilizado imediatamente a um custo competitivo”

Erasmo Carlos Battistella, presidente da Be8

Entrevista Especialista em negociação, William Ury fala da importância da escuta e do distanciamento para resolver conflitos

Como chegar ao “sim” em um mundo polarizado

Stela Campos
De São Paulo

Chegar a um “sim” em uma negociação, em um mundo altamente polarizado, não é simples, mas possível. Quem afirma é William Ury, um dos maiores especialistas em negociação e resolução de conflitos do mundo.

Ury foi cofundador do programa de negociação de Harvard, consultor da Casa Branca e atuou como mediador em disputas entre empresas até guerras e greves. Atuou, por exemplo, no acordo de pacificação na Colômbia com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). Também ajudou a costurar o acordo entre Abilio Diniz e Jean-Charles Naour sobre o controle do Pão de Açúcar.

Em tempos de disputas políticas, em que as redes sociais acirram os ânimos, ele diz que muitos se dispõem a falar, mas poucos a ouvir. “Ouvir pode ser a concessão mais barata que você pode fazer em uma negociação”, disse ao **Valor**. E não se trata de ouvir apenas o outro, mas a si mesmo. Ele conta que o líder sul-africano Nelson Mandela aprendeu a meditar na prisão e estudou o idioma dos inimigos. Com isso, se tornou o maior negociador de todos os tempos. Nesta entrevista, ele fala sobre seu último livro, “Sim, é possível” (editora Sextante) e dá dicas de como aprender a negociar melhor. A seguir os principais trechos:

Valor: Como podemos chegar ao “sim” em um mundo com opiniões cada vez mais polarizadas?

William Ury: Parece que, hoje em dia, o conflito é uma indústria em crescimento, seja em nossas vidas pessoais, profissionais ou políticas. Passei décadas trabalhando em algumas das situações mais impossíveis do mundo, desde guerras no Oriente Médio, ou entre os Estados Unidos e a União Soviética, até batalhas empresariais, como entre Abilio Diniz e Jean-Charles Naouri [que disputaram o controle do grupo Pão de Açúcar, entre 2011 e 2013]. Não posso dizer exatamente como as coisas vão acontecer, mas sei o que é possível, porque vi com meus próprios olhos. As pessoas têm o potencial de transformar o conflito, como essas lutas colossais, brigas interpessoais, batalhas empresariais, greves, processos judiciais, guerras, em algo construtivo, criativo, colaborativo. E se trouxermos esse potencial que todos temos para lidar com nossos conflitos, o impossível pode se tornar possível.

Valor: Como alguém pode buscar uma solução criativa em um conflito profissional, por exemplo?

Ury: Eu gosto da frase “enfrente a animosidade com curiosidade”. Dê um passo para trás, vá para o

balcão, imagine que você está negociando em um palco, com todos os personagens — você e o outro lado e talvez outras pessoas envolvidas. Do balcão você pode ter um pouco de distância, uma perspectiva mais ampla, pode manter o foco no que é importante. No caso do Abilio Diniz, isso foi essencial. Como um bom empresário, ele sabia todos os itens que queria. Mas eu disse: “o que você realmente quer? Você é um homem que parece ter tudo. Você quer esse conflito?” Ele me olhou por um longo tempo e disse: “sabe o que eu quero? Liberdade”. Quando ouvi a palavra, ela tinha um tom que me fez saber que estava vindo do seu coração, não da cabeça. Era o que ele realmente queria. Perguntei: “o que significa liberdade para você?” Ele respondeu: “Liberdade significa poder passar mais tempo com a minha família e fazer os grandes negócios que gosto de fazer”, como fusões e aquisições. Então, o desafio se transformou. O conflito não era mais sobre como conseguimos tal quantia de dinheiro, mas a liberdade que ele desejava. Tudo se torna mais fácil quando você vai além da superfície.

Valor: Sempre há uma agenda oculta por trás de uma negociação?

Ury: Sim, há um significado, um propósito, interesses mais profundos. Muitas negociações giram em torno de dinheiro. Mas por que você quer o dinheiro? Uma situação clássica: o funcionário pede um aumento, o gerente olha o orçamento e não há dinheiro. O gerente diz “infelizmente não há dinheiro”. Fim de conversa. O funcionário fica infeliz. O gerente também, pois não quer que ele comece a procurar outro emprego. Agora, imagine que o gerente tem uma reunião com alguns colegas no almoço e pergunta: “por que ele quer esse aumento, além do dinheiro?” E as pessoas sugerem respostas como: ele quer reconhecimento, progresso na carreira, talvez esteja se sentindo estressado, talvez tenha descoberto que outra pessoa na empresa ganha mais, talvez tenha necessidades de saúde, esteja se divorciando, se casando, tendo um filho. Então, o gerente volta ao funcionário e pergunta: “por que você quer isso?” Talvez não haja verba no orçamento agora, mas talvez ele possa oferecer um reconhecimento. Você pode colocá-lo em evidência diante do chefe, dar-lhe uma tarefa importante, oferecer um plano de carreira. Talvez ajudá-lo com suas necessidades financeiras pessoais. Há muitas maneiras de deixar o funcionário mais satisfeito, talvez prometer um aumento dali a seis meses ou quando houver mais dinheiro no orçamento. Há mais espaço para a

criatividade se você for além da superfície para descobrir qual é a agenda que está por trás.

Valor: Como reconhecer o rumo de uma negociação?

Ury: Há um ditado que diz que, quando você está com raiva, você fará o melhor discurso do qual se arrependerá. Quando você está com raiva, é “olho por olho”, todos ficam cegos. Agora, com as redes sociais, todo mundo está mais emocional e um pouco mais agressivo. Você quer saber quando uma negociação vai mal? Quando as pessoas começam a culpar umas às outras, a apontar o dedo e dizer “você está errado”. Surgem acusações. A postura corporal fica rígida, as pessoas se fecham e se recusam a ceder. Não há nada de errado com as emoções. Não se trata de removê-las, mas a questão é: quem está no controle, sua raiva ou você? É por isso que a primeira negociação é com você mesmo. Para chegar a um “sim” com o outro, precisamos primeiro chegar a um “sim” com nós mesmos.

Valor: Existem muitos estágios em uma negociação difícil?

Ury: Há sempre três grandes partes em uma negociação difícil. A primeira é chegar ao “sim” consigo mesmo. A segunda é chegar ao “sim” com o outro. E a terceira, porque é tão difícil chegar ao “sim” consigo e com os outros, especialmente hoje, é o terceiro lado, ou seja, chegar ao “sim” com a comunidade que cerca o conflito. Sempre dividimos qualquer negociação em dois lados: Abilio versus Jean-Charles, árabes versus israelenses, sindicato versus gestão, marido versus esposa. Mas, de fato, sempre há um terceiro lado, e esse é o segredo. São as pessoas ao redor. É o lado das unidades de trabalho, da organização, da comunidade, do mundo. Ser o “terceiro lado” não significa que você é neutro, mas apenas que você faz parte da comunidade que se importa. As pessoas ao redor sofrem quando alguém está em conflito. Alguém de fora, pode ter uma visão do todo. Se você conseguir fazer essas três coisas, pode pegar essas situações aparentemente impossíveis e encontrar possibilidades.

Valor: Quais competências são necessárias para se tornar um bom negociador?

Ury: A primeira é saber ir para dentro de nós mesmos, porque a resposta está lá. Não sabemos dis-

“Há mais espaço para a criatividade se você descobrir qual é a agenda que está por trás”

so, mas está. Trata-se de despertar esse potencial. Pensamos que negociação é sobre falar, mas é muito mais sobre ouvir. É quando você ouve de verdade, não estou falando do tipo de escuta em que ouvimos as palavras do outro lado para, em seguida, debater, responder e argumentar. Estou falando sobre quando você se coloca no lugar do outro, mostra empatia, tenta entender como ele se sente naquela situação. Quando você ouve dessa forma, consegue entender o que ele realmente quer e precisa. Então, você está mais apto a encontrar uma solução. Você pode ser criativo. Qualquer um pode treinar sua capacidade de ouvir, seja ouvindo seu filho, parceiro, chefe ou colega. Ouvir é a concessão mais barata que você pode fazer em uma negociação, porque não custa nada, mas significa tudo para o outro lado. Todos querem se sentir vistos, ouvidos. No mundo de hoje, nas redes sociais, todo mundo está falando com você, mas quem está ouvindo você?

Valor: Qual foi o conflito mais impressionante que já presenciou em que se chegou a um “sim”?

Ury: Em 2012, recebi uma ligação do presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos. Na época, a Colômbia estava passando por uma guerra civil há 50 anos. Havia quase 400 mil pessoas mortas. Estima-se que entre 8 e 9 milhões de pessoas foram vítimas do conflito. Parecia que todo mundo queria a paz, mas ninguém acreditava que era possível. Então ele me disse: “Acabei de me tornar presidente e quero ver se podemos criar um país onde as crianças que nasçam daqui para a frente possam crescer em paz”. O que significava acabar com a guerra, com o maior grupo guerrilheiro do país, as Farc. Isso levou cinco ou seis anos de negociações. Primeiro, elas eram secretas, porque se os adversários políticos descobrissem destruiriam a possibilidade de diálogo. Estávamos tentando fazer o “vamos para o balcão” e, depois, como construir uma “ponte dourada”. Eu disse nesses encontros secretos na selva: “Vamos imaginar o sucesso, que os guerrilheiros das Farc concordam em entregar suas armas. Agora você é o Timochenko (líder da guerrilha). Qual seria o discurso dele para os guerrilheiros: “Companheiros, decidimos entregar nossas armas? Como ele faria isso?” Então, me voltei para o irmão do presidente, que tinha sido da esquerda na juventude, editando uma revista socialista com Gabriel García Márquez, e disse: “Você os conhece, imagine que você é Timochenko. O que você diria?”. Ele estava tímido, mas se levantou e disse: “Companheiros, lutamos 50 anos por justiça social. Conseguimos isso e aquilo,



“Ouvir é a concessão mais barata em uma negociação, não custa nada, mas significa tudo para o outro lado”
William Ury

obtivemos reforma agrária, fizemos isso, e vamos continuar nossa luta desta vez através da política, pelo voto, e não pela bala”. Nosso trabalho se tornou “como podemos ajudar Timochenko, o líder, a fazer esse discurso de vitória?” Pensamos: “o que o governo pode oferecer? O que pode criar como agenda?” Começou com a reforma agrária, porque esse era o principal problema e o governo já estava preparando uma legislação sobre isso. Usamos a questão da participação política como uma garantia de que eles tivessem o direito de concorrer e estivessem fisicamente seguros. Criamos uma agenda acordada nas negociações secretas, e essa se tornou a base para as conversas, que levaram quatro anos e culminaram em um acordo no qual as Farc concordaram em entregar suas armas. Santos ganhou o Prêmio Nobel da Paz.

Valor: Quem foi o melhor negociador que você já viu em ação?

Ury: Bem, um deles foi o Nelson Mandela. A guerra estava acontecendo na África do Sul, entre negros e brancos, devido ao apartheid. Parecia que duraria décadas, porque os brancos tinham todo o poder, inclusive militar. Mandela estava na prisão. Ele ficou preso por 27 anos. Ele era um homem reativo. Tinha sido boxeador, mas na prisão, o

que aprendeu a fazer? A meditar. Ele escreveu para sua esposa, Winnie: “aprendi a tirar alguns minutos antes de dormir para me observar”. Ele aprendeu a “ir para o balcão”, em outras palavras, a observar a própria reatividade e a se conhecer. Assim, emergiu como um negociador integral e eficaz. A segunda coisa que ele fez na prisão foi aprender a língua de seus inimigos, o afrikaans. Ele estudou a história deles, do trauma sofrido na Guerra dos Bôeres. Assim, ele emergiu não apenas com autocontrole, mas foi capaz de falar com eles em sua própria língua, colocar-se no lugar deles, ouvi-los, engajá-los e persuadi-los a fazer o que todos achavam impossível: concordar com uma eleição democrática majoritária, na qual ele se tornou presidente. E, em sua sabedoria, convidou o ex-presidente, seu inimigo, para ser seu vice-presidente. Juntos, os dois ajudaram a manter a situação estável para que a transição pudesse ocorrer. Para mim, foi um grande negociador.

Valor: Em uma resolução de conflito sob essa perspectiva de ouvir o outro, não há vencedores?

Ury: Eu diria que existe o vencer junto, porque você está procurando uma maneira de avançar seus interesses e ao mesmo tempo atender as necessidades do outro. Há uma armadilha na qual muitas vezes caímos que é, diante de um conflito, ou ficamos muito desconfortáveis e evitamos, mas ele não desaparece, claro; ou atacamos, o que também não resolve, pois apenas nos leva a uma briga; ou cedemos e dizemos: você pode ter o que quiser, mas isso também não é satisfatório para nós. O segredo é, em vez de atacar, ceder ou evitar, se engajar na conversa, começar a ouvir.

O caminho para entrar no mundo dos conselhos

Rumo certo



Vicky Bloch

Nos últimos tempos, tenho sido procurada por muitos profissionais interessados em iniciar sua trajetória em conselhos de administração. A pergunta comum é: “por onde devo começar?”. Embora não haja uma fórmula pronta, existem diretrizes que podem guiar quem deseja trilhar esse novo caminho na governança.

A primeira reflexão que costumo propor é: por que você quer ser conselheiro ou conselheira? É fundamental ter clareza de que o papel do conselheiro é muito diferente do papel executivo, e que você não está lá para aplicar os conhecimentos técnicos que adquiriu até aqui. Não se trata mais de gestão ou operação, mas de um olhar estratégico, focado na perpetuação do negócio. O conselheiro tem a responsabilidade de desafiar a organização a ser melhor, indicar direções claras para o futuro,

sinalizar os desafios que vêm pela frente, as transformações tecnológicas, entender o cenário complexo. Antes de seguir nessa jornada, é importante também se perguntar se, além de estar motivado, você tem valor a agregar nesse sentido.

Depois dessa reflexão inicial, o próximo passo é se inserir nesse meio. O networking dos conselhos é diferente do executivo, portanto, para adentrar esse universo, é necessário multiplicar a sua rede de relacionamentos. Conversar com conselheiros experientes é uma excelente forma de explorar como é a vida em um conselho e entender os desafios enfrentados por quem já percorreu essa trajetória.

E, nesse processo de construção de novos relacionamentos, esteja preparado para falar sobre você de forma diferente do que está habituado. Ao invés de focar apenas nos resultados que entregou ao longo da carreira, foque em como sua experiência

o capacita a analisar cenários e estratégias. Essa é uma mudança importante na maneira de se apresentar.

Outro aspecto relevante é participar de cursos, congressos e eventos sobre governança. Além de se atualizar, você se familiariza com o ambiente e as dinâmicas desse novo universo. Entender como as pessoas se comportam nesse contexto é essencial para se posicionar da melhor forma.

É crucial, também, estar em um momento de vida em que você não dependa financeiramente da remuneração do conselho para pagar suas contas. A independência financeira permite que você atue com liberdade, tomando decisões e posições sem a necessidade de agradar para se manter no cargo. Se perceber que a organização não segue o caminho que você acredita ser o correto, deve ter a liberdade de sair.

Finalmente, entenda mais profundamente o que significa trabalhar em um colegiado. Um

conselho não tem chefe e idealmente não deve ser um lugar de disputas de poder. É um espaço de discussão aberta, onde você pode e deve expor suas ideias, respeitando as diferenças de opinião, mas sempre mantendo o foco no bem-estar da organização. Estudar sobre a dinâmica de grupos e desenvolver habilidades interpessoais é parte essencial do papel do conselheiro. Soft skills, como saber se comunicar de forma assertiva e cooperativa, são diferenciais para quem deseja se destacar em um ambiente de governança.

Trilhar o caminho para conselhos exige preparação, reflexão e, acima de tudo, disposição para aprender e colaborar. É uma jornada que, com certeza, trará grandes desafios, mas também enormes recompensas.

Vicky Bloch é fundadora da Vicky Bloch Associados, professora do IBGC, da FIA e membro de conselhos de administração e consultivos.

Vaivém

Stela Campos

Corteva

Carla Croce assumiu como líder de supply chain de sementes para a América Latina na Corteva. A executiva atuou na Dow, Cheminova, Dupont, Archroma e Bayer.

Microsoft

José Melchert é o novo diretor responsável pela plataforma de advertising da Microsoft no Brasil. Há 20 anos na área, ele já trabalhou no Spotify e no Google.

Inter Asset

Roberto Watanabe é o novo diretor de estratégia de fundos estruturados na Inter Asset. Ele atuou nos EUA na Wachovia Securities e no Brasil na Moody's.

E-mail: vaivem@valor.com.br

valor.com.br

Acompanhe a movimentação de executivos também no site www.valor.com.br/carreira

Concessão Prorrogação antecipada da FCA enfrenta liminar e discussão sobre corredor Minas-Bahia

Renovação de ferrovia da VLI avança sob pressão

Tais Hirata
De São Paulo

Para além das repactuações das concessões ferroviárias, o governo federal também planeja fazer a renovação antecipada da Ferrovia Centro Atlântica (FCA), operada pela VLI. Para pessoas que acompanham o processo, a expectativa é positiva, mas o projeto tem enfrentado resistências e pressões nas últimas semanas.

A companhia busca prorrogar seu contrato, que venceria em agosto de 2026, por mais 30 anos, em troca de R\$ 24 bilhões de investimentos adicionais e outros R\$ 5 bilhões em outorgas. Neste momento, a proposta passa por consulta e audiências públicas.

Na semana passada, o processo chegou a ser suspenso por li-

minar judicial, concedida por juíza da 27ª Vara Federal do Rio de Janeiro, a pedido da Associação Logística Brasil, que questionou a renovação. Porém, logo a cautelar foi derrubada.

Para pessoas que acompanham o processo, há outro desafio central ao projeto: a forte pressão para que seja incluída, no aditivo contratual, a modernização do corredor entre Minas Gerais e Bahia. A empresa indica que o tre-

Segundo a VLI, há várias alternativas em debate para o trecho MG-BA, como novo leilão

cho é deficitário, e uma fonte do setor calcula que as obras para expansão e atualização podem chegar ao custo de até R\$ 25 bilhões.

Questionada sobre o tema, a VLI afirma que hoje estão em discussão diversas alternativas para esse corredor: “manter a operação do trecho para outro operador; manter a operação com a VLI, em um formato diferente; licitação do trecho para outro operador; chamamento público para um novo operador, dentro de um novo modelo, como o das autorizações”. A empresa também afirma que enquanto não há definição, “não haverá a interrupção do transporte de carga” no trecho.

Sobre a renovação, a companhia afirma que o projeto é “resultado de um processo maduro” e que as audiências “tiveram am-

pla participação” e “tom majoritariamente favorável”.

Outra concessão ferroviária com possibilidade de renovação é a Malha Sul, operada pela Rumo. Porém, o processo deverá enfrentar um desafio adicional após o desastre climático do Rio Grande do Sul, neste ano. Parte da estrutura foi destruída pelas chuvas, o que levou à interrupção do fluxo logístico de granéis líquidos e produtos industriais entre o Rio Grande do Sul e os demais Estados da região — evento que deverá dar direito a um reequilíbrio do contrato.

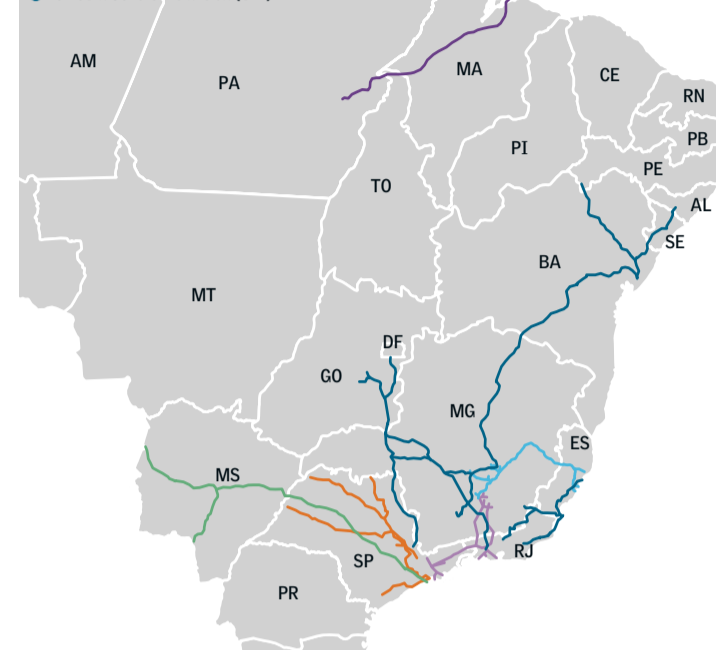
A empresa tem dito que, desde então, as conversas sobre a renovação se tornaram mais complexas, mas que neste momento o foco é resolver os danos na via. Procurada, a Rumo não comentou.

Contratos em discussão

Governo e empresas de ferrovias travam renegociação de aditivos

Malhas ferroviárias com contratos em discussão

● Estrada de Ferro Carajás (Vale) ● Malha Paulista (Rumo) ● MRS Logística
● Estrada de Ferro Vitória-Minas (Vale) ● Malha Oeste (Rumo)
● Ferrovia Centro-Atlântica (VLI)



Raio-x das renovações antecipadas firmadas no governo passado

	Rumo	MRS Logística*	Vale
Concessão prorrogada	Malha Paulista	MRS	Estrada de Ferro Carajás e Estrada de Ferro Vitória-Minas
Prazo inicial de vencimento	2029	2026	2027
Prazo após prorrogação	2059	2056	2057
Assinatura do aditivo	Mai/2020	Jul/2022	dez/2020
Investimentos pactuados, em R\$ bilhões	6,1	9,7	12,9
Outorga paga	2,9	-	11,8
Valor adicional da repactuação	1,17	2,6	-

Fontes: Vale, Rumo, MRS, VLI, Ministério dos Transportes e ANTT. *Controlada por CSN, Vale, Gerdau e Usiminas

TCU aprova extensão de contrato em Cumbica

Murillo Camarotto e Rafael Bitencourt
De Brasília

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou ontem um acordo entre o governo federal e a GRU Airport, concessionária que administra o Aeroporto Internacional de Cumbica, em Guarulhos (SP), que estende o contrato da empresa por 1 ano e 4 meses, em troca de investimentos. O entendimento também contou com o aval da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Pelo que ficou acertado, a concessionária investirá R\$ 396,7 milhões em recursos próprios, especialmente em melhorias no Terminal 3. Já o restante dos investimentos, no valor de R\$ 997

milhões, será inicialmente de responsabilidade da União, com a possibilidade de repartição com a empresa, a depender da demanda futura de passageiros.

Da parte da União, R\$ 445,9 milhões irão para o programa Aeroportos+Seguros, que consiste em investimentos em tecnologia para incrementar a segurança nos terminais. Ao invés de desembolso direto do poder público, o acordo prevê a postergação do pagamento de outor-

R\$ 400 milhões serão investidos pela GRU

gas pela concessionária, além da extensão do prazo do contrato.

Os R\$ 552 milhões restantes também são de responsabilidade da União, mas o valor poderá ser compartilhado com a concessionária de acordo com a evolução da demanda de passageiros nos próximos anos. Cumbica é o principal aeroporto do país, com pouco mais de 41 milhões de passageiros no ano passado.

“Existe uma expectativa de 70 milhões de passageiros para 2032 em Guarulhos. O acordo reflete a realidade do que este contrato necessitaria para evitar a saturação da infraestrutura”, disse o advogado Bruno Aurélio, sócio do escritório Demarest, que assessorou a confecção do acordo.

O acordo também avançou na

possibilidade de os contratos de concessão vigentes abrigarem a administração de aeroportos regionais deficitários.

A operação será feita no futuro, mediante procedimento competitivo simplificado, para “assegurar maior transparência, isonomia e competitividade à nova política pública”.

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, celebrou a decisão do TCU, especialmente pela possibilidade de inclusão de aeroportos regionais deficitários nos contratos vigentes de concessões, embora o acordo não defina quais terminais vão receber os investimentos.

Procurada, a concessionária informou, por meio de sua assessoria, que não irá se manifestar.

UM SO PLANETA
umsoplaneta.globo.com

É possível o Brasil cortar 80% das emissões de gases nocivos do setor de energia?

Um estudo do Observatório do Clima afirma que sim e aponta os caminhos para o país alcançar a meta. Conheça esta e outras ações que podem transformar o mundo pela maior plataforma jornalística sobre sustentabilidade no Brasil

NOTÍCIAS | MATÉRIAS ESPECIAIS | PODCASTS | LIVES
LEIA MAIS

Contamos com você. Vem com a gente. **Somos Um. Só. Planeta.**
Acesse umsoplaneta.globo.com e compartilhe essa causa.

um_so_planeta

Empresas

Veículos Estudos da indústria indicam que, em cinco anos, eletrificados vão liderar vendas

Investimento em híbridos e elétricos ultrapassa R\$ 63 bilhões

Marli Olmos
De São Paulo

Daqui a cinco anos, o volume de vendas de automóveis híbridos e elétricos vai ultrapassar o de veículos a combustão. Segundo estudos de consultorias, realizados a pedido da indústria, a virada poderá acontecer antes até. Hoje híbridos e elétricos representam 7% do mercado. Mas a fatia tende a crescer rapidamente a partir de 2025, quando começarão a aparecer os primeiros resultados dos investimentos voltados às novas gerações de veículos. Cálculos de especialistas indicam que a eletrificação absorverá pelo menos metade dos ciclos anunciados, o que equivale a mais de R\$ 63 bilhões.

Desde o fim do ano passado, o país assiste a uma onda de sucessivos anúncios de investimentos de montadoras. Com mais R\$ 1,1 bilhão da BMW, revelados no início do mês, só na indústria de veículos leves o investimento total já chega R\$ 116,65 bilhões para a década. Com mais R\$ 10,6 bilhões dos fabricantes de caminhões e ônibus, a soma sobe para R\$ 127,3 bilhões, o maior volume de investimentos para um período de dez anos na história da indústria automobilística no país.

Desse total, pelo menos 50% dos recursos serão aplicados no desenvolvimento de carros eletrificados, híbridos que aceitam etanol na maioria, segundo estimativas de Paulo Cardamone, presidente da Bright Consulting, consultoria especializada no setor. Mas os recursos destinados à nova geração de veículos poderá ser maior a julgar os detalhes revelados pelas empresas nos anúncios dos novos ciclos.

No início da transição energética veicular no Brasil, os híbridos tendem a liderar a produção nacional, segundo projeções dos especialistas e os programas anunciados pelas montadoras.

Nessa fase, terá papel relevante a fórmula brasileira para inserir o país no processo global de descarbonização: o desenvolvimento de modelos híbridos que podem ser abastecidos com etanol.

O primeiro híbrido a etanol nacional dessa nova fase de investimentos será um modelo Fiat e já tem data de lançamento: 5 de novembro. A Fiat, marca da Stellantis, se junta, assim, à Toyota, e à CAOA Chery, que produzem esse tipo de carro no país.

À exceção das chinesas, recém-chegadas e que precisam investir em novas fábricas, no caso das veteranas, as maiores do setor, nenhum novo ciclo de investimentos incluí expansão industrial. A maior parte dos recursos será direcionada ao desenvolvimento de novos produtos.

O presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Márcio de Lima Leite, confirma que grande parte dos programas anunciados se voltará aos híbridos e ao desenvolvimento de motores movidos a

biocombustíveis. “A necessidade de mudança de tecnologia é o que leva nossas associadas a fazer esses pesados investimentos”, diz.

Já faz alguns anos que a eletromobilidade também consome pesados investimentos nos Estados Unidos, Europa e China.

No Brasil, estudo feito em parceria entre a Anfavea e o BCG (Boston Consulting Group) indica dois cenários. Na transição acelerada, híbridos e elétricos dominariam o mercado, com 54% das vendas, já em 2030.

Já no cenário de transição gradual, os veículos a combustão deixariam de liderar as vendas pouco depois de 2030. Mas em 2035, os eletrificados já representariam 65% do mercado.

Projeção da Bright Consulting é ainda mais otimista. Indica a liderança dos eletrificados já em 2028. A consultoria estima uma participação 57,4% daqui a três anos. Segundo o estudo, em 2030, a fatia dos veículos a combustão já terá caído dos atuais 96% para 28%.

O estudo do BCG indica que só em 2040 modelos 100% elétricos assumirão a liderança do mercado brasileiro dos zero-quilômetro.

Os anúncios dos novos ciclos de investimentos coincidem com o lançamento do Mover (Mobilidade Verde e Inovação). O programa federal oferece, entre outros, créditos tributários em troca de compromissos de desenvolvimento de produtos e descarbonização. Pagarão menos impostos, por exemplo, empresas do setor que aplicarem ao menos 0,5% da receita na área de pesquisa e desenvolvimento.

O benefício vale, inclusive, para exportar engenharia. “O Brasil tem condições de exportar o conhecimento com biocombustíveis”, destaca Raquel Mizoe, diretora de emissões da Associação de Engenharia Automotiva (AEA).

Para receber o benefício fiscal, a empresa terá também que seguir novas normas de emissões de CO₂. Outra mudança do Mover, que ainda requer regulamentação, é a medição de emissões de CO₂ no ciclo que vai desde a produção ao consumo do veículo. Hoje a medição se limita ao que sai do escapamento.

Não é, porém, apenas o compromisso para reduzir emissões de gases de efeito estufa que pressiona as montadoras a desenvolver carros mais limpos. Mizoe lembra que as regras brasileiras que controlam outros gases também estão cada vez mais exigentes.

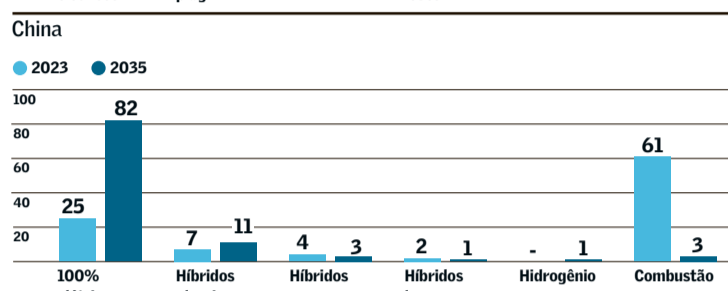
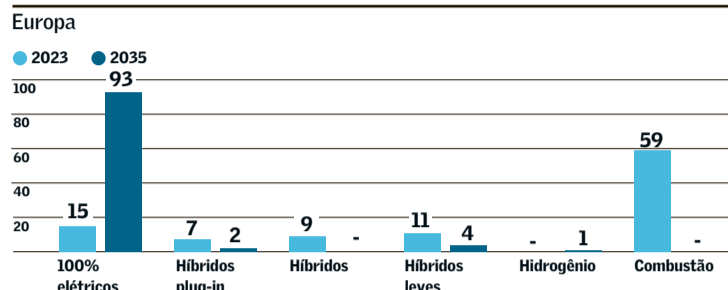
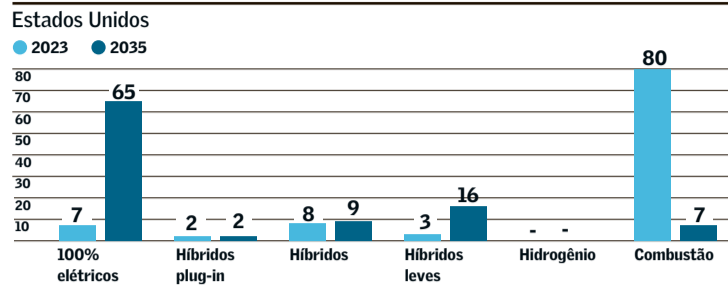
“A legislação do Proconve (Programa de Controle de Emissões Veiculares), que visa a saúde da população, traz limites cada vez mais apertados em gases como o óxido de nitrogênio, hidrocarbonetos e fuligem. São regras que exigem mudanças em peças como o catalisador”, destaca. A próxima etapa do Proconve, a L8, entrará em vigor no início de 2025.

Na fase inicial da transição energética, no Brasil, o mercado

Futuras gerações de carros

Necessidade de descarbonizar o transporte acelera mudanças

Projeções de vendas de carros por tipos de energia (em %)



Cenário Brasileiro

Projeções de vendas de carros por tipos de energia (em %)

Transição gradual - Estudo BCG

	2023	2025	2030	2035	2040
Combustão	96	87	61	35	14
Híbrido leve	1	4	14	21	22
Híbrido	1	3	10	19	20
Híbrido plug-in	2	3	5	4	4
100% Elétrico	-	2	11	21	40

Transição acelerada - Estudo BCG

	2023	2025	2030	2035	2040
Combustão	96	84	46	22	9
Híbrido leve	1	5	17	13	10
Híbrido	1	4	15	26	20
Híbrido plug-in	1	3	6	7	6
100% Elétrico	2	5	17	32	55

Projeção Bright Consulting (em %)

	2026	2027	2028	2029	2030
Combustão	69,5	53,9	42,6	34,7	28
Híbrido leve	14,9	27,5	34,8	38,6	40,3
Híbrido convencional	5,5	7,3	9,5	10,6	11,6
Híbrido plug-in	4,9	5,6	6	6,8	8,1
Elétrico	5,2	5,7	7,1	9,3	12,1

Fontes: Anfavea, BCG, Bright Consulting, ABVE, S&P Global Mobility, IHS Markit, Press Search (*) Até setembro

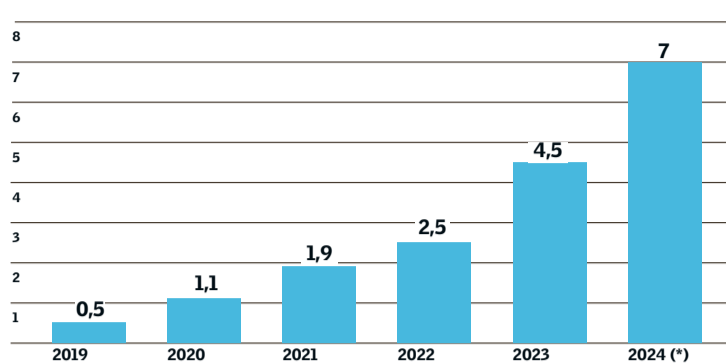


“O Proconve impõe, no país, regras de redução de emissões de poluentes cada vez mais apertadas”
Raquel Mizoe

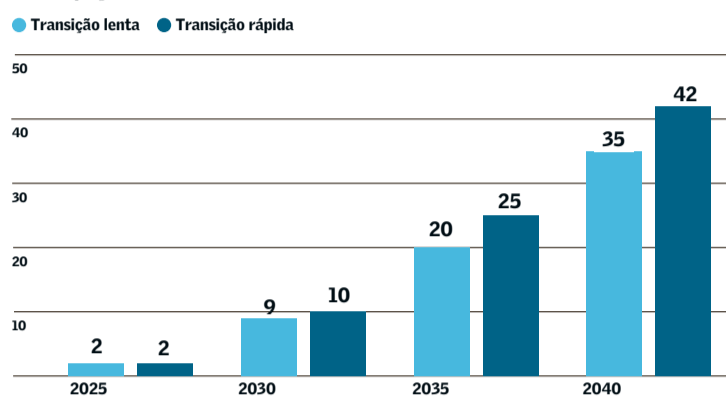
de massa será marcado pelo chamado híbrido leve, um tipo de híbrido mais barato e no qual o motor elétrico nunca funciona sozinho, mas atua como coadjuvante do motor a combustão, ajudando a reduzir emissões.

Segundo Mizoe, o híbrido leve traz economia de combustível e, consequentemente, redução de emissões, de 8% a 10% em relação ao veículo a combustão. No caso

Fatias de híbridos e elétricos nas vendas de carros no Brasil (em %)



Participação de veículos eletrificados na frota brasileira - BCG (em %)



Investir para eletrificar

Ciclos de investimentos das montadoras para a década

Automóveis

Montadora	Período	Valor (R\$ bilhões)
Honda	2024 - 2030	4,2
Stellantis	2025 - 2030	30
Toyota	2024 - 2030	11
Volkswagen	2024 - 2028	16
General Motors	2024 - 2028	17
Hyundai	2024 - 2030	5,45
Renault	2021 - 2027	5,1
Nissan	2023 - 2025	2,8
CAOA	2023 - 2028	4,5
HPE (Mitsubishi)	2024 - 2032	4
BMW	2021 - 2028	1,6
BYD	2024 - 2030	5
GWM	2023 - 2032	10
Total		116,65

10,6 mil

é o número de eletropostos para carregamento de carros elétricos no Brasil

Veículos comerciais (caminhões e ônibus)

Montadora	Período	Valor (R\$ bilhões)
Scania	2021 - 2028	3,4
Volvo	2022 - 2025	1,5
Volkswagen	2021 - 2022	2
Iveco	2022 - 2025	1
Mercedes-Benz	2018 - 2022	2,4
Daf	2021 - 2026	0,35
Total		10,65

127,3 bi

é o total de investimentos da indústria automobilística no Brasil para a década

do híbrido convencional, a redução alcança entre 20% e 25%.

Híbridos leves estão nos projetos de desenvolvimento de grandes montadoras, como Stellantis e Volkswagen. É por meio desses modelos, mais baratos que os elétricos, que essas empresas buscam se manter líderes de mercado.

“Vamos ter uma transição mais lenta, o que não significa atrasada”, afirma Leite, presidente da Anfavea, entidade que defende fortemente o uso do etanol no processo de descarbonização e que tenta impedir o avanço da importação dos elétricos que vêm da China. “O Brasil já descobriu seu caminho com os biocombustíveis”, diz.

Embora os dirigentes das montadoras costumem dizer que há espaço para todas as tecnologias híbridas e elétricas já dividem torcidas. Assim como a Anfavea, a AEA acredita no que Mizoe chama de “hibridização aliada ao etanol”.

Os que defendem os modelos híbridos apontam a necessidade não só de valorizar o conhecimento nacional dos biocombustíveis como também preservar o atual parque da indústria de autopeças no Brasil. Apontam, ainda, a necessidade de infraestrutura de eletropontos ser expandida para garantir o carregamento dos veículos 100% elétricos nas rodovias, por exemplo.

Segundo a Anfavea, o crescimento da frota dos 100% elétricos vai exigir que o país tenha, até 2040, 500 mil eletropostos para o recarregamento das baterias. Hoje são 10,6 mil pontos.

O custo mais elevado do modelo 100% elétrico faz com que esse tipo de veículo ainda fique restrito à faixa de consumidores de maior poder aquisitivo. Mas esse obstáculo tende a ser rapidamente superado pelo uso de no-

vos minerais usados nas baterias e pela possibilidade de reciclar esses produtos, segundo consultor Jaime Ardila, especialista na área e fundador da Hawksbill, com sede nos Estados Unidos.

Segundo Ardila, a substituição do lítio pelo sódio já começa a reduzir custos nas baterias, a parte mais cara de um elétrico. “O lítio, bem mais caro, perderá espaço. E os avanços na reutilização dos novos minerais têm sido importantes; na Europa isso se tornará mandatório”, destaca.

“Com redução de custo e reciclagem a demanda pelo 100% elétrico vai aumentar porque o consumidor vai preferir esse tipo de veículo”, afirma. Para Ardila, a predominância dos híbridos no Brasil será temporária. “Não mais do que cinco anos”, diz. Além disso, destaca o especialista que já foi presidente da General Motors na América do Sul, os investimentos em curso tendem a ser cada vez mais direcionados a tecnologias eletrificadas.

“Seria um grande erro fazer investimentos tão grandes em novos carros a combustão, que terão pouco tempo de vida. As matrizes das montadoras não darão apoio a uma estratégia desse tipo”, completa Ardila.

“À exceção de quem gosta do ronco de motor, o carro elétrico entrega mais tecnologia e toda a vantagem da descarbonização”, destaca Ricardo Bastos, presidente da Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE).

A eletrificação, seja híbrida ou pura, veio para ficar. E os programas federais apoiam a causa. O governo fica devendo, agora, uma política pública voltada à inspeção veicular para tirar das ruas e estradas brasileiras carros, caminhões e ônibus que poluem e trazem riscos de segurança.

Curtas

PPPs escolares em SP

O leilão do Lote 1 da Parceria Público-Privada (PPP) de escolas de São Paulo recebeu proposta de cinco grupos, segundo apurou o Valor. A entrega de envelopes aconteceu na quarta-feira (23), e a

concorrência deverá ser realizada na próxima terça (29). Os cinco grupos são: o Consórcio Novas Escolas Oeste SP, formado por Engenform e Kinea; o Consórcio Novas Escolas, liderado pelo fundo de investimentos PCS II Infra, gerido pe-

la Prisma; Consórcio SP + Escolas, liderado pela Agrimat Engenharia; Consórcio Joape ISB, liderado pela Joape Infraestrutura Social Brasil (controlada do Grupo Transpes e sócia da concessionária Inova BH); e CS Infra, da Simpar.

Investimento de R\$ 1 bi

O projeto prevê cerca de R\$ 1 bilhão de investimentos, para a construção de 17 escolas. Segundo pessoas que acompanham o processo, a concorrência superou as expectativas do mercado.

“A concorrência é positiva, significa que o projeto foi bem estruturado e modelado”, afirmou Marcelo Castro, diretor-presidente da Engenform Concessões e Investimentos. A reportagem também procurou os demais

concorrentes, que não comentaram até o momento. O governo paulista pretende licitar o lote 2 da PPP de escolas, que prevê mais R\$ 1 bilhão para a construção de outras 16 escolas no Estado, no dia 4 de novembro.

Aviação Pacote incluiu a colocação privada de US\$ 510 milhões

Controladora da Gol, Abra fecha financiamento de US\$ 1,25 bi

Cristian Favaro
De São Paulo

A Abra Group (controladora da Gol e Avianca) anunciou na quarta-feira (23) a conclusão de US\$ 1,25 bilhão em transações de refinanciamento abrangentes, incluindo nova linha de crédito liderada pela gestora Castlelake. A Gol entrou com pedido de proteção aos credores, Chapter 11, nos EUA.

Em comunicado, a Abra disse que em 22 de outubro uma subsidiária integral da empresa, a Abra Global Finance, fechou uma colocação privada de US\$ 510 milhões em valor principal agregado de notas seniores garantidas com vencimento em 2029 (as "notas").

A empresa também celebrou, separadamente, um Contrato de Crédito de Empréstimo a Prazo liderado por Castlelake, prevenindo uma linha de crédito de empréstimo a prazo sênior, garantida por cinco anos, com um valor principal agregado de US\$ 740 milhões. As notas e a linha de crédito são garantidas pela empresa e algumas de suas subsidiárias.

A Abra aplicou os recursos líquidos da colocação e empréstimos sob a linha de crédito, juntamente com dinheiro em caixa, para financiar o reembolso de todo o valor principal agregado das notas se-



Grupo acertou, em separado, uma linha de crédito de US\$ 740 milhões com a gestora de investimento Castlelake

niores garantidas do emissor, com vencimento em 2028, e para pagar taxas e despesas relacionadas.

"Em conexão com o exposto, aproximadamente 99,9% dos detentores das notas seniores garantidas permutáveis do emissor com vencimento em 2028 (as "SSENs") concordaram com a empresa e o emissor em alterar a escritura que rege as SSENs para, entre outras coisas, resolver de forma abrangente todos os

inadimplementos existentes, incluindo aqueles relacionados ao arquivamento do capítulo 11 da Gol e algumas de suas subsidiárias", informou a Abra, em nota.

A Rothschild atuou como consultora financeira e a Wachtell, Lipton, Rosen & Katz como consultora jurídica da holding. Skadden, Arps, Slate, Meagher & Flom LLP está atuando como consultor jurídico da Castlelake.

Governo planeja anunciar amanhã acordo de Mariana

Mineração

Renan Truffi e Murillo Camorotto
De Brasília

O governo está organizando para esta sexta-feira (25) o anúncio do acordo com as mineradoras Vale, BHP e Samarco para que as empresas paguem uma indenização pela tragédia de Mariana (MG), ocorrida em 2015 e que provocou a morte de 19 pessoas. A previsão é que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva participe do anúncio, marcado para ocorrer no Palácio do Planalto. Na prática, a indenização será oficializada após quase dez anos da tragédia ambiental.

Segundo a Vale, o pagamento será de aproximadamente R\$ 170 bilhões. Do montante total, R\$ 38 bilhões já foram pagos; R\$ 100 bilhões serão pagos ao longo dos próximos 20 anos (com aportes anuais da ordem de R\$ 5 bilhões) aos governos federal e dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, além dos municípios; e os demais R\$ 32 bilhões serão pagos em obrigações de execução da Samarco, como indenizações individuais e recuperação ambiental.

A negociação vem sendo capitaneada pelo governo federal a pedido de Lula. Na terça-feira (22), inclusive, o presidente se reuniu com os ministros de Minas e Energia, Alexandre Silveira, e da Casa Civil, Rui Costa, para discutir o assunto. O encontro aconteceu a portas fechadas no Palácio da Alvorada.

Apesar disso, o Valor apurou que o governo federal quer evitar

cerimônia com pompa. O objetivo é evitar que o acordo tenha clima de "festa", já que se trata de uma tragédia humana e ambiental.

O próprio Silveira disse, recentemente, que "não há o que comemorar". "Como se diz em Minas, não vai deixar nenhuma boca doce. Vai sempre deixar um gostinho amargo, porque é impossível não ter na memória a cena desastrosa daquela lama passando por cima de todos nós", afirmou o ministro.

Como mostrou o Valor, Silveira também vem insistindo em antecipar pelo menos três parcelas do acordo. "Estamos negociando um desembolso maior na arrancada. Queríamos umas parcelas mais de curto prazo, semestrais ao invés de anuais, pelo menos umas três parcelas", afirmou Silveira.

As parcelas anuais serão administradas por um fundo controlado pela União com participação dos governos mineiro e capixaba. Prefeituras e sociedade civil também poderão aderir e participar da destinação do dinheiro. Pelo menos duas grandes obras de infraestrutura serão beneficiadas pelo fundo, casos das rodovias BR-356, em Minas, e da BR-262, no Espírito Santo.

Também estão entre os destinos previstos para os R\$ 100 bilhões projetos socioambientais nos dois Estados e obras de saneamento, auxílio a indígenas e comunidades tradicionais, e um auxílio mensal a pescadores e agricultores atingidos pela tragédia. Por fim, está prevista ainda a constituição de dois fundos: o Fundo Perpétuo para Investimentos em Saúde e o Fundo Popular da Bacia do Rio Doce.

Curta

Disputa da Usiminas

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), André Mendonça, deu um prazo de 10 dias

para que a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) se manifeste sobre uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) sobre

a obrigação de realização de oferta pública de aquisição de ações (OPA) em compra de participação em companhias abertas,

em referência ao litígio entre a CSN e o grupo italo-argentino Ternium. Os dois grupos são sócios da siderúrgica Usiminas.

AQUI, SEU ANÚNCIO ENCONTRA O PÚBLICO CERTO. ANUNCIE!

EM DIFERENTES PLATAFORMAS E EM DIVERSOS CONTEXTOS, AS MARCAS DA EDITORA GLOBO SÃO A MELHOR OPÇÃO PARA O SEU ANÚNCIO, PORQUE ENTREGAM O QUE CADA PÚBLICO QUER: CONTEÚDOS DE QUALIDADE COM CREDIBILIDADE.

ACESSE [EDITORAGLOBONEGOCIOS.COM.BR](https://www.editoraglobonegocios.com.br) E SAIBA MAIS.



Empresas

Marketing Publicis e Omnicom têm crescimento robusto no terceiro trimestre, WPP dá sinais mais positivos, enquanto Interpublic e Havas mostram retração de receita

Como estão os negócios dos maiores grupos de publicidade do mundo

Luana Dandara
De São Paulo

Dos cinco maiores grupos de publicidade do mundo, dois, Publicis e Omnicom, registraram crescimento mais robusto de receita no terceiro trimestre deste ano. O WPP dá sinais de que pode começar a trilhar um caminho mais positivo, enquanto Interpublic (IPG) e Havas encolheram.

Os executivos-chefes de IPG e WPP projetam expansão para este ano e em 2025, respectivamente. "Olhando para o futuro, vemos um forte pipeline de novos negócios, tanto para o quarto trimestre quanto para oportunidades de longo prazo. Continuamos focados em alcançar um crescimento orgânico de cerca de 1% este ano", afirmou o CEO da Interpublic, Philippe Krakowsky, em comunicado.

A WPP, embora preveja uma queda de até 1% na receita anual ou um desempenho similar ao de 2023, também demonstra confiança em uma recuperação mais sólida em 2025. "Estamos encorajados pelo progresso durante o trimestre, mas, com as recentes conquistas de novos negócios impactando principalmente 2025 e as contínuas pressões macroeconômicas, nossas expectativas para o ano inteiro permanecem inalteradas", disse o CEO Mark Read.

Quando se consideram as aquisições feitas no período (no conceito "like-for-like"), a receita da WPP mostra aumento de 0,5%, para 2,7 bilhões de libras esterlinas, em relação ao terceiro trimestre de 2023. Os investidores receberam bem este indicador, com as ações da WPP subindo

Desempenho no terceiro trimestre de 2024

Receita dos maiores grupos de publicidade do mundo

Omnicom



John Wren
CEO da Omnicom

Receita

US\$ 3,9 bilhões*

Variação em relação ao 3º tri/23

8,5%

Fonte: Balanços das empresas * Receita bruta

Interpublic



Philippe Krakowsky
CEO da Interpublic

Receita

US\$ 2,2 bilhões

Variação em relação ao 3º tri/23

-2,9%

Publicis



Arthur Sadoun
CEO da Publicis

Receita

€ 3,4 bilhões

Variação em relação ao 3º tri/23

5,6%

WPP



Mark Read
CEO da WPP

Receita

£ 2,7 bilhões

Variação em relação ao 3º tri/23

0,5%

BETC Havas



Erh Ray
CEO da BETC Havas

Receita

€ 674 milhões*

Variação em relação ao 3º tri/23

-1,74%

quase 4%, logo após a divulgação dos resultados, levando o grupo a um valor de mercado de 8,7 bilhões de libras esterlinas, segundo o "Financial Times".

O mercado latino-americano aparece com resultados positivos nos balanços do grupo francês Publicis e no americano Omnicom.

O Publicis registrou receita líquida de € 3,423 bilhões no terceiro trimestre, aumento de 5,6% em comparação ao mesmo período

de ano passado. Os negócios na América Latina, no acumulado dos nove meses, apresentaram crescimento de 10,7%, para € 259 milhões, com destaque para Brasil, Colômbia e México. O CEO Arthur Sadoun ressaltou o desempenho positivo do grupo e revisou a previsão de crescimento anual do grupo de 5% para 5,5%.

O Omnicom, outro grupo com crescimento de julho a setembro, reportou receita de US\$ 3,9 bilhões, com avanço de 8,5% em relação ao mesmo período de 2023. O lucro líquido cresceu 3,8%, atingindo US\$ 385,9 milhões. A América Latina, impulsionada por um crescimento orgânico, ou seja, sem contabilizar aquisições, avançou 8,7% — foi uma das regiões que mais contribuíram para o desempenho do grupo.

O grupo britânico WPP mantém visão conservadora para o restante de 2024, mas projeta expansão para 2025. O Brasil, com as agências publicitárias VML, Grupo Ogilvy e Ebiz, foi um dos mercados que influenciaram negativamente o resultado, com queda de 5,1% na receita líquida.

Ainda assim, a WPP celebrou a conquista de grandes contas globais, incluindo as da Unilever e da Amazon, o que levou as ações da companhia a subirem após o anúncio dos resultados. O papel fechou em alta de 6,10% na Bolsa de Londres.

No IPG, holding dona das agências McCann, FCB e IPG Mediabrand, o lucro líquido despençou. A queda foi de 90% no terceiro trimestre, totalizando US\$ 24,2 milhões. Um ano antes

o lucro foi de US\$ 245,7 milhões. A empresa atribuiu esse resultado a uma baixa contábil de US\$ 232,1 milhões nos ativos.

A receita líquida do IPG também caiu 2,9%, para US\$ 2,242 bilhões. Mas, o mercado latino-americano foi um ponto de destaque, com crescimento orgânico de 9,8%, enquanto os Estados Unidos, principal mercado da holding, se manteve estável.

O grupo Havas, controlado pela Vivendi e dono da agência de publicidade BETC Havas, também reportou retração no período, com uma queda de 1,74% na receita bruta do terceiro trimestre, para € 674 milhões. No entanto, no acumulado do ano, a holding francesa registrou crescimento de 1,79%.

o lucro foi de US\$ 245,7 milhões. A empresa atribuiu esse resultado a uma baixa contábil de US\$ 232,1 milhões nos ativos.

A receita líquida do IPG também caiu 2,9%, para US\$ 2,242 bilhões. Mas, o mercado latino-americano foi um ponto de destaque, com crescimento orgânico de 9,8%, enquanto os Estados Unidos, principal mercado da holding, se manteve estável.

O grupo Havas, controlado pela Vivendi e dono da agência de publicidade BETC Havas, também reportou retração no período, com uma queda de 1,74% na receita bruta do terceiro trimestre, para € 674 milhões. No entanto, no acumulado do ano, a holding francesa registrou crescimento de 1,79%.

"Olhando para o futuro, vemos um forte pipeline para o quarto trimestre"

Philippe Krakowsky

Com F1, comércio espera alta demanda em SP

Entretenimento

Emílio Sant'Anna
Para o Valor, de São Paulo

Enquanto o Autódromo de Interlagos, na zona Sul de São Paulo, faz os últimos preparativos para receber o Grande Prêmio de Fórmula 1, a capital paulista vive a expectativa de um de seus maiores eventos do ano, entre os dias 1º e 3 de novembro. No ano passado, o GP recebeu público recorde de 267 mil pessoas e gerou uma movimentação financeira de R\$ 1,64 bilhão para a cidade.

"Queremos ultrapassar as 300 mil pessoas em breve", disse nesta quarta-feira (23) Alan Adler, CEO do GP São Paulo de Fórmula 1. Bares e restaurantes projetam um aumento de 10% no faturamento em relação ao evento do ano passado.

Para o setor hoteleiro, o impacto econômico do GP vai além dos limites paulistanos. Segundo a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis de São Paulo (ABIH-SP), a expectativa de ocupação, só na

cidade, é de 89,75%. Para a região da capital expandida, esse percentual é de 55%. A média de ocupação considerando-se capital e entorno é de 85,85%.

O estudo realizado no ano passado pelo Observatório de Turismo e Eventos da SPTuris (OTE), em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), que mediu o impacto econômico do GP, mostrou que cada turista gastou, em média, R\$ 4.689,43 nos três dias de evento, entre treino, classificação e a corrida. Além disso, 94,7% dos espectadores de 2023 afirmaram que gostariam de voltar à prova deste ano.

Para esta edição são esperados cerca de 2 mil turistas vindos apenas da Argentina, afirma Adler. O motivo é a presença do piloto argentino Franco Colapinto, da Williams, segundo nome da escuderia neste ano.

"O aumento no fluxo de turistas nas regiões no entorno do autódromo e nas regiões de maior concentração dos hotéis é de cerca de 30% em relação a um fim de semana normal", diz Joaquim Sa-



Grande Prêmio, no Autódromo de Interlagos, entre 1º e 3 de novembro, pode receber mais de 300 mil pessoas

raiva, diretor da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes de São Paulo (Abrasel-SP).

O setor prevê aumento de 10% no faturamento em comparação aos anos anteriores. Para atender a esse movimento, os estabelecimentos estão se preparando com ajustes estratégicos. "Dentro das regiões de maior fluxo, o aumento de estoque é de 30%, e a contratação de funcionários extras, de 10% para atender à demanda prevista", diz Saraiva.

Além de Interlagos, bairros e regiões nobres como Brooklin, Itaim Bibi, Vila Olímpia (todos na zona Sul da capital), Jardins, Vila Madalena, Pinheiros (Oeste), Vila Mariana (zona Sul) e Bela Vista (região central) também devem ser impactados pelo aumento do número de visitantes. Essas áreas, conhecidas por abrigarem diversos bares e restaurantes, são destinos populares para turistas que buscam gastronomia e entretenimento após a corrida.

"[A F1] É um evento muito importante na divulgação da nossa cidade e da gastronomia brasileira", afirma Saraiva.

Além de movimentar os setores de alimentação e hospedagem, o GP também reforça a visibilidade de São Paulo como um dos principais destinos turísticos da América Latina, atraindo um público variado, desde fãs do automobilismo até empresários que aproveitam o evento para fortalecer relações comerciais.

ANPD cobra explicações da rede X

Tecnologia

Rafael Bitencourt
De Brasília

Depois de enquadrar a Meta (dona do Facebook, WhatsApp e Instagram) sobre uso de dados dos usuários para treinamento de sistemas de inteligência artificial (IA) generativa, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) decidiu cobrar explicações, pelo mesmo motivo, da plataforma X, do empresário Elon Musk.

De acordo com a Autoridade, vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, foi aberta uma fiscalização, iniciada em julho deste ano, "para avaliar a conformidade à LGPD [Lei Geral de Proteção de Dados, 13.709/18] do uso de dados pessoais para treinamento da IA Generativa da X Corp".

"Até o presente momento, a empresa tem respondido às requisições de informações da fiscalização", explicou a Autoridade, em nota oficial.

Após se recusar a cumprir ordens judiciais e ter o acesso à sua rede bloqueado no Brasil, a plataforma X voltou a operar depois de pagar multas, indicar representante legal no país e se comprometer a respeitar a legislação brasileira.

Também no caso do X, a fiscalização da ANPD foi motivada pela indicação de ajuste na política de privacidade da plataforma.

"Acerca do recente anúncio de alteração dos termos de uso, a fiscalização convocará a empresa para prestar esclarecimentos especificamente quanto aos impactos da alteração na proteção dos dados pessoais dos usuários da plataforma", informou a Autoridade.

O órgão alertou ainda que, "caso seja percebido risco de grave dano à proteção de dados ou à privacidade dos titulares, outras medidas poderão ser tomadas".

Um representante da plataforma X não foi encontrado para comentar o processo de fiscalização instaurado pela ANPD.

Curta

Ações da Apple

As ações da Apple registraram queda na Nasdaq, em Nova York, ontem (23), após um analista dizer que a companhia reduziu seus pedidos internos de novas unidades do iPhone 16. O analista da TF International Securities, Ming-Chi Kuo, disse que a Apple cortou os pedidos de iPhone 16 em cerca de 10 milhões de unidades para o quarto trimestre de 2024 e o primeiro semestre de 2025. Os cortes se concentraram principalmente nos modelos padrão, e não nos modelos Pro. "Como resultado, a produção do iPhone 16 para o segundo semestre de 2024 agora é estimada em 84 milhões de unidades, em comparação com cerca de 88 milhões anteriormente", disse Kuo. As ações da companhia fecharam em queda de 2,26%. O balanço do trimestre encerrado em setembro deve ser divulgado em 31 de outubro.

Movimento falimentar

Falências Declaradas

Empresa: **Gsp Life Boituva Empreendimentos Imobiliários Ltda.** - CNPJ: 13.331.503/0001-91 - Endereço: Estrada Municipal Batista Favoretti, S/nº, Lote 12, Centro - Administrador Judicial: Action Administração Judicial - Vara/Comarca: 1ª Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP

Processos de Falência Extintos

Requerido: **Bilateral Produtos Promocionais Ltda.** - CNPJ: 09.013.628/0001-04 - Endereço: Viela Araras, 06, Sala 01, Parque Santa Teresa - Requerente: F5 Tatuí Capital Securitizadora S/A - Vara/Comarca: 1ª Vara de Carapicuíba/SP - Observação: Desistência homologada. Requerido: **Ostium Indústria e Comércio Ltda.** - CNPJ: 45.015.393/0001-45 - Requerente: Fernando Paschoal Duran - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 3ª e 6ª Rajs/SP - Observação: Pedido julgado elidido. Requerido: **D Energy Brasil Holdings Ltda.** - CNPJ: 26.399.701/0001-39 - Requerente: Mineração Vale do Juquiá Ltda. - Vara/Comarca: 2ª Va-

ra Empresarial do Rio de Janeiro/RJ - Observação: Homologado acordo celebrado entre as partes. Requerido: **Zamon Reservatórios Metálicos e Manutenções Industriais Ltda.** - CNPJ: 27.647.354/0001-89 - Requerente: Sherwin Williams do Brasil Indústria e Comércio Ltda. - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 3ª e 6ª Rajs/SP - Observação: Homologado acordo celebrado entre as partes.

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **São Caetano Futebol Ltda.** - CNPJ: 06.038.055/0001-77 - Endereço: Rua Francisco de Martini, 549, Bairro Oswaldo Cruz, São Caetano do Sul/SP - Administrador Judicial: Lacm S/A Administração Judicial Sociedade Individual de Advocacia, Representada Pelo Dr. Luiz Antonio Caldeira Miretti - Vara/Comarca: 1ª Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP

Recuperação Extrajudicial Deferida

Empresa: **3 M Commerce Varejo de Autopeças, Eletrônicos e Artigos de Uso Pessoal Ltda.** Ou

Virtual Stock Ltda. - CNPJ: 37.512.457/0001-95 - Endereço: Rua Liege, 140, Bairro Vila Vermelha - Vara/Comarca: 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP
Empresa: **New Comércio de Peças Automotivas Ltda.** - CNPJ: 27.089.882/0001-60 - Endereço: Rua Liege, 140, Bairro Vila Vermelha - Vara/Comarca: 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP
Empresa: **Sequióia Logística e Transportes S/A** - CNPJ: 01.599.101/0001-93 - Endereço: Av. Isaltino Victor de Moraes, 437, Piso Térreo M, Bairro Vila Bonfim - Vara/Comarca: 2ª Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP
Empresa: **Transportadora Americana S/A** - CNPJ: 43.244.631/0001-69 - Endereço: Av. Comendador Thomaz Fortunato, 3466, Bairro Chácara Letônia, Americana/SP - Vara/Comarca: 2ª Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP

Recuperações Judiciais Concedidas

Empresa: **Agropecuária Itaqueirê do Araguaia Ltda. ME** - CNPJ: 05.480.855/0001-80 -

Endereço: Rua Amigos de Parma, 450, Sala 28 A, Parque Industrial - Vara/Comarca: 2ª Vara de Primavera do Leste/MT - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.
Empresa: **Agropecuária Rancho Fundo do Itaqueirê Ltda. ME** - CNPJ: 05.480.865/0001-16 - Endereço: Rua Amigos de Parma, 450, Sala 03, Parque Industrial - Vara/Comarca: 2ª Vara de Primavera do Leste/MT - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.
Empresa: **Eloi Brunetta** - CNPJ: 32.851.368/0001-50 - Endereço: Rua Amigos de Parma, 450, Sala 10, Parque Industrial - Vara/Comarca: 2ª Vara de Primavera do Leste/MT - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.
Empresa: **Enercoop Ltda.** - CNPJ: 26.773.721/0001-28 - Endereço: Fazenda Itaqueirê III, S/nº, Zona Rural, Novo São Joaquim/MT - Vara/Comarca: 2ª Vara de Primavera do Leste/MT - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.
Empresa: **Independência Armazéns Gerais e Silos Ltda. ME** - CNPJ: 80.170.202/0001-10 -

Endereço: Rodovia Mt 130, Sentido Primavera do Leste a Paranatinga, Projeto Itaqueirê, S/nº, Km 50, Mais 85 Km À Direita, Zona Rural, Novo São Joaquim/MT - Vara/Comarca: 2ª Vara de Primavera do Leste/MT - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.
Empresa: **Itaqueirê Agro Industrial Ltda.** - CNPJ: 37.459.666/0001-12 - Endereço: Fazenda Itaqueirê, S/nº, Térreo, Projeto Itaqueirê, Novo São Joaquim/MT - Vara/Comarca: 2ª Vara de Primavera do Leste/MT - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.
Empresa: **Participações e Empreendimentos Piraguassu Ltda.** - CNPJ: 20.099.903/0001-89 - Endereço: Rua Amigos de Parma, 450, Sala 27 A, Parque Industrial - Vara/Comarca: 2ª Vara de Primavera do Leste/MT - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.
Empresa: **Participações e Empreendimentos Rio Suia Ltda.** - CNPJ: 19.083.038/0001-01 - Endereço: Rua Amigos de Parma, 450, Sala 27, Parque Industrial - Vara/Comarca: 2ª Vara de Primavera do Leste/MT - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.
Empresa: **Rio Suia Interprês Lcc** - CNPJ: 19.159.439/0001-90 - Endereço: Centerville Road, 2711 - Vara/Comarca: 2ª Vara de Primavera do Leste/MT - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Parque Industrial - Vara/Comarca: 2ª Vara de Primavera do Leste/MT - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.
Empresa: **Participações e Empreendimentos Piraguassu Ltda.** - CNPJ: 20.099.903/0001-89 - Endereço: Rua Amigos de Parma, 450, Sala 27 A, Parque Industrial - Vara/Comarca: 2ª Vara de Primavera do Leste/MT - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.
Empresa: **Participações e Empreendimentos Rio Suia Ltda.** - CNPJ: 19.083.038/0001-01 - Endereço: Rua Amigos de Parma, 450, Sala 27, Parque Industrial - Vara/Comarca: 2ª Vara de Primavera do Leste/MT - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.
Empresa: **Rio Suia Interprês Lcc** - CNPJ: 19.159.439/0001-90 - Endereço: Centerville Road, 2711 - Vara/Comarca: 2ª Vara de Primavera do Leste/MT - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a Agenda tributária.

Sociedade Instituto criado por Cris Sultani busca desenvolver a cultura da filantropia “oxigenada”

Beja trabalha para escalar doações de impacto

Naiara Bertão
Prática ESG, de São Paulo

Em 2021, a advogada Cristiane Sultani passou por um daqueles momentos na vida em que tudo vira de cabeça para baixo e, para se reerguer, muitas vezes, as pessoas precisam se reinventar. Foi quando seu marido, o empresário Pedro Alberto Fischer, faleceu de câncer, que ela decidiu criar um instituto, o Beja, para homenageá-lo.

Com sede no Rio de Janeiro, o Beja nasceu como muitas organizações: com um orçamento pré-definido, causas centrais em que o (a) fundador(a) acredita, propósito e força de vontade. “O que me move é não fazer ‘mais do mesmo’. Ou seja, preciso sempre me perguntar se estou, de fato, inovando, agregando valor”, reforçou algumas vezes durante a conversa com o Valor.

Durante um ano e meio, Cris, como é conhecida, alocou cerca de R\$ 5 milhões em projetos nas áreas de primeira infância, equidade de gênero, empreendedorismo social e qualidade de vida para pessoas acima de 50 anos, com tíquetes médios de R\$ 300 mil a R\$ 2 milhões.

Após passar este período focado em causas específicas, o Instituto Beja assumiu um novo desafio em 2022: estimular e apoiar mudanças mais amplas e profundas no ecossistema de filantropia que, em todo mundo, passa por reflexões sobre a necessidade de atuação mais estratégica e destravamento de capital.

Com mentalidade de investidora de impacto, veio de Sultani a decisão

de tirar o pé do acelerador, fazer um balanço de erros e acertos, e repensar seu propósito. O Beja fez a Teoria da Mudança com apoio da organização CAUSE e redirecionou esforços ao desenvolvimento do próprio ecossistema filantrópico no Brasil. A visão e missão hoje, diz Sultani, estão ligadas ao profissionalismo da filantropia, ao investimento de recursos com inteligência e a maior cooperação e troca de experiências.

Parte disso, em sua opinião, passa por incentivar encontros, trocas de experiências e aprendizados sobre os novos desafios da sociedade e meio ambiente. Por isso, o Beja lançou ainda em 2022, o Filantropand, evento para convidados nacionais e internacionais sobre o futuro da filantropia, baseado em estudos de tendências financiados pelo Beja. “Uma turma de filantropos, intelectuais, empreendedores sociais e formadores de opinião se reúnem para imersões e dinâmicas sobre pensamento sistêmico”, conta.

Os últimos encontros foram comandados por ela e a psicóloga Maria Homem e contaram com a participação de pessoas engajadas e referências nas causas sociais, como Ana Fontes, da Rede e do Instituto Mulher Empreendedora, Neca Setúbal, presidente do Conselho Curador da Fundação Tide Setúbal, Ticianna Rolim, empreendedora social e presidente da organização social Somos um Ceará, seu marido, Edson Queiroz Filho, empresário e herdeiro do grupo cearense Edson Queiroz, além de, Rodrigo Pipponzi, fundador da Editora MOL e Instituto



“Preciso sempre me perguntar se estou, de fato, inovando, agregando valor”
Cristiane Sultani

ACP, e membro do Comitê de Sustentabilidade da rede de farmácias RD Saúde, da qual sua família tem participação relevante.

A próxima edição acontece em novembro, que contará com Nara Baré, uma das mais importantes lideranças indígenas brasileiras, e Yoanna Okwesa, codiretora da área de Emerging Futures da Joseph Rowntree Foundation (JRF) e funda-

dora do Assembly Hub na Nigéria, entre outros. Também foi contratado o cenógrafo Barman Zavareze, responsável pela cenografia de shows de famosos, como Marisa Monte. “Além do conteúdo, a ideia é promover experiência e engajar.”

Em janeiro deste ano, também levou oito pessoas, entre elas, Marina Feffer, da Generation Pledge, Ana Sarkovas e Ticianna Queiroz, mulheres que, assim como ela, apoiam iniciativas para “chacoalhar” o ecossistema e também se comprometeram a doar a maior parte de suas fortunas. A ideia foi participar dos encontros oficiais e extra oficiais do Fórum Econômico Mundial, em Davos (Suíça). “É um ambiente em que são discutidas pautas que falam da política que vivemos, sobre a necessidade de mudança no modelo mental econômico de hoje”, diz.

Outra novidade é a recém-firmada parceria com renomadas instituições internacionais como a Fundação Nilekani, a Fundação Skoll, New Profit e a Waverley Street (de Laurene Jobs), para trazer ao Brasil o Centro para Mudanças Exponenciais (CME), hub global que visa a reimaginar as soluções para os desafios sociais mais prementes do mundo.

A previsão do Beja é aportar US\$ 10 milhões ao longo dos próximos cinco anos, para apoiar projetos de impacto social que possam ampliar os resultados de suas iniciativas por meio de tecnologias, inteligência artificial e metodologias inovadoras — tudo com foco em impacto social. Os tíquetes de doações variam de US\$ 250 mil a US\$ 500 mil.

Dois projetos já foram selecionados para iniciar suas jornadas no hub do Brasil a partir de janeiro de 2025, a ONG Serenas, que promove equidade de gênero por meio da qualificação de agentes públicos para prevenir e responder à violência contra meninas e mulheres no Brasil; e o MapBiomias, rede de organizações, universidades, laboratórios e startups de tecnologia que mapeiam e monitoram o uso da terra, a superfície de água e as cicatrizes de fogo com dados desde 1985.

Sultani é uma das expoentes desta nova tendência de filantropia, puxada principalmente por mulheres, que tem assumido um protagonismo cada vez maior no movimento e que busca meios de escalar o impacto que as doações podem ter. Não à toa ela, quando decidiu fundar a organização, foi

estudar investimento de impacto na Suíça e participou de encontros com empreendedores, pensadores, filantropos e outros profissionais, além de eventos de inovação e tecnologia como o SXSW, “para aprender a ter olhar sistemático.”

Durante a entrevista, ela citou o conceito de “filantropia oxigenada”, que visa promover parcerias entre organizações do terceiro setor para acelerar resultados. Também defende esforço colaborativo concentrado em projetos que já existem e precisam ser fortalecidos, que acredita ser mais sustentável no longo prazo do que atuações mais dispersas. Outro elemento-chave é a alocação e atuação mais pragmáticas do filantropo nos projetos que quer investir.

“Quero que o dinheiro tenha um efeito multiplicador”, pontua. Não à toa, ela chamou, em diversas ocasiões da conversa, os recursos que emprega de “capital catalítico”, se referindo ao emprego de menor energia para ter resultados melhores, ou, em outras palavras, um capital que é investido de forma mais eficiente e estratégica.

Em três anos, foram R\$ 60 milhões investidos, somando recursos do Beja e da própria Cris. Causas mais pessoais, ela se dispõe a ajudar na pessoa física, como a doação de R\$ 6 milhões ao Co-Impact Fundo de Gênero e R\$ 5 milhões doados ao The Black Jaguar Foundation, que atua na preservação do bioma cerrado. “Mais do que o valor, é a importância do capital catalítico e os recursos para desenvolvimento institucional [do ecossistema no Brasil].”

Agronegócios

Por **GLOBAL**

Marfrig faz oferta de R\$ 2 bi em CRA para alongar dívida

Frigoríficos

Alda do Amaral Rocha
De São Paulo

A Marfrig colocou no mercado uma oferta de R\$ 2 bilhões em certificados de recebíveis do agronegócio (CRAs) lastreados em debêntures. A operação é securitizada pela Eco Securitizadora e tem rating preliminar AAA(EXP)sf(bra), atribuído pela Fitch. A emissão ocorrerá em quatro séries.

Conforme apurou o Valor, o objetivo da Marfrig com a operação é fazer a gestão de sua dívida, alongando o prazo médio e reduzindo os custos financeiros. A lógica é trocar dívida mais cara e de curto prazo por dívida mais barata e de longo prazo.

A primeira série de CRA terá prazo de sete anos, com vencimento

em 15 de outubro de 2031, e taxa de remuneração de CDI + 0,45% ao ano. A segunda também terá prazo de sete anos e o mesmo dia de vencimento e taxa limitada à maior entre Prê DI 2030 + 0,45% ao ano e 12,75% ao ano. A terceira série terá prazo de 10 anos, com vencimento em 16 de outubro de 2034, e taxa limitada à maior entre NTN-B 2033 + 0,55% ao ano e 6,90% ao ano. E finalmente, a quarta série, com vencimento em 15 anos (em 17/10/2039), terá taxa limitada à maior entre NTN-B 2040 + 0,85% ao ano e 7,10% ao ano.

25%
é a possibilidade de lote adicional, além das quatro séries

Há possibilidade de lote adicional de até 25% do montante, conforme lâmina da oferta pública. Segundo o documento, a oferta tem lastro em debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária. O período de reserva dos títulos vai até 3 de novembro.

Conforme a lâmina da operação, os recursos serão utilizados para pagamento das despesas e custos adicionais relacionados com a oferta cujo pagamento não tenha sido antecipado, reembolso ou pago pela Marfrig e da integralização das debêntures. Ainda segundo o documento, os recursos obtidos com a subscrição e integralização das debêntures serão utilizados exclusivamente para aquisição de bovinos para abate.

Procurada pela reportagem, a Marfrig não comentou. A nova oferta de CRA da Marfrig



Oferta ocorre em momento em que Marfrig receberá R\$ 6 bilhões por venda de ativos de bovinos à Minerva

acontece num momento em que a empresa está prestes a engordar o seu caixa em cerca de R\$ 6 bilhões. Isso porque, na próxima segunda-feira (28) ocorrerá a transferência dos ativos de bovinos vendidos pelo Marfrig à Minerva e o pagamento pelas unidades.

A transação entre as duas empresas, anunciada em agosto de 2023, envolve 16 unidades na América do Sul, mas o pagamento, no próximo dia 28, refere-se a 13 delas (11 no Brasil, uma no Chile, uma na Argentina). A razão é que a transferência de três

fábricas no Uruguai para a Minerva foi barrada pela Comisión de Promoción Y Defensa de la Competencia (Coprodec), o órgão de concorrência uruguaio. A Minerva entrou com recurso para liberação da transferência, ainda sem resposta.

Terra Fértil tem aval para recuperação

Grãos

Cibelle Bouças
De Belo Horizonte

O juiz Renan Carlos Leão Pereira do Nascimento, da 4ª Vara Cível de Rondonópolis, no Mato Grosso, deferiu o pedido de recuperação judicial do Grupo Terra Fértil, sediado em Água Boa (MT), com dívidas de R\$ 181,1 milhões.

O grupo pertence ao casal Paula e Wilson Andriollo e ao filho Tyrone. O negócio familiar tem como foco a produção de soja, milho e gergelim e integração lavoura-pecuária (ILP) para engorda de gado bovino.

De acordo com o advogado Tarcísio Cardoso Tonhá Filho, do escritório Frange Advogados, um dos responsáveis pela defesa do Grupo Terra Fértil, aproximadamente 80% da dívida é com instituições financeiras, sobretudo Banco do Brasil e Caixa Econô-

mica Federal. O grupo também tem dívidas com revendas, e não possui débitos trabalhistas.

Na decisão, o juiz considerou que o grupo é “economicamente viável” e que há indícios de comprometimento dos donos em preservar a operação.

Os credores estão impedidos de arrestar ativos do grupo durante os 180 dias de prazo concedido para o Terra Fértil elaborar e obter aprovação dos credores do plano de recuperação judicial.

O magistrado definiu como “essenciais” os bens listados pelo grupo — fazendas, tratores e maquinários —, e que portanto serão mantidos pelo grupo durante o processo. Ficaram fora da lista uma motocicleta Ducati e grãos produzidos pelo grupo.

O grupo produz 3,6 mil hectares de grãos e integração lavoura-pecuária (ILP). Da área total, 3 mil hectares são próprios e 600 hectares são arren-

dados. A empresa possui 30 empregados diretos.

O juiz ainda determinou que o advogado Rogério de Lellis Pinto atuará como administrador judicial da recuperação judicial.

“A perspectiva é que no próximo ano seja realizada a assembleia geral de credores para repactuar as dívidas, para a empresa continuar produzindo em Água Boa, gerando riqueza e tributos para a região”, afirmou Tonhá.

O Grupo Terra Fértil foi fundado em 2001. Em 2004, enfrentou a primeira crise, à qual relacionou a problemas econômicos no Brasil. Dez anos depois, uma seca extrema que paralisou o plantio levou o grupo a uma nova crise. Em 2019, os sócios venderam fazendas em Ribeirão Cascalheira (MT) para quitar parte das dívidas.

Em 2022, a situação financeira piorou com o aumento da taxa Selic. Segundo a companhia, os

juros de contratos de empréstimo subiram na época de 5,5% ao ano para 30,1% ao ano.

E, no segundo semestre de 2023, ainda tentando se equilibrar, o grupo sofreu prejuízos na safra por causa da seca no Mato Grosso. “O grupo fez uma grande renegociação com credores, mas por causa da perda na produção, o tamanho da dívida aumentou muito”, afirmou Tonhá.

Além da quebra de safra por causa do clima, o pai de Wilson, Olmiro Andriollo, com quem ele tinha negócios em conjunto, faleceu em 2021, e as dívidas foram assumidas pelo grupo, que pagou R\$ 40 milhões em débitos do patriarca, aprofundando a crise.

“Havia uma expectativa de que a partilha dos bens do pai seria tranquila, mas houve divergências entre os irmãos e ela ainda não foi concluída. Com isso, formou-se uma crise de forma geral”, disse o advogado.

EPE vê queda no consumo de etanol hidratado em 2025

Cenários

Camila Souza Ramos
De São Paulo

A Empresa de Pesquisa Energética (EPE) passou a prever uma queda no consumo de etanol hidratado em 2025, em meio às incertezas quanto aos impactos de longo prazo do clima seco e dos incêndios nos canaviais neste ano. Em projeção bimestral divulgada ontem, a empresa estimou queda de 2% na demanda no próximo ano, para 20,8 bilhões de litros. Em agosto, a expectativa era de aumento do consumo em 0,9%.

Apesar do sinal negativo, o volume esperado ainda é historicamente elevado, principalmente considerando-se o forte crescimento da demanda estimado para este ano em relação ao ano passado. A EPE previu que o consumo de etanol hidratado encer-

ará 2024 com avanço de 17,4%, para 21,3 bilhões de litros.

Somente entre janeiro e agosto, as vendas de etanol hidratado no mercado interno registraram crescimento de 30% em comparação com o mesmo período de 2023. No acumulado dos últimos 12 meses, a demanda registrou incremento de 28,2%.

O clima baixo preços do biocombustível em relação à gasolina em boa parte do país estão favorecendo a migração dos motoristas de carro flex para o consumo do combustível renovável.

A EPE também estimou que a demanda total por etanol, somando-se a do anidro (aditivo da gasolina) deve continuar crescendo em 2025, ainda que em ritmo menor. A expectativa é de um aumento de 8,5% neste ano, para 33,6 bilhões de litros, e de um incremento de 0,2% no próximo ano, para 33,7 bilhões de litros.

Por GOBORU AL

Cenários Tempo favorável assegura colheita farta de milho e soja no país, mas queda de preços multiplica os prejuízos de produtores americanos

Concorrente do Brasil, grão dos EUA tem clima bom e margem negativa

Nayara Figueiredo
De Urbana, Ayers e Clinton (EUA)

Das 7h da manhã até o pôr-do-sol, os agricultores americanos estão trabalhando na colheita de milho, que está no fim. Cada minuto importa. A chuva caiu nas lavouras na hora certa, e agora deu lugar ao clima seco, perfeito para a retirada do grão dos campos do Meio-Oeste. Mas, apesar do sucesso na safra, os produtores rurais dos Estados Unidos caminham para fechar a temporada no vermelho, com custos altos e preços em queda.

"Minha margem está negativa. Estou perdendo dinheiro em cada bushel que colho e tenho gastos altos com fertilizantes", queixou-se ao Valor, sem descer da colheitadeira, o agricultor Jeff Fisher, que produz grãos no pequeno vilarejo de Philo, na cidade de Urbana, em Illinois.

Ele conta que a área foi "abençoada" com muita chuva na primavera nesta safra, após três anos consecutivos de seca, e conseguiu rendimentos de 250 bushels por acre (cada bushel de soja equivale a pouco mais de 27 quilos). No ciclo anterior, mesmo com a estiagem, Fisher ainda produziu cerca de 230 bushels por acre, desempenho que considerou muito positivo — e que foi resultado do uso de sementes mais resistentes à seca.

Fisher acredita que, atualmente, o principal desafio dos agricultores americanos é lidar com a queda nos preços das commodities e com a atual situação econômica para fechar as contas. E

ele se diz particularmente intriguado com o aparente desencontro entre oferta e demanda.

"Nunca a Terra teve tantos seres humanos quanto hoje, mas a demanda [por grãos] parece estar baixa, mesmo com a queda dos preços das commodities", disse. "Eu gostaria que alguém me explicasse a razão disso".

Em outras lavouras americanas que o Valor visitou nos últimos dias, depoimentos como o de Fisher se repetiram. Isso porque, na área central de Illinois, a safra deste ano deixará um saldo negativo de US\$ 161 por acre para os produtores de milho, conforme projeção do Departamento de Economia Agrícola da Universidade de Illinois em Urbana-Champaign. No ciclo anterior, também houve prejuízo, de US\$ 164 por acre, embora o preço médio tenha sido US\$ 0,50 mais alto.

A análise para 2024 considera o preço médio do milho em US\$ 4 por bushel e rendimento de 240 bushels por acre na região. Nesse quadro, a receita bruta seria de US\$ 970 por acre, mas a despesa chegaria a US\$ 1,13 mil por acre, puxada pelo custo de arrendamento da terra e pelos gastos com insumos.

"A Terra nunca teve tanta gente, mas a demanda [por grãos] está baixa"
Jeff Fisher

Para a soja, o departamento estima um saldo negativo de US\$ 53 por acre para os agricultores. No ano passado, as perdas foram de US\$ 22 por acre.

Mark Schleusener, da área de estatísticas do Departamento de Agricultura dos EUA (USDA, na sigla em inglês) em Illinois, afirmou ao Valor que "os preços baixos da safra estão prejudicando os produtores" de todo o país. O aumento da oferta agrava o quadro.

O USDA estima que a produção americana de milho na safra 2024/25 será de 386,2 milhões de toneladas, uma ligeira queda, de 0,89%, em comparação com o ciclo anterior. Para a soja, o departamento prevê 124,7 milhões de toneladas, o que representará um crescimento de 10,1%. O ponto positivo, na visão de Schleusener, é que a conjuntura favorece os pecuaristas, já que o milho é um dos principais insumos da alimentação animal.

Em plena colheita de uma fazenda de 54 anos na vila de Wapella, na cidade de Clinton, o agricultor Vic Riddle conta que muito da demanda americana por milho é para a ração do gado e a fabricação de etanol. Mas, com o atual nível de produção e preço, o consumo precisa aumentar.

"Estou um pouco preocupado com todos esses novos carros elétricos. Eles não queimam etanol", disse. "Estou meio preocupado com o futuro da demanda por etanol, precisamos encontrar usos para o milho".

A busca por estratégias para li-



O agricultor Jeff Fisher: 'Estou perdendo dinheiro a cada bushel que colho'

dar com a queda dos preços dos grãos é particularmente importante porque, no momento, não há indícios de que a situação vá mudar no curto prazo. "Temos uma safra grande aqui nos Estados Unidos e no Brasil. A combinação dessas duas coisas nos diz que não há nenhum evento que vá nos trazer preços mais altos em um futuro próximo", afirmou Joe Janzen, economista do departamento agrícola da Universidade de Illinois.

A projeção da universidade para 2025 continua a indicar prejuízo para os agricultores da região central do Estado, mesmo que em proporção menor que o deste ano. O saldo tende a ficar negativo em US\$ 73 por acre no caso do milho e US\$ 50 por acre no da soja.

Ainda assim, os agricultores ouvidos pelo Valor dizem não

ter planos de reduzir área de cultivo da próxima temporada. Eles pretendem seguir contendo despesas e sem fazer investimentos — ou seja, nada de novas máquinas agrícolas ou melhorias significativas na fazenda.

Para tentar reequilibrar as contas, Doug Downs, agricultor que há 34 anos produz grãos na região de Broadlands, na cidade de Ayers, em Illinois, decidiu cultivar grãos que gerassem ganhos adicionais. Ele trabalha com milho branco, que é usado para alimentação humana, na indústria de salgadinhos, e também planta soja não-transgênica. "[Em 2025] vou plantar a mesma quantidade. Tenho um prêmio em todas as minhas culturas e elas continuam avançando", relatou. "É a única coisa que sei fazer".

Sebo bovino brasileiro é motivo de queixas

De Ayers (EUA)

Lideranças agrícolas americanas foram até a Casa Branca pedir que as matérias-primas dos EUA sejam priorizadas na fabricação de combustíveis renováveis no país, na tentativa de elevar a demanda por milho. Neste ano, a indústria de biocombustíveis disparou a compra de insumos estrangeiros, como o sebo bovino do Brasil, demanda agora ameaçada.

Enquanto colhiam os últimos lotes do cereal, agricultores ouvidos pelo Valor em Illinois, no Meio-Oeste dos Estados Unidos, fechavam as contas da safra 2024/25 com margens negativas. Na bolsa de Chicago, o preço da soja caiu 2,3% em 12 meses até setembro. O milho baixou 15%. E, para o ano que vem, ainda não há expectativa de mudanças para as cotações. Uma alternativa, então, seria aumentar o uso do milho para a produção de combustíveis renováveis, além da demanda que já existe principalmente para etanol, ração animal e exportação.

"Os preços estão terríveis. Se as coisas derem certo na produção em todos os lugares (incluindo o Brasil), podemos ter um enorme excedente de milho. Podemos começar a usar mais esse milho para etanol", diz Doug Downs, produtor rural de Broadlands, na cidade de Ayers.

Ele ressalta que existem algumas divergências em relação aos créditos fiscais. O governo americano mantém uma campanha de incentivos aos biocombustíveis, com pagamento de créditos pela produção de renováveis como o diesel verde e o combustível sustentável de aviação (SAF, na sigla em inglês).

O especialista em biocombustíveis da Argus, Conrado Mazzoni, explica que os incentivos dos EUA levaram a indústria de biocombustíveis americana a buscar mais insumos importados, como o óleo de palma, óleo de cozinha e sebo bovino, para conseguir aumentar a produção.

O presidente do American Farm Bureau, Zippy Duvall,

questionou o uso de insumos estrangeiros para biocombustíveis, em reunião com o conselheiro sênior da Presidência para Energia Limpa, John Podesta, na última semana. Participaram do encontro representantes da Associação Nacional de Produtores de Milho dos EUA e da Associação Americana de Soja.

"Esses são créditos fiscais que devem beneficiar os americanos, não as empresas estrangeiras", afirma Duvall em nota. O presidente da American Farm Bureau acredita que existem "interesses de fora dos EUA, aproveitando os créditos às custas da América".

O pleito do setor agrícola americano, então, é de que seja aplica-

da uma regulamentação no intuito de priorizar os insumos locais, em detrimento dos importados. "Pedimos ao senhor Podesta e o governo para priorizar os agricultores americanos, estabelecendo um requisito doméstico de matéria-prima para créditos de produção de combustível limpo", acrescenta Duvall.

No campo, o agricultor Downs, de Illinois, diz que é preciso aguardar qual será a decisão do governo sobre os créditos fiscais. "[Hoje o grão] é mais para etanol, mas poderíamos usar muito milho para combustível sustentável de aviação e isso pode aumentar a demanda por milho. Então há esperanças".

Caso o pleito seja atendido pela Casa Branca, o Brasil e os demais países fornecedores de sebo bovino, óleo de palma e óleo de cozinha usado teriam a demanda excedente afetada.

O caso do sebo bovino foi o mais extremo na elevação de compras externas. A pegada de carbono desta matéria-prima é

considerada quase zero, e os americanos vivem um momento de restrição na oferta de gado o que, como consequência, gera menor produção de gordura do animal — cenário oposto ao da América do Sul. Países como Argentina, Uruguai e Brasil aumentaram o fornecimento.

No acumulado do ano até setembro, os embarques de sebo bovino brasileiro para os EUA dispararam para 246,6 mil toneladas, alta de 137,8% em relação ao mesmo período de 2023, conforme dados do Ministério da Agricultura do Brasil. No total, o Brasil exportou 261,34 mil toneladas para o mercado externo no período.

Se mantido o cenário de normalidade nas exportações, a perspectiva do setor é otimista. "Até o momento, o fluxo de comércio está normal, e a nossa expectativa é de que continuemos exportando ao mercado americano", afirma Decio Coutinho, presidente executivo da Associação Brasileira de Reciclagem Animal (ABRA), ao Valor em nota. (NF)

15%
foi a queda no preço do milho em Chicago até setembro

Apoio em dobro



O Banco Mundial anunciou que dobrará seu compromisso com financiamentos ao agronegócio para US\$ 9 bilhões por ano até 2030. O banco acredita que o aumento da produtividade agrícola e de renda ajudará a criar empregos, aumentar as receitas e melhorar a qualidade dos alimentos. Na visão da instituição, novas tendências estão remodelando o setor, como as mudanças climáticas, inovações em finanças, digitalização e soluções para fragmentação. O banco também quer aproveitar o aumento esperado da demanda por alimentos e responder à necessidade de criar empregos em mercados emergentes. "Estamos em uma encruzilhada, e o caminho que escolhermos hoje determinará o futuro", disse o presidente do Banco Mundial, Ajay Banga, em nota. Segundo ele, a instituição focará pequenos agricultores e organizações de produtores. (NF)

valor.com.br

Conjuntura

Preços ao produtor tiveram alta de 3,3%

O Índice de Preços ao Produtor de Grupos de Produtos Agropecuários (IPPA/Cepea) subiu 3,3% de agosto a setembro. Houve altas em todos os grupos, como na pecuária, de 4,6%.

valor.com.br/agro

Safra 2024/25

Produtividade da cana cai 16,4%

A produtividade da cana no Centro-Sul caiu 16,4% em setembro, para 69,7 toneladas por hectare, segundo o Centro de Tecnologia Canavieira (CTC).

valor.com.br/agro

Grãos

Justiça aceita pedido de recuperação judicial do Grupo Terra Fértil, de MT

B7

Política monetária
Picchetti, do BC, diz que projeções de inflação se desviaram mais da meta desde o último Copom **C2**



INÊS 249

Dêbentures
Diferencial de taxas entre dívida de menor e de maior risco tem nível mais alto em 7 anos **C2**

Tecnologia
BC avalia pontos da regulação financeira que precisam ser adaptados à IA **C3**

Travelex Bank

MASS PAYMENTS COM O BANCO ESPECIALISTA EM CÂMBIO.

travelexbank.com.br
(11) 3004-0490

Valor C
Quinta-feira, 24 de outubro de 2024

Finanças

Balanços Apesar de bom momento atual, alguns sinais de alerta começam a surgir no horizonte

Grandes bancos devem ter lucro de R\$ 28,4 bi

Álvaro Campos
De São Paulo

Os grandes bancos brasileiros deverão ter um resultado positivo no terceiro trimestre, ainda sem impacto de fatores que começam a despontar no horizonte. Embora a situação atual ainda seja bastante tranquila, com crédito crescendo em ritmo forte e inadimplência estável, a perspectiva vem se tornando mais incerta nas últimas semanas. Adiante estarão o efeito do novo ciclo de alta de juros — que deverá afetar sobretudo o segmento de pequenas e médias empresas (PMEs), em que os bancos vinham mostrando mais apetite —, um possível aumento no nível de calotes e a desaceleração do PIB prevista para o próximo ano.

Itaú Unibanco, Bradesco, Banco do Brasil e Santander deverão apresentar um lucro consolidado de R\$ 28,428 bilhões de julho a setembro, de acordo com a média de oito casas coletada pelo Valor. Isso representa alta de 3,1% no trimestre e 13,1% em um ano. A temporada começa no dia 29, com Santander, que deve continuar mostrando uma recuperação nos resultados, assim como Bradesco. Itaú tende a seguir registrando recordes, mas BB, que vinha páreo a páreo com o rival privado, deve ficar um pouco para trás. O banco público tem sido mais afetado pelas dificuldades do agronegócio.

Para Carlos Daltozo, diretor de research da consultoria Eieven, o cenário atual para os bancos reflete uma combinação de fatores, tanto de oferta quanto de demanda. Enquanto o desempenho do crédito tem sido melhor do que o esperado, o atual ciclo de aumento da Selic não era previsto no início do ano. De qualquer forma, ele aponta que os bancos entram nesse novo ciclo de aperto monetário mais “leves”, ou seja, com carteiras mais saudáveis, já que fizeram um movimento de redução de risco nos últimos trimestres. “No ciclo anterior [2021 e 2022] os bancos estavam vivendo um momento de alta da inadimplência, mas desta vez eles estão muito mais leves. A questão é como vão se comportar agora com essa alta de juros.”

Na visão dos analistas do Bank of America, o momento é de lucros robustos para os bancos, mas com alguns sinais de alerta. Enquanto a margem com clientes deve continuar crescendo em um bom ritmo e a inadimplência tende a permanecer estável, o cenário de juros mais elevado pode afetar a margem com mercado, o índice de calotes pode subir no segmento rural e será preciso avaliar o apetite dos bancos em meio a um cenário macroeconômico mais incerto.

“Os mercados de capitais devem refletir condições adversas; o segmento de pagamentos terá crescimento sólido de TPV [volumes processados]; e nas seguradoras os



Para Carlos Daltozo, desempenho do crédito tem sido melhor do que o esperado, mas alta da Selic pode ter impacto

índices de sinistralidade devem ficar estáveis”, resume o BofA. A XP tem uma visão semelhante, embora um pouco mais otimista. “No geral, esperamos um conjunto de resultados sólidos para os bancos. Como resultado de uma originação sólida e de um mix mais favorável, estimamos melhorias na margem com cliente, enquanto a margem com mercado pode apresentar volatilidade devido às novas expectativas de taxas de juros.”

Conforme o Valor mostrou na semana passada, a inadimplência em pessoa física, com recursos livres, segue acima dos níveis pré-pandemia. Os dados indicam que isso pode ser reflexo do aumento da fatia da baixa renda na carteira de crédito dos bancos e de mudanças no mix desse portfólio, com presença maior do cartão de crédito, considerada uma linha mais arriscada. Em estudo recente, o Itaú BBA aponta que o impacto de alterações na Selic costuma acontecer com uma defasagem de seis meses. E que o atual ciclo de alta levaria a uma inadimplência entre 0,5 e 1,0 ponto percentual maior ao fim de 2025, partindo de 7,0% agora nesse segmento.

Um ponto que pode chamar atenção nos balanços é o eventual impacto na inadimplência dos

gastos de consumidores com apostas esportivas, as “bets”. O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, chegou a indicar que há sinais iniciais de impacto, especialmente na baixa renda, e o presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Isaac Sidney, foi bastante vocal sobre a necessidade de se bloquear o uso do cartão de crédito nessas apostas. Um estudo divulgado pelo BC afirmou que as bets receberam R\$ 3 bilhões de beneficiários do Bolsa Família em agosto, mas depois a validade dos dados foi questionada.

O Santander CIB chegou a fazer um estudo para analisar potenciais impactos das bets, sobretudo para o Nubank, que tem clientes de renda mais baixa e que usam muito o cartão. “Nós acreditamos que o risco é que parte material do Pix crédito esteja relacionado às apostas, o que resultaria em um risco de crédito extremamente elevado”, disseram os analistas. Na sequência, o Nubank revelou mais detalhes e rebateu essa tese. O banco afirmou que acompanha de perto seus modelos de crédito para garantir que permaneçam bem calibrados diante do crescimento das apostas on-line. “Registramos menos de 1% do nosso volume financeiro de Pix e Pix Parcelado sendo destinado às maiores empresas do setor.”

No crédito corporativo, os analistas dizem que há novos casos de empresas com problemas, como AgroGalaxy, por exemplo, mas que eles não devem ter impacto significativo nos resultados dos bancos. Há também a possibilidade de que alguns bancos revertam parte das provisões feitas para Americanas, após a implementação do plano de recuperação da companhia, que contou com desconto nas dívidas e aporte dos acionistas. Entretanto, esse não é um consenso nos relatórios do “sell-side”.

O Santander, que abre a temporada de balanços, deve ter lucro de R\$ 3,473 bilhões no terceiro trimestre, com a maior alta anual, de 27,3%. Para os analistas da Genial, a trajetória de melhora na rentabilidade deve continuar, mas de forma mais gradual. Para eles, no crédito, o banco deve priorizar rentabilidade, em detrimento de crescimento. “Esperamos uma dinâmica mais arrefecida nas carteiras de atacado e consignado, que juntas representam aproximadamente 40% da carteira total, devido à

pressão do teto de taxa no consignado e ao aumento da concorrência no segmento de atacado.”

Bradesco, com lucro de R\$ 5,219 bilhões, terá o maior crescimento trimestral, de 8,5%. Na avaliação do Goldman Sachs, o retorno sobre o patrimônio deve subir 0,8 ponto percentual, para 12,6%. “Os resultados devem ser positivamente impactados pela forte margem financeira e a contribuição do setor de seguros no trimestre, enquanto as despesas operacionais devem permanecer sob controle.”

O grande foco da temporada deve estar no BB, que pode sofrer com o agronegócio. Quando foi feita a divulgação dos resultados do segundo trimestre, o banco avaliou que, com a entrada do novo Plano Safra, a inadimplência no setor tenderia a melhorar. Mas, no mês passado, o vice-presidente financeiro, Geovanne Tobias, admitiu que esse processo está um pouco mais demorado do que o esperado. “Essa regularização está mais lenta, houve um atraso na janela hidrológica, temos uma seca histórica. Temos feito um esforço de re-

gularização, mas é fato que o agro está trazendo hoje uma inadimplência maior do que vimos nos últimos anos.” Com um lucro de R\$ 9,470 bilhões, o BB deve ter a única queda no trimestre, de 0,4%.

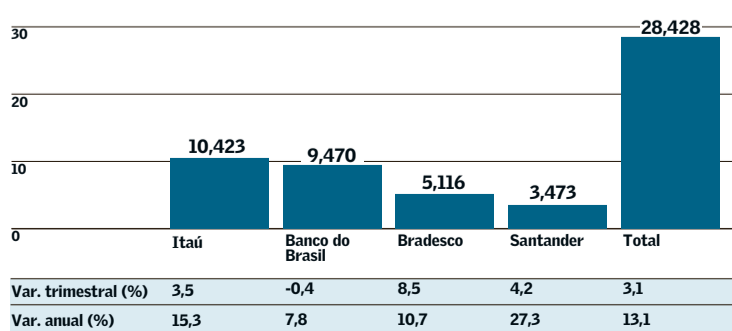
Já o Itaú deve ter novos números inéditos de lucro, com R\$ 10,423 bilhões. Nesse caso, o foco dos investidores é se haverá um anúncio de dividendo extraordinário, que o banco já indicou que deve acontecer em algum momento. Nesta semana, informou que exercerá a opção de resgate das notas subordinadas Nível 2 emitidas em 2019, no valor de US\$ 750 milhões. O impacto no capital deve ser de 0,3 ponto percentual. “Esperamos mais um trimestre de resultados sólidos, com lucro líquido recorrente aumentando 15% em um ano, apoiado por sólida geração de receitas, despesas controladas e qualidade estável de ativos. [...] Mantemos nossa recomendação de ‘compra’, uma vez que a rentabilidade, o capital e as capacidades de execução acima dos seus pares justificam uma avaliação premium”, diz o BofA.

“No aperto monetário anterior os bancos estavam com inadimplência em alta, mas desta vez estão mais leves”
Carlos Daltozo

Lucro dos bancos

Crédito deve seguir em alta, mas inadimplência é incógnita

Lucro no 3º tri/2024 (R\$ bi)*



Fonte: Valor *Previsão média dos analistas de Goldman Sachs, Citi, BTG, XP, Itaú BBA, BofA, Santander e Genial

Travelex Bank

Movimente seus recursos financeiros no Brasil, de onde estiver

Com a Conta para Não Residente do Travelex Bank, você ou sua empresa conseguem movimentar seus recursos no Brasil de forma ágil e segura.

- Acesso a operações em reais
- Pagamentos e Transferências
- Soluções adaptadas às necessidades de quem não mora no Brasil

Abra sua conta com o Travelex Bank, o banco que evolui com você.

FALE COM NOSSOS ESPECIALISTAS

11 3004-0490

travelexbank.com.br

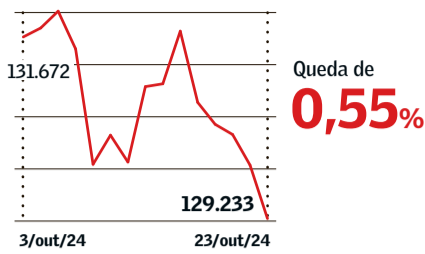
0800 014 1010

O Grupo Travelex Confidence patrocina os pilotos Sebá Malucelli e Marcos Gomes na **Porsche Cup Brasil 2024**.

Finanças

Ibovespa

Em pontos



Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

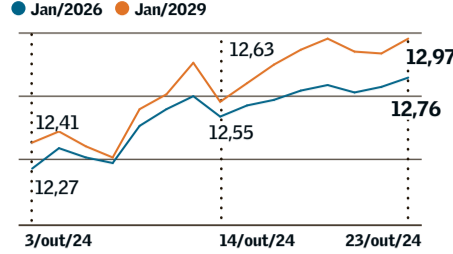
Bolsas internacionais

Variações no dia 23/out/24 - em %

Dow Jones	-0,96
S&P 500	-0,92
Euronext 100	-0,42
DAX	-0,23
CAC-40	-0,50
Nikkei-225	-0,80
SSE Composite	0,52

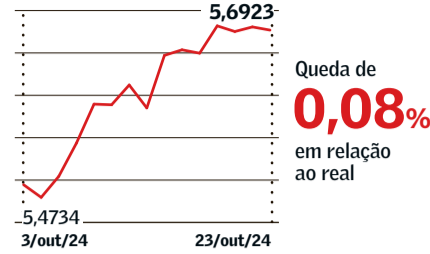
Juros

DI-Over futuro - em % ao ano



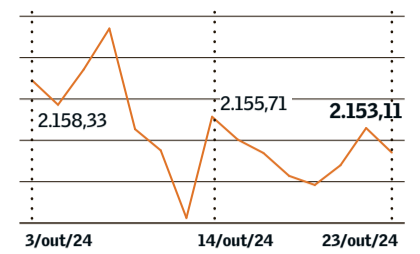
Dólar comercial

Cotação de venda - em R\$/US\$



Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99



Mercados Dólar à vista se descola e encerra em queda de 0,08%, cotado a R\$ 5,6923

‘Trump trade’ eleva Treasuries e juros locais rondam 13%

Arthur Cagliari, Gabriel Caldeira, Bruna Furlani e Maria Fernanda Salinet
De São Paulo

O crescimento das apostas em torno de uma vitória do candidato republicano Donald Trump e a resiliência da economia dos Estados Unidos pressionaram novamente as taxas de juros americana, que engataram a terceira sessão seguida de alta. A taxa da T-note de dez anos terminou o pregão em 4,243%, de 4,214% do fechamento anterior, após tocar a máxima intradiária de 4,262%. O dólar também continuou a se fortalecer globalmente. O índice DXY, que mede a força do dólar contra uma cesta de seis moedas de mercados desenvolvidos, avançava 0,31%, aos 104,395 pontos, no fim do dia.

Dados parciais de votação antecipada dos Estados Unidos são favoráveis a Trump, embora os números iniciais possam mudar, escreveu o Rabobank, em relatório. De acordo com o banco, o avanço do dólar e dos rendimentos dos Treasuries reflete o chamado “Trump trade”.

“Isso captura apenas uma fração de como a série de grandes cortes de impostos, aumentos significativos de tarifas, deportações em massa, desregulamentação abrangente, redução drástica do governo federal e uma mudança maciça para uma política econômica realista de Trump afetariam os mercados e a economia global — mas é um começo”, apontou a análise do Rabobank.

Já na seara local, a surpresa com uma postura “hawkish” (mais inclinada ao aperto monetário) do diretor de assuntos internacionais do Banco Central, Paulo Picchetti, fez os juros voltarem a rondar a casa de 13% nos vencimentos intermediários e longos dos contratos de juros nos momentos de maior estresse da sessão de ontem.

No fim do dia, porém, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) com vencimento em janeiro de 2027 subiu de 12,88% para 12,96%; e a do DI de janeiro de 2029 de 12,89% a 12,975%.

Na visão de Claudio Pires, diretor de investimentos da MAG, um dos pontos que podem ajudar a descomprimir um pouco os prêmios é o anúncio de medidas de corte de gastos, que podem vir após o segundo turno das eleições municipais, no

“Não há fator técnico que possa impedir que as taxas de longo prazo rompam os 13%”
Claudio Pires

domingo (27). “Se as medidas vierem muito tímidas ou sequer vierem, vejo a parte longa da curva [de juros] bastante desancorada”, diz Pires, que não vê um fator técnico para impedir que as taxas de longo prazo rompam a barreira de 13%.

Nem mesmo o tom mais “duro” de Picchetti em evento em Washington ajudou a aliviar os diversos vencimentos das taxas locais. O diretor do BC, que não costuma falar em público, reiterou a preocupação do Comitê de Política Monetária (Copom) com a desancoragem das expectativas inflacionárias em relação à meta de 3%, e as pressões correntes que têm estabilizado o nível de preços em um patamar acima do objetivo do BC. Neste contexto, ele disse que “há razões claras” para o ciclo de aperto monetário.

Embora os dirigentes do BC reforcem o compromisso com a meta de inflação, o mercado não acredita que o Copom vá conseguir atingi-la, diz Pires, da MAG Investimentos. Segundo ele, a falta de um ajuste fiscal relevante deve manter os juros reais (juros nominais descontados da inflação implícita) elevados. Ao mesmo tempo, os juros americanos em níveis mais elevados pressionam as taxas globalmente, acrescenta o diretor.

Por aqui, porém, o dólar à vista descolou do ambiente externo e caiu 0,08%, cotado a R\$ 5,6923. Ontem, 30 das 33 moedas mais líquidas acompanhadas pelo Valor se depreciaram ante o dólar. As exceções foram o real e os pesos mexicano e chileno, no que pode ter sido um ajuste nas carteiras da América Latina de investidores globais, após a recente piora dessas divisões, avaliou um gestor de moedas.

João Mercadante, economista da área de internacional da Parcitas Investimentos, afirma que a perspectiva de força da economia dos Estados Unidos e o nível dos juros americanos criam um ambiente de dólar forte, independentemente do candidato vencedor. “Pode até ter uma leve correção pontual se a Kamala Harris for eleita porque, em tese, você não teria um dólar tão forte, mas isso é mais para o ‘trade’ do momento. A perspectiva de longo prazo, de seis meses ou mais, é de uma questão de diferencial de crescimento, do excepcionalismo americano.”

Já o Ibovespa registrou a quinta sessão seguida de queda e recuou 0,55%, aos 129.233 pontos no pregão de ontem. Os papéis PN da Petrobras recuaram 1,25%, a R\$ 35,66, e os ON caíram 1,42%, a R\$ 38,88. Já a Vale cedeu 1,75%, a R\$ 59,35. Enquanto isso, no exterior, o Nasdaq fechou em queda de 1,60% e o Dow Jones e o S&P recuaram 0,96% e 0,92%, respectivamente. O dia foi marcado pela divulgação do Livro Bege, que apontou ligeiro aumento no nível de emprego nos Estados Unidos.

Expectativa acima da meta e ‘desviando mais’ é grande preocupação, diz Picchetti

Gabriel Shinohara
De Brasília

O diretor de assuntos internacionais e gestão de riscos corporativos do Banco Central (BC), Paulo Picchetti, afirmou ontem que as expectativas de inflação estão acima da meta e, desde a última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), “estão desviando” mais.

O relatório Focus mostra a mediana de expectativas para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 4,50% em 2024, no teto do intervalo de tolerância. A meta é de 3% e tem intervalo de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

Em Washington, Estados Unidos, onde participa de encontros do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, Picchetti fez uma rara fala pública em evento promovido pela XP.

O presidente do BC, Roberto Campos Neto, que também está em Washington, disse ontem em outro evento, promovido pelo UBS BB, que a mensagem importante é que a autoridade monetária precisa fazer com que haja convergência da inflação para a meta. “No final o importante é convencer os investidores, o outro lado, que faremos o que for necessário para atingir a meta”, disse.

Campos Neto destacou que a decisão por um início gradual do ciclo de alta da Selic se deveu às incertezas. O Comitê de Política Monetária (Copom) elevou a taxa básica de juros de 10,50% para 10,75% ao ano na última reunião.

O presidente do BC apontou que não há um fator único que vai guiar as decisões, mas “obviamente, quando você olha a inflação desancorada e o prêmio de risco onde está hoje, é um sinal que nos preocupa muito”. Ele destacou que é importante comunicar que a autoridade monetária está olhando todas as variáveis e tentando ser “o mais transparente possível”.

Em sua palestra, Picchetti comentou que, no caso da inflação de 2025, as expectativas estão de-



Picchetti, do BC: no Brasil, ‘razões claras’ para um ciclo de alta de juros

sancorando por algum tempo e a mediana já está mais próxima do teto do que do centro da meta. “Esse é uma grande preocupação para nós”, afirmou. A mediana para 2025, segundo o Focus, é de 3,99% e em 2026, de 3,6%. A meta é de 3% para ambos os anos.

O diretor também disse que a inflação corrente tem desacelerado, mas, ao mesmo tempo, “estabilizado em um nível acima da nossa meta”. De acordo com Picchetti, essa também é uma das

“O importante é convencer os investidores que faremos o que for necessário para atingir a meta”
Campos Neto

principais preocupações do BC. O IPCA acumulado em 12 meses em setembro ficou em 4,42%.

Campos Neto afirmou que os números recentes de inflação foram um pouco melhores do que o esperado, mas que outras variáveis que apontam para o futuro estão piorando, como a inflação implícita e as taxas de longo prazo.

O presidente do BC também falou que as pessoas estão entendendo que as políticas em debate nas eleições americanas são inflacionárias. Campos Neto reiterou que não há relação mecânica entre a política monetária nos EUA e a doméstica.

Ainda tratando da inflação, Picchetti afirmou que os núcleos apontam para uma “preocupação significativa”. O diretor do BC destacou que os preços industriais vinham ajudando a inflação nos últimos anos, mas têm subido “consistentemente” nos últimos meses. Além disso, a inflação de serviços, pontuou,

tem se estabilizado em um nível “bem acima da nossa meta”.

Após a sua apresentação, Picchetti destacou as principais conclusões. No cenário global, sublinhou que o ciclo de afrouxamento monetário foi iniciado na maior parte do mundo, mas o ritmo e o tamanho total dos cortes de juros ainda são incertos.

Já no Brasil, o diretor destacou que há “razões claras” para começar um ciclo de alta nos juros. Picchetti pontuou que o ritmo e o tamanho do “orçamento” do ciclo ainda são dependentes de dados. “Escolhemos estar completamente dependente de dados sobre os próximos passos, com um claro compromisso de fazer o que é necessário em termos de política monetária para fazer a inflação convergir para a meta”.

Na apresentação, o diretor elencou quatro aspectos chave para monitorar. O primeiro é a evolução das expectativas e projeções de inflação. O segundo é a evolução do hiato do produto, uma medida de ociosidade da economia. A atividade, segundo Picchetti, vem surpreendendo “consistentemente” por algum tempo, mas há uma tendência de desaceleração.

“Não esperamos que a desaceleração se traduza em uma recessão, mas ainda não é claro em que extensão vai impactar o que acontecerá especialmente em 2025 e nosso horizonte relevante”, disse o diretor. O horizonte relevante para o Copom é de seis trimestres à frente.

O terceiro aspecto destacado é a dinâmica do mercado de trabalho, com a taxa de desemprego em nível historicamente baixo, e a relação entre salários e preços de serviços. O quarto fator é a evolução da questão fiscal e os impactos na demanda agregada e nos preços de ativos.

Para o diretor, há uma mudança de regime na economia, com uma “política monetária mais contracionista, um estímulo fiscal menos expansionista e, de certo modo, atividade em nível mais baixo”, disse.

Diferencial de taxas de debêntures por risco é o maior desde 2017

Rita Azevedo
De São Paulo

O diferencial entre as taxas das debêntures de empresas com menor risco de mercado (chamadas também de “high grade”) e as daquelas com maior risco (“high yield”) atingiu recentemente o patamar mais elevado desde, pelo menos, 2017, se considerados apenas os papéis indexados ao CDI. É o que mostra um estudo produzido pela Cy Capital e antecipado ao Valor.

O dado reflete, entre outros pontos, a diferente situação das empresas conforme os setores em que atuam, aponta Eliane Teixeira dos Santos, economista da Cy Capital. “Essa discrepância setorial não é algo que a gente analisa neste estudo específico, mas que, de certa forma, pode influenciar e levar esse diferencial para um patamar alto”, afirma.

Especialistas apontam que, após um início de ano turbulento em 2023, com os casos Americanas e Light, as empresas de maior qualidade de crédito tiveram uma redução na taxa paga pelos seus títulos. Enquanto isso, companhias de

setores específicos, como varejo, continuam tendo seus papéis negociados a taxas mais elevadas.

O estudo da Cy mostra ainda que, no caso dos papéis atrelados ao IPCA, como as debêntures incentivadas, o diferencial está próximo do patamar mínimo, com os títulos de menor risco apresentando um retorno de praticamente zero acima do indicador de referência, e aqueles de maior risco, com um spread de 1% ao ano.

“Essa mínima pode ser reflexo de uma menor oferta de títulos incentivados, como Certificados de Recebíveis Imobiliários [CRIs], após mudanças regulatórias no início do ano, e de uma maior demanda para o mercado de debêntures isentas”, afirma.

Na análise, foram avaliados dados de retornos até o vencimento (“yield to maturity”, ou YTM) dos papéis de junho de 2017 até o final de agosto. O indicador é proveniente das negociações no mercado secundário e leva em consideração a diferença de preço de negociação frente ao preço de emissão, além do prazo de vencimento e periodicidade de pagamento de juros.

Cosan, SmartFit e MRV captam recursos com emissão de dívida

De São Paulo

Cosan, SmartFit e a construtora MRV aproveitaram o momento favorável de mercado para emitir novas séries de debêntures e certificados de recebíveis imobiliários (CRI) entre o final de outubro e início de novembro.

A Cosan iniciou ontem apresentações a investidores para uma oferta de R\$ 2,5 bilhões em títulos. A companhia levantou R\$ 1,25 bilhão em junho deste ano e agora volta ao mercado com uma nova operação para auxiliar na gestão de passivos financeiros. Os papéis da Cosan serão divididos em três séries, com vencimento em quatro, seis e dez anos.

A remuneração será definida após coleta de intenções, prevista para o dia 6 de novembro. O plano da Cosan é pagar, no máximo, o equivalente ao CDI mais um spread de 0,5%, 0,72% e 1,3% na primeira, na segunda e na terceira séries, respectivamente. Na emissão de junho, os papéis tinham prazo de cinco e dez anos, com taxa de 1% e 1,5% além do DI. Atuam na operação Bradesco BBI (líder), Citi e Itaú BBA.

A rede de academias SmartFit anunciou uma oferta de debêntures de R\$ 300 milhões. Os recursos, segundo a empresa, serão usados para propósitos corporativos gerais e reforço de capital de giro. A emissão será em série única, com prazo de cinco anos e amortização em quatro anos. A remuneração máxima pretendida é de CDI mais 0,89%.

Na oferta mais recente, de julho, a SmartFit captou R\$ 450 milhões. O prazo foi de cinco anos e a taxa de CDI mais 1,1%. O UBS BB coordena a operação.

Ontem, a MRV concluiu também uma captação com certificados de recebíveis imobiliários (CRI) de R\$ 641,4 milhões. A oferta base da incorporadora era de R\$ 600 milhões, mas o montante poderia chegar a até R\$ 750 milhões caso houvesse demanda por um lote adicional.

Os papéis foram divididos em duas séries. A primeira, de R\$ 538,6 milhões, terá remuneração equivalente a 110% do DI. A segunda, de R\$ 102,7 milhões, de 8,0483% ao ano. BTG Pactual, XP e Santander coordenam a oferta. (RA)

Estratégia Títulos públicos e privados sem grau de investimento agora oferecem retornos potenciais que competem com a bolsa

Investidores não sabem diferença entre ações e dívida

Análise

Howard Marks
Financial Times

Ninguém usava a frase “alocação de ativos” quando entrei na indústria de gestão de investimentos há 55 anos. Estruturar carteiras era uma questão simples, que geralmente seguia a clássica divisão “60/40” entre ações e renda fixa.

Hoje, os investidores são apresentados a tantas escolhas que o tema da alocação de ativos se tornou muito relevante, com as empresas de investimentos e seus clientes investidores institucionais dedicando departamentos inteiros para determinar como ponderar as diversas classes de ativos em uma carteira.

Enquanto refletia sobre a utilidade do crédito em um portfólio de investimentos, cheguei à conclusão de que existem apenas duas classes de ativos: participações acionárias e dívida. Se alguém participar financeiramente de uma empresa, a escolha essencial é entre possuir parte dela e fazer um empréstimo a ela.

Sempre senti que a maioria dos investidores não entende completamente a diferença entre participação acionária e crédito. Na verdade, eles não têm nada em comum. Os donos de participações colocam seu dinheiro em risco sem garantia de retorno; simplesmente esperam compartilhar dos fluxos de caixa residuais e do valor empresarial

de uma companhia. Os credores, por outro lado, financiam as atividades dos donos de participações acionárias em troca de promessas contratuais de juros periódicos e o pagamento do principal no fim, o que significa que o retorno resultante é conhecido antecipadamente, assumindo que o tomador fará os pagamentos conforme prometido.

Na minha opinião, uma decisão no processo de gestão de portfólio importa mais do que — e deveria ser a base para — todas as outras decisões. É a seleção de uma “postura de risco” direcionada. Basicamente, esta é uma questão de ênfase que se coloca na preservação do capital (geralmente alcançada por meio de investimentos em dívida) versus seu crescimento (geralmente obtido por meio de investimentos em ações).

Muita gente acha que o objetivo adequado nos investimentos é alcançar o maior retorno. Outros entendem que o deveria ser a melhor relação entre retorno e risco. É aí que o investimen-

Para o investidor, a escolha essencial é entre possuir parte de uma empresa ou fazer um empréstimo a ela

to em dívida — nosso foco principal na Oaktree — pode entrar.

As ações geralmente têm maior potencial de valorização e maior risco de queda. Com as demais variáveis constantes, os retornos esperados com os investimentos em dívida tendem a ser mais baixos, mas dentro de uma faixa muito mais estreita. Ao combinar os dois em uma carteira, inclinar o equilíbrio em direção aos ativos de participação acionária significa elevar o retorno e o risco esperados. É importante notar que, à medida que o risco aumenta, não apenas o retorno esperado sobe, mas, em geral, a faixa de resultados possíveis se torna mais ampla e os resultados negativos tendem a ser piores.

Qual dos dois é “melhor”? Não podemos dizer. Em um mercado eficiente, trata-se apenas de uma troca. Um retorno esperado maior com maior potencial de alta, versus o custo de uma maior incerteza, volatilidade e risco de queda? Ou um retorno mais confiável, porém com menor expectativa, que implica em menor potencial de valorização e menos risco de perda? A escolha entre os dois é subjetiva, sendo em grande parte uma função das circunstâncias do investidor e da sua atitude em relação à aceitação de risco.

Como o risco e o retorno esperados são assumidos como aumentando proporcionalmente em um mercado eficiente, nenhuma posição na escala de risco é “melhor” do que qualquer outra. Tudo se resume a onde você deseja se posicionar em termos

de risco absoluto ou qual nível absoluto de retorno você almeja.

Agora, devo afirmar que, na verdade, os mercados não são eficientes no sentido acadêmico de estarem sempre “certos”. Os mercados podem fazer um trabalho eficiente ao descontar rapidamente novas informações e refletir com precisão a opinião consensual resultante sobre o preço adequado para cada ativo. Mas essa opinião pode errar longe de correta. Por esse motivo, às vezes é possível obter ganhos escolhendo habilidosamente entre as opções: algumas classes de ativos podem oferecer uma melhor relação risco/retorno do que outras, e alguns gestores podem operar dentro de um mercado ou estratégia para produzir retornos ajustados ao risco superiores.

Passando para o mundo real, noto que após uma mudança radical nas taxas de juros, a dívida pública e privada sem grau de investimento agora oferece retornos potenciais competitivos com os historicamente vistos nas ações. Acredito que os investidores deveriam considerar transferir capital para essa área se forem: a) atraídos por retornos de 7% a 10% ou mais; b) desejosos de limitar a incerteza e a volatilidade; e c) dispostos a abrir mão do potencial de alta além dos rendimentos atuais para fazê-lo. Para mim, isso deveria incluir muitos investidores, mesmo que não todos.

Howard Marks é cofundador e copresidente da Oaktree Capital Management e autor de “Mastering the Market Cycle: Getting the Odds on Your Side”

BC estuda como adaptar regulação para incluir princípios de uso de IA

Liane Thedim
Do Rio

O diretor de regulação do Banco Central, Otavio Damaso, disse que a instituição está avaliando quais pontos do atual arcabouço regulatório e legal do sistema financeiro precisarão ser adaptados à realidade do uso da inteligência artificial (IA) no setor.

Segundo ele, ainda não há um projeto de construir uma regulação específica porque a base legal do sigilo bancário e a resolução com a Política de Responsabilidade Socioambiental já trazem princípios e posturas para o sistema financeiro e dão conforto ao Banco Central para estudar melhor o processo.

“Muitas coisas se aplicam diretamente ao desenvolvimento da IA. Pela lei de sigilo bancário, de décadas, as instituições têm grau de responsabilidade elevado sobre informações que pertencem aos clientes. A privacidade é o principal pilar”, disse ontem em painel na Digital Week, promovida pela PwC Brasil em São Paulo.

Ele destacou que há no Congresso Nacional um projeto de lei sobre o assunto em discussão, além de debates no âmbito dos órgãos internacionais sobre ética, privacidade, necessidade de consentimento do cliente para dados serem utilizados. “A IA traz

**“Se precisasse fazer a regulação agora, focaríamos em governança”
Otavio Damaso**

nova dimensão e insights para refletirmos e identificarmos onde vamos precisar adequar o arcabouço legal, com o apoio do Congresso, e regulatório.”

O diretor do BC afirmou que há ainda a intenção de fazer um questionário para entender como o sistema financeiro está utilizando dados e onde estão vendo riscos para daqui a cinco ou dez anos em IA.

“Se precisasse fazer agora a regulação, focaríamos em governança. Faça com que seu conselho de administração, que a diretoria executiva e todo o quadro de funcionários conheçam sua política, os instrumentos e saibam usar. É o caminho que seguiríamos. Não vamos entrar na tecnologia, no que pode e no que não pode. É chamar as instituições financeiras a terem processo cada vez mais robusto.”

Para ele, há três grandes áreas de ganho intenso com IA. A primeira, na área administrativa, com automatização de processos. A segunda, no relacionamento para concessão de crédito, com leitura de dados estruturados e não estruturados. “Uma operação de crédito demorava de três a quatro dias para sair e hoje é na hora, com tudo mapeado. No crédito vai ser uma revolução em experiência para o cliente e em mitigação de riscos para as instituições financeiras.”

A terceira, acrescenta Damaso, é na parte de educação financeira. “É onde meus olhos mais brilham. É um oceano de oportunidades, a instituição poder ajudar a família a organizar sua vida financeira, em prol dos dois. Daqui a dez anos vamos pensar em como a gente vivia sem IA.”



REFORMA TRIBUTÁRIA E OS RISCOS PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO

De um lado, a necessidade de simplificar o sistema tributário brasileiro. Do outro, a urgência de universalizar os serviços de água e esgoto sem pesar no bolso dos contribuintes, em especial, da população de baixa renda.

Diante desse cenário desafiador, reuniremos parlamentares, entidades e especialistas para debater o tema e apontar soluções. **Não perca!**

Acompanhe ao vivo
29 de outubro,
a partir das **09h30**

Patrocínio



Realização



Transmissão:



Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Table with columns: Índice, Referência, Valor do índice, Var. no dia %, Var. no mês %, Var. no ano %. Rows include IFE-M, IFE-A, IMA-B, IMA-S, IMA-Genal.

Crédito

Table with columns: Linhas - pessoa jurídica, 09/10, 08/10, Há 1 semana, No fim de setembro, Há 1 mês, Há 12 meses. Rows include Capital de giro pré e pós.

Juros externos

Table with columns: Empréstimos - em % ao ano, 23/10/24, 22/10/24, Há 1 semana, No fim de setembro, Há 1 mês, Há 12 meses. Rows include SFDR - empréstimos interbancários em dólar.

Table with columns: Taxas referencias no mercado norte-americano, 8/50, 8/50, 8/50, 8/50, 8/50, 8/50. Rows include Federal Funds, Taxa de Desconto, TBill (1 mês).

Fontes: EBS, EMML, FBRY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. ** Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidas por títulos do Tesouro EUA.

Evolução das aplicações financeiras

Table with columns: Rentabilidade no período em %, Renda Fixa, Mês, Anualizado, 12 meses. Rows include Sôco, CDB (1), Poupança (2), Renda Variável.

Fontes: Anbima, Bcoom, B3, Focum, FGV, IBEF e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. ** Rendimento até o dia 23/sep.

Fundos de Investimento

Table with columns: Análise diária da indústria - em 18/10/24, Patrimônio líquido, Rentabilidade nominal, Estimativa da captação líquida. Rows include Renda Fixa, RF Indicado (2), RF Duração Baixa.

Fontes: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015.

Custo do dinheiro

Table with columns: Taxas referenciais, 23/10/24, 22/10/24, 1 semana, No fim de setembro, Há 1 mês, Há 12 meses. Rows include DI Pré-30, Selic - taxa over ao ano.

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. Taxa de Juros de referência - B3.

Mercado futuro

Table with columns: Em 23/10/24, DI de 2 dia, PU de ajuste, Taxa efetiva, Contratos negociados, Cotação - em % ao ano. Rows include Dólar Comercial, Euro, Real.

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. Dólar comercial, Ajuste do dia, Var. no dia, Contratos negociados.

Indicadores do mercado

Table with columns: Em 23/10/24, Indicador, Compra, Venda, No dia, No mês, No ano, 12 meses. Rows include Dólar (Prax - BC), Dólar Comercial, Dólar Turismo.

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. Última cotação.

Índices de ações Valor-Coppead

Table with columns: Em pontos, 23/10/24, 22/10/24, No fim de dez, Variação - em %, Índice, Valor-Coppead Performance.

Captações de recursos no exterior

Table with columns: Últimas operações realizadas no mercado internacional, Emissor/Tomador, Data de liquidação, Data de vencimento, Prazo meses, Valor em US\$, Cupom/Descto em %, Retorno em %, Spread pontos-base **.

ADR - Índices

Table with columns: Em 23/10/24, Índice, 23/10/24, 22/10/24, 30/09/24, 29/12/23, 23/10/23, dia mês ano, 12 meses. Rows include S&P 500, Nikkei 225, Hang Seng.

Fontes: S&P 500 Mellon. Elaboração: Valor Data. Índice expresso em dólares.

TR, Poupança e TBF

Table with columns: Variações % no período, Período, TR, Poupança *, Poupança **, TBF. Rows include 06/10 a 06/11, 07/10 a 07/11.

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12. ** Depósitos a partir de 04/05/12.

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Table with columns: Índices de ações em 23/10/24, Índice, No dia, No mês, No ano, Em 12 meses. Rows include Ibovespa, IBX 50, IEE, SMLL.

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data.

Melhores e Piores do Ibovespa

Table with columns: Desempenho das ações em 23/10/24, Melhores no dia, Piores no dia, Papel, Índice, Variação (%), Cotação (R\$). Rows include IRR ON, Camofur ON, Cagua ON.

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data.

Reservas internacionais

Table with columns: Líquidez Internacional *, em US\$ milhões, Fim de período, Diário. Rows include fev/24, mar/24, abr/24, mai/24.

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos.

Bolsas de valores internacionais

Table with columns: País, Cidade, Índice, 23/10/24, 22/10/24, No dia, No mês, No ano, 12 meses, Variação % ao ano, Em 12 meses, Memória Índice, Valor Índice. Rows include EUA, Alemanha, França, Itália, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Grécia, Holanda, Hungria, Polónia, Portugal, Rússia, Suécia, Suíça, Turquia, Israel, África do Sul.

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangocq, Bogota, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zaripec. Elaboração: Valor Data.

Advertisement for Valor Econômico featuring a smiling man in a suit. Text includes 'Seja um assinante: Acesse assinevalor.com.br Ligue 0800 701 8888' and 'Informação, análises e conteúdo aprofundado. Tudo isso você lê no Valor.'

Política monetária Para sócio da Gávea, seria necessário um 'reforço' para uma redução dos juros reais longos, que estão acima de 6,5%

'BC precisa de ajuda' da política fiscal para domar a inflação, diz Arminio

Victor Rezende e Gabriel Roca
De São Paulo

O futuro presidente do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, tem "os incentivos corretos para fazer uma política monetária razoável". É o que avalia o sócio-fundador da Gávea Investimentos e ex-presidente do BC, Arminio Fraga, para quem "o mercado vai explodir e a inflação, possivelmente, também vai subir" caso a política monetária seja conduzida de forma "exótica" pela futura diretoria da autarquia.

Com um BC "muito bem estruturado", os problemas recaem sobre os rumos da política fiscal, disse. "Se tem sido necessária uma taxa de juros tão alta para segurar a inflação, é porque o BC precisa de ajuda."

Na visão de Arminio, a ajuda, nesse caso, teria de vir do lado da condução da política fiscal. "É o Tesouro segurar a barra um pouco. Isso exige, na minha opinião, uma abordagem muito mais pro-

funda, muito mais estrutural para, de fato, ter impacto e jogar o juro lá para baixo, além de deixar a economia crescer sem medo de inflação", aponta o economista.

Para ele, Galípolo é "inteligente, articulado" e pode ser bom ele ter sido "um cara da 'cozinha da área da política' porque ele vai dar um recado para essa turma" e dizer que precisa de mais ajuda.

"E ele depende do Congresso também. Não é só o Executivo. O Congresso também não está contribuindo para uma política fiscal mais robusta", disse Arminio durante aula no curso **Valor** de jornalismo econômico. Este é o segundo ano consecutivo que ele participa do projeto.

Ao avaliar a política fiscal, inclusive, ele diz não sentir um grande apoio ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad e enfatiza que "os números não fecham" em relação às metas de resultado primário. "Temos de ser realistas. O Brasil deveria estar reduzindo a relação dívida/PIB para ter a chance de agir de novo se

houver necessidade", diz Arminio, ao se referir a momentos excepcionais, como a pandemia.

A implementação do arcabouço fiscal, nesse sentido, é vista por Arminio como uma decisão "corajosa" de Haddad. "Todo mundo era contra; o próprio presidente claramente era contra e tinha discursos raivosos até", observa. Apesar disso, ele indica ter havido um erro na estratégia do governo em relação à condução dos gastos. "Aqui o governo entrou gastando. É Maquiavel básico: no início de mandato, você tem de arrumar a

"Recomendação seria um reforço fiscal. O 'mix' [de política econômica] está se mostrando complicado"
Arminio Fraga



Arminio Fraga, da Gávea Investimentos: Política monetária 'exótica' poderia fazer mercado 'explodir'

casas para, depois, colher os frutos."

Nesse sentido, para Arminio, alcançar um superávit primário no último ano do governo pode ser uma tarefa complicada. "O último ano do governo é sempre complicado, está lá na frente e isso tira um pouco a credibilidade da proposta. Se o Brasil conseguir chegar a um superávit, sobretudo se for feito olhando os gastos recorrentes, fazendo uma coisa mais estrutural, acho que seria um avanço. Ainda seria arriscado, mas bem menos arriscado do que não fazer nada."

E com um déficit primário de cerca de 1% do PIB neste ano e juros reais de mercado, extraídos das NTN-Bs (títulos indexados à inflação), negociados acima de 6,5% ao longo de toda a curva, a

situação fiscal se torna "uma bola de neve monumental", disse. "Não tenho dúvida que a recomendação seria um reforço fiscal. O 'mix' [de política econômica] está se mostrando complicado", diz Arminio, ao avaliar, adicionalmente, que o ciclo de aperto monetário efetuado pelo BC "não é uma maldade, mas se deve a uma situação que precisa ser corrigida".

"O que fazer, exatamente, é sempre uma combinação de políticas de curto e de longo prazo; as reformas de longo prazo na área fiscal têm muito impacto, mesmo que o efeito seja gradual, como no caso da Previdência, até para evitar uma piora maior. Isso precisa ser feito", defende ele, para quem as discussões que o mercado tem tido sobre

dominância fiscal, quando a política monetária perde efeito por conta do elevado nível da dívida pública, não se aplicam no momento.

Também não se aplica a visão de uma mudança no nível da meta de inflação, na visão de Arminio, que defende o nível de 3%. "Não vejo razão para mexer no nível e acho que o mercado se ajustaria", afirma ao lembrar ainda que a inflação já está "bem acima" do centro da meta perseguida pelo BC.

O executivo inclusive enfatiza que o BC sempre agiu como se a meta fosse contínua. "Se você tem um choque de inflação em outubro, ninguém pode achar que o BC vai corrigir isso em dois meses... Chegamos onde queríamos chegar e esse é o grande avanço."

Fed: fatores determinantes do ciclo de cortes de juros

Palavra do gestor



Felipe Sichel

Desde o começo do ano argumentamos que havia alta probabilidade de o Fomc, o comitê de política monetária do Federal Reserve (Fed), iniciar em 2024 o ciclo de corte de juros. A taxa de 5,25% a 5,50% sugeria restrição monetária sob diversas métricas. Ademais, para além do salto no primeiro trimestre, vimos indicações de arrefecimento da atividade econômica, do mercado de trabalho e da inflação a partir do segundo trimestre.

Em um ciclo econômico marcado pelo vaivém dos indicadores mensais, chamam particular atenção os dados na margem do terceiro trimestre. Eles indicam reaceleração da atividade, aquecimento do mercado de trabalho e estabilização da inflação subjacente em patamar elevado.

A julgar pelas falas recentes de integrantes do Fomc, é evidente que o ritmo de cortes não será mantido em 0,5 ponto percentual como foi em setembro. Ainda assim, cabe questionar se não há a possibilidade de que o ciclo de cortes seja encerrado antes do que está precificado atualmente pelo mercado.

Alguns elementos têm de ser respondidos para que possamos averiguar a trajetória apropriada do ciclo. Em primeiro lugar, os dados preliminares indicam que o PIB do terceiro trimestre deverá avançar próximo a 3,4% anualizado, acima do já forte 3% observado durante o segundo trimestre.

Ademais, alguns membros do Fomc sugeriram que os dados das contas nacionais poderiam ser revisados para baixo. Passadas as revisões, o fato é que essa revisão baixista não se materializou.

Ato contínuo da atividade econômica aquecida, o mercado de trabalho também dá indicações de que permanece sustentado. A taxa de desemprego, que chegou a 4,3% em julho, recuou para 4,1% em setembro; o saldo de vagas criadas subiu na última leitura do relatório de emprego (com revisões significativas para os meses anteriores) e não há sinal de amplas demissões.

Notam-se, em contrapartida, indicadores relevantes, como a taxa de desligamentos voluntários ("quits rate"), que sugere não estarmos em patamares de mercado de trabalho superaquecido como há dois anos. A manutenção

da tendência recente de arrefecimento desses indicadores sugerirá para alguns membros do Fomc que persistem os riscos a uma parte de seu mandato.

O balanço das empresas e das famílias está saudável. No somatório dos elementos destacados, a avaliação da conjuntura não sugere uma iminente deterioração da demanda privada doméstica. Sob essa ótica, o Fed terá, inevitavelmente, de revisar as suas projeções de crescimento e desemprego no próximo sumário de projeções econômicas (SEP, na sigla em inglês), em dezembro.

Quanto à inflação, há menos clareza. A divulgação de setembro do índice de preços ao consumidor mostrou avanço subjacente de 0,3% no mês, acima do esperado. Esse número deve ser repetido no deflator do consumo das famílias (PCE), indicador favorito para a meta de inflação do Fed.

Ante economia e mercado de trabalho aquecidos, junto a taxas elevadas, é natural supor que os riscos para a inflação pendam mais para uma estabilização acima da meta.

Assim, resta evidente que o Fomc não deverá, salvo novas

informações que apontem para fraqueza da atividade, conduzir os juros para um nível neutro neste momento.

A dificuldade reside justamente em estimar o patamar neutro acima do qual a taxa de juros deve permanecer. A julgar pela tendência central do último SEP, o neutro nominal encontra-se entre 2,5% e 3,5%, com a mediana em 2,9%. Logo, se a taxa tem de estar acima do patamar neutro, seria razoável esperar que a Fed Fund Rate se estabilize entre 3,5% e 4,0%.

Os riscos à frente são relevantes. Claro, efeitos defasados da política monetária restritiva ainda podem se materializar à frente, mas as consequências do ciclo eleitoral não podem ser desconsideradas.

O pleito ainda não permite clareza sobre quem sairá vencedor, mas o fato é que as pesquisas e indicadores de registros de eleitores nos Estados mais disputados mostram aumento na chance de o ex-presidente Donald Trump retornar à Casa Branca.

Sua política comercial, que deverá ser implementada de forma contínua, ainda que não imediata, implica aumento da

pressão inflacionária no tempo. Ademais, a perspectiva de desregulamentação sugere novo impulso para a atividade, enquanto a deterioração fiscal (esperada em qualquer configuração de resultado) aponta para aumento do prêmio de risco e das expectativas de inflação.

Logo, os riscos neste momento corroboram a ideia de que o Fed precisa manter os juros em patamar restritivo. Se terá de ser tão ou mais restritivo quanto o comitê antevê atualmente, dependerá em última instância da evolução da taxa de juro real neutra e das expectativas de inflação. O mix de política econômica do próximo governo será central para determinar se, além das expectativas, a taxa real neutra também estará em ascensão.

Felipe Sichel é economista-chefe da Porto Asset
E-mail: felipe.sichel@portoseguro.com.br

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso destas informações.

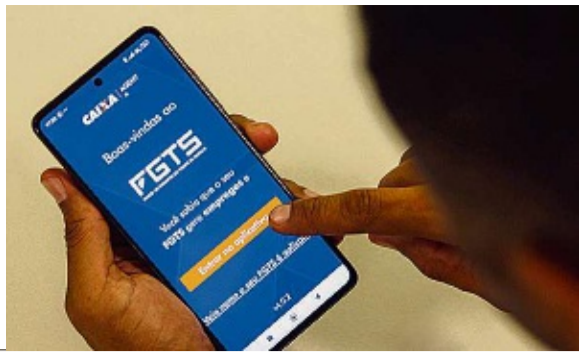
Valor **ECONÔMICO**

Análises, opiniões e informação sobre o cenário econômico com o time de especialistas do Valor.

Seja um assinante:
Acesse o assinevalor.com.br
Ligue 0800 701 8888

FGTS não pode ser penhorado para pagamento de honorário advocatício

valor.globo.com/legislacao



Lei nº 14.879/24 e a cláusula de eleição de foro

E2

Tutores de pit bull devem indenizar vizinha

valor.globo.com/legislacao



Valor E

Quinta-feira, 24 de outubro de 2024

Legislação & Tributos SP

Digital Recentes decisões judiciais são favoráveis a quem comercializa material por meio de plataformas on-line de mensagens instantâneas

TJSP responsabiliza Telegram por distribuição indevida de conteúdo

Adriana David
De São Paulo

O Judiciário começa a criar jurisprudência favorável a quem comercializa conteúdo por meio de plataformas de mensagens instantâneas. Recentemente, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) condenou o Telegram a pagar indenização por danos materiais (lucros cessantes) e morais a um professor por distribuição indevida por terceiro de conteúdo produzido por ele.

Por unanimidade, os desembargadores da 8ª Câmara de Direito Privado determinaram ainda que a plataforma remova o conteúdo divulgado indevidamente — sob pena de multa diária de R\$ 1 mil, limitada a R\$ 50 mil — e forneça os dados desse usuário para que também possa ser responsabilizado (processo nº 1087536-23.2023.8.26.0100).

Nesses processos, quem produz e comercializa conteúdo digital costuma alegar violação de direitos autorais e ao Marco Civil da Internet. Para a advogada Flavia Meleras, consultora da área de Tecnologia & Comunicação do Vieira Rezende Advogados, embora existam divergências, a tendência do Judiciário é favorável aos produtores de conteúdo, especialmente quando se trata de proteger a liberdade de expressão e

assegurar os direitos autorais.

“Isso ocorre em resposta à crescente importância econômica e social da produção de conteúdo digital, bem como à necessidade de preservar os direitos fundamentais em um ambiente on-line cada vez mais regulamentado”, diz a advogada.

No caso, o curso digital produzido pelo professor foi disponibilizado no Telegram por usuário desconhecido e sem qualquer autorização, o que, segundo ele, viola o artigo 102 da Lei nº 9.610/98 que trata dos direitos autorais. O dispositivo estabelece que “o titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada, poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível”.

Em contestação, o Telegram reconhece que há violação aos direitos autorais. “Ocorre apenas que não há responsabilidade da empresa [Telegram] por estes compartilhamentos ilegais”, diz a plataforma.

**“Processos semelhantes têm sido cada vez mais frequentes”
Flavia Meleras**

ma. Em sua defesa, invoca a regra do artigo 19 do Marco Civil da Internet (Lei 12.965, de 2014) acerca da mitigação da responsabilidade dos provedores de aplicações pelo conteúdo gerado por terceiros.

Em seu voto, porém, o relator do caso no TJSP, desembargador Benedito Antonio Okuno, destaca que “a ré [Telegram] tem responsabilidade por atos ilícitos praticados em sua plataforma, no caso de apropriação e uso de obra do autor e deve responder por sua inércia, independentemente da identificação de quem a praticou”.

O voto do relator foi seguido pelos demais integrantes do colegiado. Foi arbitrada indenização de R\$ 5 mil por danos morais, e o valor referente aos lucros cessantes será apurado em liquidação de sentença. “A situação retratada nos autos vai além do mero aborrecimento, de forma que, como dito, caracterizado o dano moral.” Cabe recurso da decisão ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

De acordo com o advogado Lucas Uster, que defende o professor, o TJSP, no caso, entendeu que houve culpa da plataforma por vendas que o professor deixou de realizar. O especialista em direito digital atua em outros dois casos semelhantes contra a mesma plataforma e já há decisão favorável em ambos (entre eles, processo nº



Advogado Lucas Uster: houve culpa da plataforma por vendas que o professor deixou de realizar

1130598-50.2022.8.26.01000).

Apesar de o Telegram estar sediada em Dubai, afirma o advogado, a Justiça brasileira pode exigir multa e até o desligamento da plataforma caso não cumpra o que foi determinado — como ocorreu no caso do X. “A plataforma precisa se adequar à legislação e remover o conteúdo, conforme solicitado”, diz Uster.

Esse caso, afirma a advogada Flavia Meleras, reforça a jurisprudência favorável aos produtores de conteúdo. “Reflete a tendência de reconhecer que a violação de direitos autorais em plataformas digitais exige uma resposta judicial efetiva para proteger os direitos dos produtores”, afirma ela, acrescentando que processos semelhantes envolvendo distribuição não autorizada de conteúdos digitais, como cursos on-line, têm sido cada vez mais frequentes.

Embora o Telegram possa alegar dificuldades técnicas para apresentar os dados dos usuários, acrescenta a advogada, não seria possível justificar essa omissão com base na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). A norma, diz, permite o tratamento de dados pessoais sem o consentimento dos titulares em situações específicas, como o cumprimento de obrigações legais ou regulatórias, incluindo ordens judiciais (artigo 7º, inciso II).

“A responsabilidade de preservar a privacidade dos usuários não se sobrepõe ao dever de cooperar com o cumprimento das leis, principalmente em casos de violação de direitos”, afirma Flavia Meleras, reforçando que, mesmo em casos de empresas com sede no exterior, a LGPD brasileira se aplicaria pelo fato de ter consumidores no Brasil,

“o que afirma a sua competência”.

O Telegram já foi bloqueado por ter descumprido ordens brasileiras. Um exemplo ocorreu no ano de 2022, quando o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o Supremo Tribunal Federal (STF) criticaram a falta de cooperação da plataforma em relação ao combate à desinformação durante o período eleitoral. Após meses de resistência, o aplicativo foi bloqueado temporariamente por decisão judicial, mas a medida foi suspensa após cumprir as exigências, incluindo a remoção de conteúdos e a cooperação com as autoridades.

Procurada pelo Valor, o advogado do Telegram afirmou não haver interesse em comentar o julgado. Verificou-se que, recentemente, o Telegram fez atualização na ferramenta de denúncias, para melhorar a remoção de conteúdos.

STF julga recuperação de cooperativas médicas

Luiza Calegari e Marcela Villar
De São Paulo

O Supremo Tribunal Federal (STF) retomou ontem a análise de uma ação que pode impedir as cooperativas médicas operadoras de planos de saúde de entrarem em recuperação judicial. O placar está empatado, faltando apenas a manifestação do presidente, o ministro Luís Roberto Barroso. O julgamento foi suspenso e pode ser retomado hoje.

A decisão impactará ao menos três reestruturações da Unimed — a Norte/Nordeste, a de Taubaté e a de Manaus. A de Taubaté, inclusive, foi deferida nesta terça-feira, pelo ministro Marco Buzzi, do Superior Tribunal de Justiça (STJ) — REsp 2649402. Se o STF declarar inconstitucional a previsão da lei de insolvência, esses processos podem ser extintos e caberia a Agência Nacional de Saúde (ANS) desconstituir as cooperativas, vendendo a carteira de clientes à Unimed nacional.

Está em análise o parágrafo 13 do artigo 6º da Lei de Recuperações Judiciais e Falências (Lei nº 11.101, de 2005), inserido em 2020, pela Lei nº 14.112. O dispositivo afasta a aplicação dos efeitos da recuperação judicial às cooperativas, excepcionando as da área médica, que poderiam se beneficiar do instituto.

Enquanto o artigo 2º da lei vê da expressamente que entrem em reestruturação “sociedade operadora de plano de assistência à saúde”,



**“O mais preocupante do julgamento é o precedente que pode gerar”
Joana Bontempo**

de”, dentre outras exceções, o artigo 6º diz que não se aplica “a vedação contida no inciso II do artigo 2º quando a sociedade operadora de plano de assistência à saúde for cooperativa médica”.

A Procuradoria-Geral da República (PGR), que propôs a ação no Supremo, não questiona a inclusão das cooperativas entre as bene-

ficiárias da lei de insolvência, mas o processo legislativo que culminou na nova redação da norma. O projeto se originou na Câmara dos Deputados e foi enviado ao Senado, que acrescentou o dispositivo. O trecho foi vetado pelo presidente da República na época, mas o veto foi derrubado pelo Congresso.

Na ação, é discutido se a emenda foi de mera redação, o que não implicaria outra votação entre os parlamentares, ou se foi aditiva, o que muda o mérito do texto e requereria outra discussão. Para a PGR, “por conter assunto diverso daquele tratado pelo texto aprovado pela Câmara, a alteração deveria ter sido considerada como emenda aditiva” e deveria “retornar à casa iniciadora”. Na visão do órgão, há ofensa ao artigo 65 da Constituição, que criou o princípio do bicameralismo.

Para o relator, ministro Alexandre de Moraes, é preciso manter o dispositivo, em respeito às deliberações legislativas e a separação dos poderes. Segundo Moraes, “seria uma ingerência muito grande do Supremo entrar na interpretação de minúcias do regimento interno do Senado e da Câmara, quando nem mesmo a casa iniciadora do projeto questionou a alteração feita pela casa revisora.”

O relator, Rodrigo Pacheco, acolheu uma proposta como emenda de redação e, com isso, é possível identificar que o que se discute é a redação. Se a Câmara ti-

vesse entendido que houve desrespeito à sua deliberação como casa principal nesse projeto, ela não teria derrubado o veto por maioria absoluta. Ela teria, ela própria, preservado suas prerrogativas”, disse ele, durante a sessão.

Moraes foi acompanhado pelos ministros Cristiano Zanin, que concordou que não houve vício formal; Nunes Marques, que destacou que não houve “inovação, e sim explicitação” no trecho inserido; Edson Fachin e Dias Toffoli (ADI 7442).

A divergência foi aberta por Flávio Dino. Segundo ele, o trecho contradiz toda a estrutura da lei, consistindo, portanto, em alteração substancial, que deveria ter retornado à casa iniciadora. Ele destacou que o artigo 1º da norma determina que a recuperação e a falência se referem ao “empresário” e à “sociedade empresária”, e que o artigo 2º diz expressamente que não se aplicam a “cooperativa de crédito, consórcio, entidade de previdência complementar, sociedade operadora de plano de assistência à saúde”.

Ele foi acompanhado por André Mendonça, Luiz Fux, Cármen Lúcia e por Gilmar Mendes, para quem a mudança foi “radical”.

A advogada Joana Bontempo, do CSMV Advogados, lembra que a reforma da lei de insolvência se deu em um contexto de pandemia da covid-19, em caráter de urgência. “Não há dúvida que é uma emenda que al-

tera o conteúdo, mas é escrita de uma forma meio tumultuada para tentar transparecer que seria uma emenda de redação”, diz.

No mérito, acrescenta, até seria aceitável que as cooperativas pudessem entrar em recuperação judicial, mas esse não é o foco da ação. “É preciso analisar o devido processo legal”, afirma. Para Joana, o mais preocupante do resultado do julgamento é o precedente que pode gerar. “Me preocupa um precedente no sentido de que o Senado pode decidir o que é uma emenda de redação e se a Câmara não se posicionar, fica por isso mesmo. O procedimento pode ficar de alguma forma fragilizado”, completa.

Segundo Walter de Agra Júnior, sócio-fundador do SW Advogados, que representa a Unimed Nordeste, parte interessada no caso julgado pelo STF, se os ministros seguirem o voto de Dino, haveria sérias consequências concorrenciais, econômicas e para os consumidores dos planos de saúde. “Significa que a gente deixaria milhares de consumidores sem atendimento médico. É uma coisa alarmante”, afirma ele, citando que 200 mil consumidores seriam afetados.

Na visão dele, o fato de ser concedido o instituto “não elimina os controles que a ANS faz sobre os planos de saúde, é cumulativo”. Ele também não vê ilegalidade no processo legislativo. “Mais de 370 deputados votaram a favor para derrubar o veto.”

Destaque

Auxílio-creche

A 7ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) acolheu recurso da Companhia Paranaense de Energia (Copel) para manter norma coletiva que restringia a concessão do auxílio-creche, no caso de homens, a pais com guarda exclusiva dos filhos. Segundo o colegiado, o objetivo da norma é legítimo, diante das dificuldades dos empregados que têm jornada integral e, ainda, a responsabilidade pela criação dos filhos. Na ação, o Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná (Senge/PR) disse que uma das cláusulas do acordo coletivo de trabalho de 2015/2016 previa o pagamento do auxílio-creche às empregadas e aos empregados que fossem os únicos responsáveis pela criação de filhos entre sete e 72 meses. Sua pretensão era estender a cláusula a todos os empregados da Copel e suas concessionárias, com guarda exclusiva ou não dos filhos. Ao analisar o caso, a 10ª Vara do Trabalho de Curitiba julgou improcedente o pedido do sindicato, mas o Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR) reconheceu o direito ao benefício a todos os empregados. Para o TRT, apesar de a reforma trabalhista — a Lei nº 13.466, de 2017 — consagrar a autonomia da vontade coletiva, com a prevalência do negociado sobre o legislado, essa premissa deve ser graduada em relação às garantias constitucionais (ARR-10103-06.2016.5.09.0010).

Legislação&Tributos SP

Lei nº 14.879 e a cláusula de eleição de foro

Opinião Jurídica

André Luís Monteiro

Nelson Rodrigues já dizia que “subdesenvolvimento não se improvisa, é obra de séculos”.

Mais recentemente, o economista Marcos Lisboa tem repetido que “o Brasil não é pobre à toa, isso daqui é um trabalho de profissional”.

Também se aplica ao Direito. É o caso da Lei nº 14.879/2024, que alterou o artigo 63 do Código de Processo Civil (CPC) para reduzir o alcance da cláusula de eleição de foro (CEF).

Antes da lei, se uma parte de um contrato estivesse sediada no Rio de Janeiro, a outra em Salvador e o contrato precisasse ser executado em Imperatriz (MA), nada impedia que as partes elessem São Paulo como o foro para suas disputas. Bastava incluir no contrato uma cláusula de eleição de foro. Na ausência dela, o autor precisa litigar no foro do domicílio do réu, como regra.

A cláusula de eleição de foro é importante para que partes possam escolher foros mais eficientes e/ou céleres e/ou neutros. A cláusula, antes da lei, permitia que partes escolhessem o melhor foro, em qualquer localidade do país. Tratava-se de uma escolha racional e que trazia segurança

jurídica e diminuía os custos de transação, o que se revela fundamental em especial em projetos no interior do país (como energia e infra-estrutura).

Com a lei, as partes agora só podem eleger o foro da residência/domicílio de uma das partes ou do local de cumprimento do contrato, que podem ser foros menos eficientes e/ou mais lentos e/ou menos neutros.

A lei decorre do Projeto de Lei (PL) nº 1.803/2023, do deputado Rafael Prudente (MDB-DF). Na justificativa, afirma-se, “a título de exemplo”, que o Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDF) “vem recebendo uma enxurrada de ações” decorrentes de cláusulas de eleição de foro elegendo o TJDF, pois no tribunal “os processos tramitam mais rápido do que na maior parte do país”. Em seu parecer na CCJ, a deputada Erika Kokay (PT-DF), também se referindo ao TJDF, afirma que as cláusulas de eleição de foro têm gerado “consideráveis congestionamentos processuais”. No Senado, o senador Eduardo Gomes (PL-TO) acrescentou que o TJDF é “um tribunal com valores de custas processuais bastante baixos”, o que estaria atraindo

partes de outras localidades. Entre a apresentação do projeto na Câmara e a sanção presidencial decorreram meros 13 meses. Um recorde.

Além da rapidez, duas outras coisas chamam a atenção: (i) a menção exclusiva ao TJDF (como se não existissem outros 26 tribunais de justiça estaduais no país) e (ii) a ausência de números para embasar as premissas dos parlamentares. Se os parlamentares tivessem analisado os excelentes dados divulgados anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ)— relatório Justiça em Números —, teriam concluído que, apesar de o número de processos pendentes no TJDF ter crescido entre 2019 e 2024, o tribunal está longe de ser um tribunal congestionado em comparação com os demais. Ou seja, utilizando o exemplo errado, o Congresso tomou uma decisão em tempo recorde que afetou o país inteiro.

Mas não é so. A lei alterou o artigo 63 do CPC, que trata das cláusulas de eleição de foro domésticas (ou seja, escolha entre as Cortes de São Paulo, Rio etc.), sem perceber que esse artigo serve de base para o artigo 25 do CPC, que trata das cláusulas de eleição de foro estrangeiras (ou seja, escolha entre Cortes de Brasil, Inglaterra,

Estados Unidos etc.). Uma interpretação estritamente literal dos artigos 25 e 63 poderia indicar que empresas brasileiras e empresas estrangeiras com negócios no Brasil também não poderiam mais escolher litigar perante Cortes de países neutros, o que é bastante comum no comércio internacional (para se ter uma ideia, entre 2022-2023, 63% dos casos julgados pelas Cortes comerciais inglesas não tinham relação com a Inglaterra).

Essa interpretação estritamente literal não parece a correta, mas partes terão que esperar anos pela interpretação que os tribunais brasileiros darão à lei. Não é só. O Congresso também esqueceu de dizer se a lei se aplica apenas a contratos assinados após a sua entrada em vigor (junho/2024) ou também a contratos assinados anteriormente. Bastava incluir uma disposição esclarecendo isso. Mas isso não foi feito e agora partes que assinaram contratos anteriormente se lei escolhendo foros (domésticos ou estrangeiros) neutros ficam sem saber o que acontece com suas escolhas. Mais riscos. Mais insegurança jurídica.

O que mais espanta é que a desastrosa lei pretende limitar a autonomia das partes para combater o congestionamento de alguns tribunais estaduais

brasileiros. Seria essa a medida mais proporcional e razoável para se atingir o objetivo perseguido? Se a resposta é não, parece então que a lei é inconstitucional. Mais amplamente: seria o caso de jogar nas costas do particular a incapacidade do Poder Judiciário brasileiro em lidar com o congestionamento dos tribunais? A lei é apenas mais um exemplo de como o Brasil precisa repensar a relação Poder Público e particulares. A lei é apenas mais um exemplo de que subdesenvolvimento é trabalho de profissional.

Enquanto a lei não é declarada inconstitucional, partes podem optar pela arbitragem, no Brasil ou no exterior. Se o leitor possui contratos que podem ser afetados pela lei, talvez seja o caso de alterá-los agora, antes do surgimento de qualquer eventual disputa.

André Luís Monteiro é of counsel do escritório norte-americano Quinn Emanuel, na filial de Londres e Doutor e mestre pela PUC-SP

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22
EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 428ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21K0951478) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 06 DE DEZEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 428ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 (“Titulares dos CRI”, “CRI” e “Emissora”, respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 428ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., celebrado em 24 de novembro de 2021, (“Termo de Securitização”), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI (“Assembleia”), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia 27 de novembro de 2024, às 14:00 horas e em 2ª (segunda) convocação no dia 06 de dezembro de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 60, de 23 de dezembro de 2021 (“Resolução CVM 60”), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (I) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agente.fiduciario@vortex.com.br e rf@vortex.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 428ª Série da 1ª Emissão - (IF 21K0951478)), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se “Documentos de Representação”: **a) participante pessoa física:** cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; **caso representado por procurador,** também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes:** cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; **caso representado por procurador,** também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agente.fiduciario@vortex.com.br e rf@vortex.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 24 de outubro de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22
EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 295ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 20K0549411) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 06 DE DEZEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 295ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 (“Titulares dos CRI”, “CRI” e “Emissora”, respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 295ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., celebrado em 27 de outubro de 2020, (“Termo de Securitização”), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI (“Assembleia”), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia 27 de novembro de 2024, às 14:00 horas e em 2ª (segunda) convocação no dia 06 de dezembro de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 60, de 23 de dezembro de 2021 (“Resolução CVM 60”), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (I) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agente.fiduciario@vortex.com.br e rf@vortex.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 295ª Série da 1ª Emissão - (IF 20K0549411)), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se “Documentos de Representação”: **a) participante pessoa física:** cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; **caso representado por procurador,** também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes:** cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; **caso representado por procurador,** também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agente.fiduciario@vortex.com.br e rf@vortex.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 24 de outubro de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22
EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 456ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21I0324425) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 04 DE DEZEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 456ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 (“Titulares dos CRI”, “CRI” e “Emissora”, respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 456ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., celebrado em 02 de dezembro de 2021, (“Termo de Securitização”), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI (“Assembleia”), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia 25 de novembro de 2024, às 14:30 horas e em 2ª (segunda) convocação no dia 04 de dezembro de 2024, às 14:10 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 60, de 23 de dezembro de 2021 (“Resolução CVM 60”), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (I) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agente.fiduciario@vortex.com.br e rf@vortex.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 456ª Série da 1ª Emissão - (IF 21I0324425)), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se “Documentos de Representação”: **a) participante pessoa física:** cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; **caso representado por procurador,** também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes:** cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; **caso representado por procurador,** também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agente.fiduciario@vortex.com.br e rf@vortex.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 23 de outubro de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22
EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 371ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21G085704) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 22 DE NOVEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 371ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 (“Titulares dos CRI”, “CRI” e “Emissora”, respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 371ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., celebrado em 02 de agosto de 2021, (“Termo de Securitização”), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI (“Assembleia”), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia 12 de novembro de 2024, às 14:40 horas e em 2ª (segunda) convocação no dia 22 de novembro de 2024, às 14:40 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 60, de 23 de dezembro de 2021 (“Resolução CVM 60”), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (I) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agente.fiduciario@vortex.com.br e rf@vortex.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 371ª Série da 1ª Emissão - (IF 21G085704)), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se “Documentos de Representação”: **a) participante pessoa física:** cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; **caso representado por procurador,** também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agente.fiduciario@vortex.com.br e rf@vortex.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 22 de outubro de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22
EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 360ª, 361ª, 398ª E 399ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 21H1034619/ 21H1035398/ 21H1035009/ 21H1035558) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 22 DE NOVEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 360ª, 361ª, 398ª e 399ª séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 (“Titulares dos CRI”, “CRI” e “Emissora”, respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 360ª, 361ª, 398ª e 399ª séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., celebrado em 26 de agosto de 2021, (“Termo de Securitização”), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI (“Assembleia”), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia 12 de novembro de 2024, às 14:10 horas e em 2ª (segunda) convocação no dia 22 de novembro de 2024, às 14:10 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 60, de 23 de dezembro de 2021 (“Resolução CVM 60”), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (I) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agente.fiduciario@vortex.com.br e rf@vortex.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 360ª, 361ª, 398ª e 399ª séries da 1ª Emissão - (IF 21H1034619/ 21H1035398/ 21H1035009/ 21H1035558)), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se “Documentos de Representação”: **a) participante pessoa física:** cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; **caso representado por procurador,** também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes:** cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; **caso representado por procurador,** também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agente.fiduciario@vortex.com.br e rf@vortex.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 22 de outubro de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22
EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 375ª E 404ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 21I0802801/ 21I0802805) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 14 DE NOVEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 25 DE NOVEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 375ª e 404ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 (“Titulares dos CRI”, “CRI” e “Emissora”, respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 375ª e 404ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., celebrado em 21 de setembro de 2021, (“Termo de Securitização”), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI (“Assembleia”), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia 14 de novembro de 2024, às 14:00 horas e em 2ª (segunda) convocação no dia 25 de novembro de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 60, de 23 de dezembro de 2021 (“Resolução CVM 60”), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (I) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agente.fiduciario@vortex.com.br e rf@vortex.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 375ª e 404ª Séries da 1ª Emissão - (IF 21I0802801/ 21I0802805)), a confirmação de sua participação

OPEA SECURITIZADORA S.A.

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 341ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21151103) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 22 DE NOVEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 341ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 341ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., celebrado em 16 de junho de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia 12 de novembro de 2024, às 14:00 horas e em 2ª (segunda) convocação no dia 22 de novembro de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (f) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fideiúciário, por correio eletrônico para rio@opeacapital.com e agente.fideiuciario@vortex.com.br e rzf@vortex.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 341ª Série da 1ª Emissão - (IF 21151103)), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e b) **demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fideiúciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fideiúciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos rio@opeacapital.com e agente.fideiuciario@vortex.com.br e rzf@vortex.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 22 de outubro de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A.

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DAS 1ª E 2ª SÉRIES DA 20ª EMISSÃO (IF CRA021005M0) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 04 DE DEZEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª e 2ª Séries da 20ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª e 2ª Séries da 20ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., celebrado em 21 de dezembro de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia 25 de novembro de 2024, às 14:00 horas e em 2ª (segunda) convocação no dia 04 de dezembro de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (f) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA que enviarem à Emissora e ao Agente Fideiúciário, por correio eletrônico para rio@opeacapital.com e agente.fideiuciario@vortex.com.br e rzf@vortex.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRA 1ª e 2ª Séries da 20ª Emissão - (IF CRA021005M0)), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e b) **demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fideiúciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fideiúciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos rio@opeacapital.com e agente.fideiuciario@vortex.com.br e rzf@vortex.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRA com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRA ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRA, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 22 de outubro de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A.

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 252ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 20A0976845) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 19 DE DEZEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 252ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 252ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., celebrado em 24 de janeiro de 2020, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia 27 de novembro de 2024, às 11:00 horas e em 2ª (segunda) convocação no dia 19 de dezembro de 2024, às 14:10 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (f) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fideiúciário, por correio eletrônico para rio@opeacapital.com e agente.fideiuciario@vortex.com.br e rzf@vortex.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 252ª Série da 1ª Emissão - (IF 20A0976845)), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e b) **demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fideiúciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fideiúciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos rio@opeacapital.com e agente.fideiuciario@vortex.com.br e rzf@vortex.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 23 de outubro de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

GOVERNO FEDERAL
CENTRO NACIONAL DE MONITORAMENTO E ALERTAS DE DESASTRES NATURAIS | MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO | BRASIL | UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

CEMADEN LANÇA LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO DE TIC VISANDO A AQUISIÇÃO DE COMPONENTES DE TIC (PEÇAS)

O Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN, localizado no Parque Tecnológico da cidade de São José dos Campos SP, lançou edital de licitação na modalidade prego eletrônico, que visa a contratação de solução de TIC visando a aquisição de componentes de TIC (peças) tendo em vista a manutenção das atividades do parque computacional pela equipe de Infraestrutura e Suporte de TIC, em especial manutenção de equipamentos do datacenter do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - Cemaden/MCT. A publicação consta no Diário Oficial da União do dia 24/10/2024.

O Edital do Pregão Eletrônico nº 90003/2024 pode ser retirado a partir de 24/10/2024 de 08h00 às 12h00 e de 13h00 às 17h00, no seguinte endereço: Estrada Dr. Altino Bondesan, 500, Distrito de Eugenio de Melo - São José dos Campos - SP ou <https://www.gov.br/compras/pt-br>. O envio das propostas deverá ser feito a partir de 24/10/2024 às 08h00 no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>. A data de abertura das propostas ocorrerá no dia 06/11/2024 às 09h00 no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>.
Mais informações: (12) 3205-0111 ou licitacao@cemaden.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA faz público que se encontra aberto o PREGÃO ELETRÔNICO 076/2024 - EDITAL 080/2024 - cujo objeto é REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE PANETONE TRADICIONAL DE FRUTAS CRISTALIZADAS PARA AS COMEMORAÇÕES NATALINAS NOS CENTROS DE CONVIVÊNCIA DOS IDOSOS DE ITUVERAVA, SÃO BENEDITO DA CACHOEIRINHA, APARECIDA DO SALTO E VILA DIGNIDADE. O período de envio das propostas será a partir de 25/10/2024 até 08/11/2024 às 08:00h no endereço eletrônico novobmnet.com.br. O início da disputa ocorrerá no dia 08/11/2024 às 08:30h na mesma plataforma. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacoes@ituverava.sp.gov.br ou novobmnet.com.br. Edital à disposição na internet: www.ituverava.sp.gov.br, a partir do dia 24/10/2024. Ituverava-SP, 23 de outubro de 2024. LUIZ ANTONIO DE ARAUJO, Prefeito Municipal.

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00439608692024
UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão para Aquisição de Medicamentos nº 90195/2024.
Nº Processo: 024.00144839/2024-57.
Objeto: Aquisição de Medicamentos de demandas judiciais e administrativas.
Total de Itens Licitados: 15 (quinze) itens.
Valor total da Licitação: sigiloso.
Disponibilidade do Edital: 24/10/2024.
Horário: das 08h00 às 18h00.
Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.
Entrega das Propostas: a partir de 24/10/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 07/11/2024 às 10h00 no site: www.gov.br/compras.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA faz público que se encontra aberto o PREGÃO ELETRÔNICO 075/2024 - EDITAL 079/2024 - cujo objeto é REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS NATALINOS E MATERIAIS ELÉTRICOS EM GERAL PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS REQUISITANTES. O período de envio das propostas será a partir de 25/10/2024 até 11/11/2024 às 08:00h no endereço eletrônico novobmnet.com.br. O início da disputa ocorrerá no dia 11/11/2024 às 08:30h na mesma plataforma. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacoes@ituverava.sp.gov.br ou novobmnet.com.br. Edital à disposição na internet: www.ituverava.sp.gov.br, a partir do dia 25/10/2024. Ituverava-SP, 23 de outubro de 2024. LUIZ ANTONIO DE ARAUJO, Prefeito Municipal.

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00439751332024
UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90142/2024.
Nº Processo: 024.00121344/2024-50.
Objeto: Constituição de Sistema de Registro de Preços para aquisição futura de medicamentos.
Total de Itens Licitados: 10 (dez) itens.
Valor total da licitação: sigiloso.
Disponibilidade do Edital: 24/10/2024.
Horário: das 08h00 às 18h00.
Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.
Entrega das Propostas: a partir de 24/10/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 07/11/2024 às 09h00 no site: www.gov.br/compras.

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00439863902024
UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90155/2024.
Nº Processo: 024.00126100/2024-63.
Objeto: Constituição de Sistema de Registro de Preços para aquisição futura de medicamentos.
Total de Itens Licitados: 10 (dez) itens.
Valor Total da Licitação: Sigiloso.
Disponibilidade do Edital: 24/10/2024.
Horário: das 08h00 às 18h00.
Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.
Entrega das Propostas: a partir de 24/10/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 07/11/2024 às 13h00 no site: www.gov.br/compras.

CIDADE DE SÃO PAULO GOVERNO

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
Concorrência: EG/006/2023/SGM-SMT - Processo SDE: 0011.2022/0001869-3
Objeto: Parceria Público-Privada (PPP) na modalidade concessão administrativa para administração, manutenção, conservação, exploração comercial e requalificação dos terminais de ônibus vinculados ao sistema de transporte coletivo urbano de passageiros da cidade de São Paulo - Bloco Leste - Data para Sessão Pública (recebimento dos envelopes): 11/12/2024, das 10h às 11h. Data para Sessão Pública (abertura dos envelopes): 11/12/2024, a partir das 11h.
Local: Viaduto do Chã, nº 15, 8º andar, Sala de Coletiva da SECOM, Centro Histórico, São Paulo-SP.
Retirada do Edital: Os protocolos e a disponibilização de documentos relativos ao Edital serão feitos, preferencialmente, através do e-mail terminais@prefeitura.sp.gov.br, e da nossa página eletrônica, no site da Prefeitura de São Paulo, página da Secretaria de Governo, por meio dos links:
Link: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/governo/desestatizacao_projeto/terminal/index.php?n=343598 - Link reduzido: <https://tinyurl.com/ylyzbukh> - Caso algum interessado não consiga realizar protocolo ou acessar os documentos pela via eletrônica e tenha interesse em fazer a entrega física dos documentos editais ou entrega de qualquer documentação referente ao certame, deverá agendar previamente o comparecimento por meio do e-mail disponibilizado acima.

Anaconda Industrial e Agrícola de Cereais S.A.
CNPJ/MF nº 60.728.029/0001-16 - NIRE 35.300.047.184
Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os Srs. Acionistas a comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária da Sociedade, a ser realizada na sede social localizada na Avenida Venecianus de Queiros, nº 44, São Paulo, Capital, no dia 30 de outubro de 2024, às 9:00 horas, a fim de deliberarem sobre a destinação de dividendos da reserva de lucros referente ao ano de 2023 e de juros sobre capital próprio referente ao 2º e 3º trimestres de 2024, mais o saldo do 1º trimestre de 2024. São Paulo, 22 de outubro de 2024. **Angela Martins Guido Rios** - Presidente do Conselho de Administração. (23, 24 e 25/10/2024)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA faz público que se encontra aberto o PREGÃO ELETRÔNICO 073/2024 - EDITAL 077/2024 - cujo objeto é REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SOM, ILUMINAÇÃO, TELÃO E GERADOR PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS PARA AS SECRETARIAS DA CULTURA, TURISMO E LAZER, ADMINISTRAÇÃO E ESPORTES. O período de envio das propostas será a partir de 25/10/2024 até 07/11/2024 às 08:00h no endereço eletrônico novobmnet.com.br. O início da disputa ocorrerá no dia 07/11/2024 às 08:30h na mesma plataforma. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacoes@ituverava.sp.gov.br ou novobmnet.com.br. Edital à disposição na internet: www.ituverava.sp.gov.br, a partir do dia 25/10/2024. Ituverava-SP, 23 de outubro de 2024. LUIZ ANTONIO DE ARAUJO, Prefeito Municipal.

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00439471392024
UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Aquisição nº 90194/2024.
Nº Processo: 024.00141834/2024-72.
Objeto: Pregão de Aquisição de medicamentos de demandas judiciais.
Total de Itens Licitados: 14 (quatorze) itens.
Valor Total da Licitação: Sigiloso.
Disponibilidade do Edital: 24/10/2024.
Horário: Das 08h00 às 18h00.
Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.
Entrega das Propostas: A partir de 24/10/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 07/11/2024 às 14h00 no site: www.gov.br/compras.

Bradesco Seguros S.A.
Grupo Bradesco Seguros
CNPJ nº 33.055.146/0001-93 - NIRE 35.300.329.091
Assembleia Geral Extraordinária
Edital de Convocação

Convidamos os senhores acionistas desta Sociedade a reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 5 de novembro de 2024, às 9h, na sede social, Avenida Alphaivê, 779, 17º andar, sala 1.701-parte, Empresarial 18 do Forte, Barueri, SP, CEP 06472-900, a fim de reformular a Convenção do Grupo Bradesco Seguros, destacando a saída da filiada Atlântica Companhia de Seguros, em razão de sua incorporação pela Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros, e a entrada da Bradesco Saúde - Operadora de Planos S.A., e o aprimoramento do Anexo "A" da referida Convenção. Barueri, SP, 23 de outubro de 2024. **Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa** - Diretor Geral.

Autoport Transportes e Logística Ltda.
CNPJ/MF 07.677.731/0014-30 - NIRE 35905128175
EDITAL DE TERMO DE RESPONSABILIDADE Nº 110/2024

A Junta Comercial do Estado de São Paulo torna público que o fiel depositário dos gêneros e mercadorias recebidos pela filial da sociedade empresária "Autoport Transportes e Logística Ltda", NIRE 35905128175, CNPJ 07.677.731/0014-30, localizada na Estrada Municipal Valencio Calegari, nº 1200, Parque Santo Antonio (Nova Venéza), Sumaré/SP, CEP: 13181-585, Sr. Demerson Trindade Rei, brasileiro, portador do RG nº 246.083 - DP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 807.413.630-20, assinou em 09/10/2024 o Termo de Responsabilidade nº 110/2024, com fulcro nos artigos 1º, § 2º, do Decreto Federal nº 1.102/1903 e do artigo 3º, parágrafo único, da IN nº 52/2022, do Departamento de Registro Empresarial e Integração, devendo ser publicado e arquivado na JUCESP o presente edital, nos termos do artigo 8º da supracitada Instrução Normativa. **Marcio Massao Shimomoto**, Presidente da Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Valor
Notícias em tempo real para quem não desconecta dos negócios.
Seja um assinante: [Acesse assinavelor.com.br](http://www.assinavelor.com.br)
Ligue 0800 701 8888

BRASILSEG COMPANHIA DE SEGUROS
(Subsidiária Integral)
CNPJ/MF 28.196.889/0001-43 - NIRE 3530018226-0

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2024
DATA, HORA E LOCAL: Em 28 de março de 2024, às 09h00, na sede da BRASILSEG COMPANHIA DE SEGUROS ("Companhia" ou "BRASILSEG"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Av. das Nações Unidas, nº 14.261, Ala A, 29º andar, Vila Gertrudes, CEP: 04794-000.

PRESENÇA: Presente a única acionista titular de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada em razão da presença da acionista titular das ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme dispõe o artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº. 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"). **MESA:** Assumiu a presidência o Sr. Amauri Aguiar de Vasconcelos, que convidou o Sr. Juan Carlos Lanau Arilla para exercer a função de secretário. **PUBLICAÇÕES:** O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Atuariais Independentes, referentes ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2023, foram publicados nos jornais "Valor Econômico", edições de 22.02.2024, páginas E e F16; **ORDEM DO DIA** - deliberar sobre - (i) o exame, discussão e aprovação das contas da Diretoria, do Relatório da Administração da Companhia, das Demonstrações Financeiras, o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Atuariais Independentes, referentes ao Exercício Social findo em 31.12.2023; (ii) a destinação do lucro líquido apurado no Exercício Social findo em 31.12.2023; (iii) o exame, discussão e aprovação da remuneração global dos administradores da Companhia; (iv) a readequação e ratificação das designações específicas dos Diretores estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"); e (v) o Plano de Negócios. **DELIBERAÇÕES:** a acionista da Companhia decidiu, sem ressalvas: (i) aprovar integralmente e sem reservas, nos termos do art. 8, incisos I e II do Estatuto Social da BRASILSEG, conforme orientação de voto do Conselho de Administração da Holding BB Mapfre Participações S.A. em reunião realizada em 01.02.2024, as contas da Diretoria, o Relatório da Administração, as respectivas Demonstrações Financeiras, o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Atuariais Independentes, referentes ao Exercício Social findo em 31.12.2023; (ii) aprovar, nos termos do art. 8, inciso III do Estatuto Social da BRASILSEG, conforme orientação de voto do Conselho de Administração da Holding BB Mapfre Participações S.A. em reunião realizada em 27.03.2024, a destinação do lucro líquido apurado no Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2023, no valor total de R\$ 4.033.668.936,23 (quatro bilhões, trinta e três milhões, seiscentos e oito mil, novecentos e trinta e seis reais e três centavos) da seguinte forma: a) R\$ 3.026.073.615,41 (três bilhões, vinte e seis milhões, setenta e três mil, seiscentos e quinze reais e quatro centavos) à título de distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia, os quais foram integralmente pagos da seguinte forma: a1) R\$ 299.073.615,41 (duzentos e noventa e nove milhões, setenta e três mil, seiscentos e quinze reais e quarenta e um centavos), que foram integralmente distribuídos nos termos da deliberação tomada pelo(a) Conselho de Administração em reunião realizada em 28 de junho de 2023; a2) R\$ 196.000.000,00 (cento e noventa e seis milhões de reais), que foram integralmente distribuídos nos termos da deliberação tomada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 27 de julho de 2023; a3) R\$ 342.000.000,00 (trezentos e quarenta e dois milhões de reais), que foram integralmente distribuídos nos termos da deliberação tomada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 29 de agosto de 2023; a4) R\$ 289.000.000,00 (duzentos e oitenta e nove milhões de reais), que foram integralmente distribuídos nos termos da deliberação tomada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 27 de setembro de 2023; a5) R\$ 288.000.000,00 (duzentos e oitenta e oito milhões de reais), que foram integralmente distribuídos nos termos da deliberação tomada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 26 de outubro de 2023; a6) R\$ 319.000.000,00 (trezentos e dezenove milhões de reais), que foram integralmente distribuídos nos termos da deliberação tomada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 29 de novembro de 2023; a7) R\$ 322.000.000,00 (trezentos e vinte e dois milhões de reais), que foram integralmente distribuídos nos termos da deliberação tomada pelo Conselho de Administração em reunião

No mundo dos negócios, cada balanço conta uma história.

Descubra o poder do **VALOR EMPRESAS 360**: todos os insights em um só lugar.

Nessa temporada de balanços, não desvendamos apenas as demonstrações financeiras, mas também exploramos a essência das instituições com uma visão ampla das empresas brasileiras, consolidando conteúdos do **Valor Econômico**, **Pipeline**, **Valor Investe** e **Valor PRO**.

Vá além dos números. Acesse análises estratégicas, cotações, notícias e tenha em mãos a chave para o entendimento profundo do universo empresarial.

DESVENDE O MUNDO DOS NEGÓCIOS E CONFIRA:

Balanço detalhado e fatos relevantes:

Veja os balanços mais recentes e informações cruciais para sua análise de mercado.

Ganhos x perdas da empresa

Visualizar demonstração: **ANUAL** **TRIMESTRAL** **EM REAIS** **% DA RECEITA** **Mostrar gráfico**



Indicadores de Mercado

Valor de Mercado	R\$ 153,75 B
Preço/Lucro	26,71
Lucro por Ação	R\$ 1,40
Preço/Valor patrimonial	8,61
Retorno com dividendos	0,96%

Empresas do setor

Indicadores de mercado e concorrentes:

Explore indicadores-chave, compare com concorrentes e fique à frente nos negócios.

SUA EMPRESA

R\$ 36,63 ▲6,89%



Consenso de analistas e | SUA EMPRESA



Valor das ações e recomendações:

Histórico de valores, consenso de analistas para preço alvo e recomendações de compra ou venda.



Enriqueça sua experiência e destaque-se.

VALOR EMPRESAS 360

Para quem investe sabendo

valor.globo.com/empresas360

Valor ECONÔMICO

Valor EMPRESAS360



COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde a licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 90224/2024, referente ao processo nº 024.00052812/2024-39, objetivando a AQUISIÇÃO DE ITENS DE NUTRIÇÃO, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", cuja abertura está marcada para o dia 07/11/2024 às 10:00 horas.



COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde a licitação na modalidade DISPENSA ELETRÔNICA nº 90234/2024, referente ao processo nº 024.00156597/2024-44, objetivando a AQUISIÇÃO DE ITENS DE ENFERMAGEM EM ATENDIMENTO À DEMANDA JUDICIAL, a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", cuja abertura está marcada para o dia 31/10/2024 às 08:00 horas.



CIDADE DE SÃO PAULO SUBPREFEITURA CAMPO LIMPO

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÕES Pregão Presencial nº 90041/2024 - Processo SEI nº 6032.2024/0002674-0. Critério de julgamento: menor preço - Objeto: contratação de empresa de engenharia ou arquitetura para execução de obras de requalificação da via pública - praça, situada à Rua João da Cruz e Souza, 110 - Jd. das Rosas - São Paulo/SP - data e hora da abertura da sessão pública: 11/11/2024 às 10:00h.

BANCO PAN S.A. CNPJ: 59.285.411/0001-13 - NIRE: 35.300.012.879 EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA Convidamos os acionistas do Banco PAN S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a ser realizada em 14 de novembro de 2024, às 10h30min, na Av. Paulista, nº 1.374, 16º andar, Bela Vista, São Paulo/SP, CEP 01310-916, a fim de deliberar sobre: (i) Alteração do Objeto Social da Companhia; (ii) Consolidação do Estatuto Social da Companhia; e (iii) Autorização à Administração da Companhia a praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações tomadas na AGE.

CIDADE DE SÃO PAULO MOBILIDADE E TRÂNSITO COMUNICADO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90001/SMT/2024 - PROCESSO Nº 6020.2024/0014207-9 OBJETO: Contratação de empresas para a Prestação de Serviços Técnicos Especializados de Engenharia e Arquitetura para Apoio às Atividades de Supervisão das Obras, projetos e serviços de competência da SMT, incluindo a disponibilização de equipamentos e veículos, para execução das intervenções pertinentes ao PROGRAMA DE MOBILIDADE E REQUALIFICAÇÃO URBANA DA CIDADE DE SÃO PAULO - MOBILIDADE URBANA - OBRAS DO SISTEMA VIÁRIO E TÚNEL DA AV. SENHA MADUREIRA/AV. DOMINGOS DE MORAES, conforme especificações constantes do Anexo I e das demais partes integrantes do Edital.

CIDADE DE SÃO PAULO GOVERNO

AVISOS DE LICITAÇÃO A SECRETARIA MUNICIPAL DE JUSTIÇA comunica aos interessados a RETIFICAÇÃO da seguinte licitação: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2024 - SMJ - Processo SEI: 6075.2024/0000080-0 OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de coletes refletivos, para identificarem os Policiais em exercício da atividade delegada conforme especificações constantes do termo de referência deste Edital.

CIDADE DE SÃO PAULO SUBPREFEITURAS AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 6012.2024/0023533-2 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/SMS/COM/COGEL/2024 Objeto: Registro de Preços para Aquisição de "Bueiro Ecológico", dispositivo de retenção de resíduos com medidas variáveis/ajustáveis de forma a possibilitar encaixe nas bocas de lobo existentes, fabricado em material resistente à corrosão, visando a redução do acúmulo de resíduos sólidos nas galerias pluviais e contribuindo para a prevenção de enchentes e alagamentos - TIPO MENOR PREÇO e critério de julgamento o MENOR VALOR GLOBAL - Data de abertura da sessão: 07/11/2024 às 11:00h.

CIDADE DE SÃO PAULO SAÚDE

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÕES A SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE torna público as licitações abaixo. Os pregões serão realizados pela plataforma COMPRAS.GOV. Os editais poderão ser consultados e/ou obtidos pelo WWW.COMPRAS.GOV.BR ou pelo Painel de Negócios da PMSP, endereço: https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/

Valor Assine o Valor e fique por dentro dos acontecimentos que impactam o mercado financeiro. Seja um assinante: Acesse.assinevalor.com.br Ligue 0800 701 8888

CIDADE DE SÃO PAULO SUBPREFEITURA PINHEIROS AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/SUB-PI/2024 - Processo SEI nº 6050.2024/0016127-1. Tipo menor valor mensal - Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de transporte de pessoas e cargas, em caráter não eventual, mediante a utilização de 01 (um) veículo utilitário tipo B e 05 (cinco) veículos utilitários do tipo C, equipados com sistema de rastreamento GPS, com condutor, quilômetro livre, combustível, seguro, multas, manutenção e aparelhos celulares corporativos conforme estabele o Termo de Referência para atender à necessidade da SUBPREFEITURA DE PINHEIROS, de acordo com as especificações técnicas e demais disposições do ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA, do Edital de Licitação - Data/hora da sessão pública: 07/11/2024 às 08:00h - Local: Subprefeitura de Pinheiros na Av. Professor Frederico Hermann Júnior, nº 595 - Pinheiros - São Paulo - SP.

Valor Seja um assinante: Acesse.assinevalor.com.br Ligue 0800 701 8888

AQUI, SEU ANÚNCIO ENCONTRA O PÚBLICO CERTO. ANUNCIE! EM DIFERENTES PLATAFORMAS E EM DIVERSOS CONTEXTOS, AS MARCAS DA EDITORA GLOBO SÃO A MELHOR OPÇÃO PARA O SEU ANÚNCIO, PORQUE ENTREGAM O QUE CADA PÚBLICO QUER: CONTEÚDOS DE QUALIDADE COM CREDIBILIDADE. ACESSA EDITORAGLOBONEGOCIOS.COM.BR E SAIBA MAIS.

CONSULTE NOSSA AGENDA DE LEILÕES NO SITE: WWW.FREITASLEILOEIRO.COM.BR Central de informações: (11) 3117.1000 Atenção: PARA A COMPRA EM LEILÃO O ARREMATANTE PRECISA ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL. LEILÃO DE VEÍCULOS - 355 LOTES - DIA: 25.10.2024 - 10h00 - 6ª FEIRA - PRESENCIAL E ON-LINE AV. DOS ESTADOS, 584 - PORTÃO 2 - UTINGA - SANTO ANDRÉ/SP | VISITAÇÃO: 25.10.2024, a partir das 08h00 - verificar informações no site

Valor ECONÔMICO Fique por dentro das notícias que impactam suas finanças Escolha os canais do Valor que você quer seguir e receba em primeira mão as principais notícias, análises de especialistas e insights sobre o mundo dos negócios.

CONFIRA O PASSO A PASSO NO QR CODE AO LADO